



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**INDUSTRIALIZAÇÃO, RELAÇÕES DE CLASSE E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA: DA CRIAÇÃO DA CSN À EMANCIPAÇÃO DE VOLTA
REDONDA (1941-1954)**

LEONARDO ÂNGELO DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Alexandre Fortes

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre em História, no Curso de Pós-
Graduação em História

Nova Iguaçu, RJ
Maio de 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LEONARDO ÂNGELO DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**,
no Curso de Pós-Graduação em História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ----/----/-----

Prof. Dr. Alexandre Fortes, UFRRJ (Orientador)

Profa. Dra. Vania Maria Losada Moreira, UFRRJ

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro, UFBA

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes, CPDOC-FGV

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui apresentado possui caráter coletivo, é fruto de uma extensa e viva rede de pessoas, algumas que já se foram, mas que durante estes dois anos de trabalhos muito contribuíram, mesmo sem terem consciência disso... A elas agradeço.

Aos meus familiares: meu pai por seu apoio irrestrito, inclusive econômico, mas principalmente por seus conselhos pautados em uma calma e experiência que gostaria de possuir; a minha mãe que com seu carinho e palavras de incentivo mudou, por muitas vezes, meu ponto de vista sobre os problemas encontrados durante a realização do trabalho; meus irmãos, Ricardo e Eduardo, pela amizade e as constantes brincadeiras que atenuaram vários problemas. Ao Eduardo, em especial, por estarmos construindo nossa trajetória juntos, os diálogos que tivemos e as discussões teóricas que temos se refletiram no trabalho aqui apresentado.

À CAPES pela concessão de bolsa de mestrado durante meu segundo ano de pesquisas e aos meus professores e colegas do mestrado, em especial ao meu orientador Alexandre Fortes, pela sua paciência, parceria e apoio realizado através de suas intervenções certeiras e diálogo fecundo.

Ao falecido amigo Daniel que durante nossas estadias na Rural contribuiu, através das discussões e madrugadas que ficamos a estudar, para uma reflexão sobre meu trabalho e sobre mim mesmo.

Aos entrevistados por me receberem em suas casas, com sinceridade e respeito, ao longo desses dois anos de pesquisa; aos companheiros do SEPE-Resende, principalmente ao pessoal da gestão que se findou em 2009, pois embora discordemos de algumas questões programáticas não faltaram apoio e amizade; aos profissionais da Cooperativa Educacional de Resende (Escola Um), da qual faço parte, pelo apoio, pelas novas mães que fiz, pelo incentivo e constante desejo de sucesso.

À Lélis Maria da Silva, companheira, amiga e amada que soube me “agüentar” nos momentos de ansiedade extrema e me incentivar nos momentos de desânimo acentuado, se durante nossa história construímos muitas coisas juntos concebo essa dissertação como mais uma delas...

Finalmente, aos trabalhadores e moradores de Volta Redonda, pela construção de sua própria história que contribui e inspira diversas pesquisas. A eles o meu mais caloroso abraço.

RESUMO

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)**. 2010. 162p Dissertação (Mestre em História). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

O tema dessa dissertação é análise que enfoca a chegada de um enorme contingente de trabalhadores migrantes para a construção da maior usina do país, a formação de uma identidade coletiva desses trabalhadores e sua relação com outras classes sociais, objetivando a superação de suas necessidades mais imediatas. Mais especificamente, o estudo busca o entendimento da imbricada relação entre a construção da CSN, a formação de classe de seus trabalhadores e a relação de ambos com o espaço político local e com a emancipação da cidade de Volta Redonda. Ao analisarmos as relações entre os trabalhadores-moradores e a política institucional notamos que as estratégias de sobrevivência, para uns, e da construção de capital político e clientela, para outros, estavam inclusas na complexa realidade social que englobava tanto a organização dos trabalhadores quanto paternalismo e clientelismo.

Trajetórias individuais, comparações com outras cidades industriais e suas emancipações, bem como análise do cenário político-eleitoral no pós-1945, principalmente do Rio de Janeiro, estão contidos nesse trabalho.

Palavras – chave: Trabalhadores. Clientelismo. Organização política.

ABSTRACT

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Industrialization, class relationships and political participation: of the creation of CSN to the emancipation of Volta Redonda (1941-1954)**. 2010. 162p Dissertation (Máster in History). Instituto Multidisciplinar Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

The subject of this master thesis is the arrival of a huge contingent of migrant workers to the construction of the largest steel mill of the country, the formation of a collective identity among those workers and their relationship to other social classes, aiming to overcome their most immediate need. More specifically, this work searches to understand the imbricate relationship among the CSN construction, the class formation of its workers and the relationship among both and the local political space, as well as with the political emancipation of the town of Volta Redonda.

Once we analyze the relationships between the workers-inhabitants and institutional politics, we notice that the survival strategies, for some, and the building up of political capital and patronage, for other were part of the complex social reality that comprised workers organization as well as paternalism and clientelism.

Individual trajectories, comparisons to other industrial towns and their emancipations, as well as analysis focusing on the electoral scenario of the post-1945 period, particularly in Rio de Janeiro state, are also included in this work.

Keywords: Workers. Clientelism. Political organization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Estrutura dos Capítulos.....	2
1.2 Considerações Teóricas.....	3
CAPÍTULO I - CONSTRUINDO UMA USINA E FORJANDO OPERÁRIOS	10
1.1 CSN: Simbologia do Novo	10
1.2 Os Bisonhos Encontram a Modernidade.....	15
1.3 A “Família Siderúrgica”: Inclusão Autoritária e Exclusão Discriminatória.....	25
1.4 Legislação Trabalhista, Patriotismo e Repressão: Volta Redonda como Laboratório do Nacional Desenvolvimentismo.....	31
CAPÍTULO II - DEMANDAS URBANAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O DISTRITO COM CARA DE CIDADE	41
2.1 Experiência de Classe, Crescimento Urbano e Condições de Vida.....	44
2.2 Disputas e Interesses Políticos no Novo Ambiente Democrática.....	48
2.3 O PCB em Volta Redonda.....	53
2.4 Partidos, Contexto político e Trajetórias.....	65
CAPÍTULO III – O COMPLEXO CAMINHO DA EMANCIPAÇÃO	73
3.1 Demandas Urbanas, Clientelismo e Mobilização dos Trabalhadores.....	73
3.2 Participação Popular e Interação Classista: Anomia?.....	78
3.3 Tentando Seguir o Rastro dos Comunistas.....	84
3.4 Comparações: os Movimentos de Emancipação em Volta Redonda e em Outras Áreas Industriais.....	86
3.5 Sávio Gama: Estratégias de Ação, Política e Alianças.....	89
2 CONCLUSÃO	95
3 FONTES	98
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
5 ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

Tanto no encontro da ANPUH regional (RJ) de 2008, quanto no encontro da ANPUH nacional (CE) de 2009, o pesquisador Sérgio Pereira alertava para o crescente número de “nativos” que tinham pesquisas vinculadas à temática de Volta Redonda ou da CSN. Em sua opinião uma questão recente e relevante.

Sérgio viveu e trabalhou em Volta Redonda durante pouco tempo, acredito que deva ter relação com a confecção de sua tese de doutoramento¹. Em seu relato sobre a cidade fica uma questão que como “nativo da região” eu não havia notado: como a história da CSN é relevante para a população local, inclusive influenciando várias áreas da produção científica, como o caso de um trabalho, se não me engano na área de Administração, que não possuía vínculo tão claro com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em que Sérgio se depara com uma introdução com número de páginas relevantes sobre a história de Volta Redonda e da Usina.

A maioria das pesquisas realizadas sobre a região e sua industrialização ainda pertence a pessoas não oriundas do local. Não acredito que o fato de ter o objeto da pesquisa tão próximo a minha trajetória pessoal e familiar me credencie a realizar um melhor trabalho, mas confesso que curiosamente o fato de pesquisar essa temática e local me ajudou a compreender melhor a história de minha própria família e sua trajetória.

Lembro-me claramente de quando criança, das vezes que passávamos por aquele colosso de indústria com suas cascatas e fogaréus a beira de uma das avenidas principais de Volta Redonda, avenida essa que dava e dá acesso à casa de vários de meus familiares. Acho que essa relação tão próxima, para minha família, entre trabalho fabril e ascensão social motivou meu irmão mais novo a estudar na Escola Técnica Pandiá Calógeras (instituição atrelada a CSN que até hoje forma funcionários especializados para composição de quadros da empresa) e principalmente motivaram nossas pesquisas (ele também é um estudioso do tema) sobre nosso local de formação, de vivência e sobre a temática da industrialização para a região.

Durante o trabalho de pesquisa, principalmente na leitura de entrevistas já realizadas por outros, ou na realização das mesmas, ficava cada vez mais evidente a similaridade de histórias e situações vivenciadas por grande parte dos migrantes e as histórias contadas por meus pais, tios e tias.

Deixo claro que a dissertação aqui apresentada, mesmo utilizando das memórias de seus entrevistados, não se pauta apenas nelas. Tanto com as memórias familiares quanto com as das entrevistas que tive acesso, principalmente ao reler os principais memorialistas da cidade, foi fundamental ter em mente que as memórias retiram “do passado alguns fatos, escolhendo-os para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias”. A problematização da memória, portanto, leva à necessidade de “entender as razões pelas quais são alguns fatos os escolhidos e quem e porquê esqueceu e fez esquecer outros fatos”². Para tanto, o historiador deve vê-las como “fontes históricas, pois elas nos ajudam saber o que tem sido lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais”³.

A explicação sobre como encaro o grande fluxo de memórias com os quais tive contato se faz necessário mesmo que redundante. Sou mineiro de Juiz de Fora e de família composta, em grande parte, por oriundos do mesmo local e a CSN possuía, em seu início,

¹ PEREIRA, Sérgio. *Sindicalismo e Privatização: O caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Ciências-Sociologia). PPGSA/IFCS/UF RJ, 2007.

² MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História e Memórias*. In: Mattos, Marcelo Badaró (Org). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 87.

³ Idem, p. 77.

mão de obra majoritariamente mineira. Muitos de meus familiares migraram para o Vale do Paraíba, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, na tentativa de tirar proveito do grande processo de industrialização vivido por Volta Redonda e com isso mudar suas vidas. Esse processo determinou que a história da CSN, com seus Planos de Expansão e sua privatização entrecortasse a história de minha família e seu leque de opções.

1.1 Estrutura dos Capítulos

Acredito essa ser uma das principais motivações que tive para estruturar o primeiro capítulo ao redor do processo migratório e formador da mão de obra para a construção da CSN, não à toa o título “Construindo uma Usina e forjando homens” que evidencia isso.

No **primeiro capítulo** faço uma discussão de como o Estado concebia a construção da CSN que foi efetivada dentro de uma ideologia do novo, de um novo país e de uma nova classe trabalhadora. É nesse contexto que o Estado tentaria forjar a mão de obra para lá deslocada e para isso utilizou vários recursos.

A influência dos militares é evidente, mas para além dessa grande influência e da repressão presente há a formação de um ideal de “família siderúrgica”, ideal esse implantado não só na CSN, e que tentava suavizar uma certa inclusão autoritária dentro do contexto de exclusão discriminatória. Porém evidencio que os trabalhadores não estavam passivos e manipulados, há mobilização, inclusive com a presença do Partido Comunista, e há um processo de ressignificação das leis, de dádivas em direitos que influencia a lógica das mobilizações.

Ainda no primeiro capítulo tento cumprir o que considero uma atual “agenda” da história social, ou seja, faço um pequeno mapeamento do processo migratório através dos relatos dos migrantes e bibliografia, uma discussão sobre etnia tendo por base a divisão do trabalho dentro da CSN e, em menor grau, uma discussão sobre gênero com base em uma trajetória feminina na empresa.

No **segundo capítulo** a preocupação inicial é explodir o limite geográfico de análise, fugir a uma conceituação de “trabalhadores” tendo por base somente os empregados na CSN, demonstro que já se encontrava na região outras empresas e que seus trabalhadores já vivenciavam problemas sentidos posteriormente pelos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional.

O grande crescimento demográfico na região atrelado à abertura política-eleitoral também é analisado nesse capítulo. As estratégias de sobrevivência e sucesso eleitoral são influenciadas por esse novo contexto, por isso, mesmo evidenciando o sucesso de mobilização e participação do PCB nessa época, principalmente em relação às demandas que envolviam questões de melhoria urbana, traço uma discussão sobre política, interesses e classes sociais sem estabelecer uma polarização entre mobilização e clientelismo. Estes são concebidos como possibilidades de ação, como estratégia de sobrevivência para o contexto vivido pelos trabalhadores da época.

A emancipação passa ser o mote do **capítulo III**, pois foi justamente dentro de complexa rede de relações político-partidárias, com suas articulações regionais e estaduais, pautando-se em discurso sobre as demandas urbanas do local que o distrito de Volta Redonda, majoritariamente composto de trabalhadores, consegue se emancipar com participação basilar de aparato político forjado pelos setores médios, e liderados pelo PSD. Para além da questão política, faço uma análise do comportamento da população, da atuação do PCB diante do processo, de algumas trajetórias individuais que influenciaram diretamente o mesmo, além de rascunhar comparação entre o movimento de emancipação de Volta Redonda e de outras áreas industriais.

Creio poder ter contribuído para reacender alguns debates, esquecidos ou já cristalizados, na produção historiográfica sobre Volta Redonda e CSN, porém discutir esse período (década de 1940 e 1950) é adentrar a discussão de alguns conceitos e categorias e é para eles que nos voltamos agora.

1.2 Considerações Teóricas

*“... os líderes sindicais têm a Siderúrgica como madrastra,
quando nós temos dela um símbolo de emancipação industrial e política do país.
Então, nós tínhamos a Siderúrgica não como nosso patrão,
mas sim como propriedade do povo brasileiro.
Ela é nossa, nós lutamos pela estatização dela (...)
Às vezes, alguém vai para lá como presidente, se intitula patrão, se faz de dono,
quando ele não é dono, ele é empregado como outro qualquer.”*
Relato de um militante comunista de Volta Redonda⁴.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada através do “Decreto-Lei nº 3002, de 30 de janeiro de 1941”,⁵ exatamente na conjuntura marcada pela inflexão na política do Estado Novo que Angela de Castro Gomes denominou “invenção do trabalhismo”⁶. O processo de criação da Usina, marcado pelo fluxo de um grande “contingente” de mão de obra migrante, coincide, portanto, com a implantação do discurso trabalhista que positivou a imagem do trabalhador nacional: “ainda que não tivesse acesso à livre organização, o operariado de carteira assinada passou a ter direitos e sua dignidade finalmente acolhidas no ordenamento da República”⁷.

A cidade de Volta Redonda, surgida a partir da implantação da CSN no que era até então oitavo distrito de Barra Mansa, uma área rural, se constitui assim num caso relevante para o estudo da constituição do espaço urbano como terreno de ação política naquele período. Lá, cidade e fábrica se articulavam como duas vertentes complementares. As estratégias utilizadas pelos diferentes atores sociais nos bairros e nos próprios lares dos trabalhadores eram tão importantes como o processo de trabalho em si.

Como a cidade não existia antes da construção da CSN, ela será concebida sob as rédeas do Estado e seu discurso trabalhista. Ao começar a ser construída, no segundo semestre de 1941, havia 762 trabalhadores na Usina e 2.782 habitantes no distrito. A região só consegue sua emancipação política em 1954, quando a CSN já possuía um efetivo de 11.089 trabalhadores e a população local era de 56.380 habitantes, 90%⁸ dos quais no núcleo urbano do novo município.

A dinâmica de crescimento era controlada, Volta Redonda seria encarada como um “Estado em miniatura”⁹. Uma cidade operária construída para receber a mão de obra, em que

⁴ Apud MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A Ferro e Fogo – Construção e Crise da “Família Siderúrgica”: O caso de Volta Redonda (1941 –1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 347.

⁵ MOREL, op. cit., p. 27.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

⁷ NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, Populismo e História Social. In: *CADERNOS AEL – Populismo e trabalhismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.11, 2004, p. 20.

⁸ ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Delegacia do Estado do Rio de Janeiro, 1971. *Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, mimeo, p. 18; e MOREL, op. cit, p. 52.

⁹ LASK, Cristiane Tomke. *Ordem e Progresso: A estrutura de poder na “cidade operária” da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964)*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991, p. 12.

as leis e as regras possuíam diretrizes ditadas diretamente pelos representantes do Estado presentes no local para assegurar o perfeito funcionamento da Usina.

Assim, já em 1942, “para garantir a boa ordem do Acampamento ‘onde se reuniam milhares de operários’ – suspeitos de promiscuidade, alcoolismo e hábitos desordeiros – foi criada um corpo de guardas, chefiado”¹⁰ pelo Coronel reformado Luiz de Oliveira Fonseca. A CSN controlava sua mão de obra tanto dentro como fora da usina, um verdadeiro esforço pedagógico e repressivo de reeducar os trabalhadores e eliminar as reais ou supostas mazelas que esses traziam consigo.

Como era característico das áreas industriais do período, paternalismo, “clientelismo e mandonismo, espionagem e polícia, propaganda e truculência eram cartas no baralho”¹¹. Essa combinação de forte pressão estatal de controle, domínio político e inclusão em uma “cidadania regulada” marcou a classe trabalhadora formada para a construção e operação da CSN. De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, esse conceito é aplicável à situação jurídico-política gerada pela aplicação da legislação trabalhista no Brasil, no qual um indivíduo se tornaria cidadão ao ter sua carteira de trabalho, ou seja, ao se tornar um trabalhador urbano. Desta forma estaria incluso na dinâmica de leis e direitos, implementada pelo Estado e a todos os “benefícios” oferecidos pelo mesmo.¹²

Uma de nossas intenções com o presente estudo é traçar um panorama político da cidade e situá-lo em relação a esse problema central no debate historiográfico do período: a relação entre populismo e trabalhismo.

Pioneira na proposição da categoria trabalhismo como alternativa a “populismo”, Angela de Castro Gomes assim explica o porquê da utilização desta categoria em sua pesquisa:

“(…) Como eu queria rejeitar os significados contidos na categoria populismo, mas tratava de um período, de personagens e de experiências aos quais ele se referia, procurei evitar a palavra. Daí a utilização de trabalhismo, historicamente mais precisa e adequada para ressaltar novos significados para o conjunto de idéias e práticas da história política brasileira, especialmente no que se refere à práxis do Estado e à práxis da classe trabalhadora”.

Dando continuidade à sua argumentação, a autora defende a recusa radical das idéias:

“de uma classe trabalhadora passiva e sem ‘uma verdadeira consciência’, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as idéias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relaciona com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que idéias e práticas nela contidas são permanentemente reinventadas através do tempo.”¹³

Concordamos também com Gomes no que diz respeito a não podermos encarar a moldagem proposta pelo Estado como o caminho linear a ser seguido pela classe

¹⁰ Idem, p. 89.

¹¹ NEGRO, op. cit., p. 22.

¹² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

¹³ GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, 2002, p. 59.

trabalhadora. Esta não deve sua formação à mão de grandes líderes carismáticos, respondendo posteriormente nas urnas (após a legalização dos partidos) com votações em massa no partido forjado e representante da política trabalhista (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro). Do mesmo modo, não discordamos de que o trabalhismo tenha exercido poder sobre a classe trabalhadora e sobre a esfera política. Como argumenta Fortes, o projeto político trabalhista “veio a lograr grande aceitação entre os trabalhadores urbanos de várias partes do país”¹⁴.

Mas, assim como diversos outros autores que mencionaremos a seguir, acreditamos que a categoria trabalhismo não dá conta do período dito populista. No caso específico da nossa pesquisa, diante da avaliação de grande parte da historiografia de que o trabalhismo “serviu (...) para a constituição de uma máquina política em benefício de petebistas comunistas”¹⁵, não deixa de ser curioso o fato de que na vida política dessa cidade (Volta Redonda), símbolo do nacional-desenvolvimentismo, iniciada formalmente em 1955, após sua emancipação, não encontremos nenhum prefeito do PTB embora o mesmo tivesse uma vida ativa na região e no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda¹⁶.

Mas além da insuficiência do conceito de trabalhismo para dar conta da análise do período como um todo, identificamos também grandes ambigüidades no próprio trabalhismo. De um lado ele incutia no operariado “um convite à ação, à manifestação, ao voto, à sindicalização, à defesa da legislação social mais avançada do mundo, a CLT”. Mas essa participação dos trabalhadores era acompanhada pelo controle do Estado, como se percebe no âmbito sindical, em que “muitos sindicatos se restringiam a preencher papelada, aqueles que haviam saído do papel”¹⁷, pois necessitavam da autorização do Estado até mesmo para se constituírem.

Francisco Weffort foi um dos primeiros a relativizar o conceito de populismo, chamando a atenção para o fato de que ele se referia a “algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma”¹⁸. Mas o autor continuava a identificar uma “debilidade congênita” no período, pois a pressão sobre o Estado feita pela mobilização popular “encontrava-se, direta ou indiretamente comprometida com o governo e, através dele, com as instituições vigentes que a própria pressão popular ameaçava.(...)”¹⁹.

Algumas análises mais recentes têm tentado avançar para além desse aparente paradoxo presente às análises de Weffort, buscando a superação do caráter ensaístico característico das ciências sociais dos anos 1960 e 1970 a partir de pesquisas históricas de grande densidade empírica²⁰.

Paulo Fontes considera que John French, por exemplo, “procura aprofundar o breve insight weffortiano de alianças policlassistas como eixo explicativo para as relações entre trabalhadores, Estado, classes médias e burguesia naquele período”²¹. Já Fernando Teixeira da

¹⁴ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: A classe trabalhadora porto alegreense e a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 437.

¹⁵ Segundo Negro: “Ao inventar o trabalhismo, seu criador relaxou as rédeas do controle repressivo e exortou à participação. Esta, no entanto, trazia um corpo estranho, o PCB”. NEGRO, op. cit., p. 25.

¹⁶ O nome oficial é Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí, mas utilizaremos o nome mais encontrado na bibliografia: Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR).

¹⁷ NEGRO, op. cit., p. 26.

¹⁸ WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 62.

¹⁹ WEFFORT, Francisco C.. Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.10.

²⁰ Como exemplos podemos citar a obra de FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; FORTES, op. cit.; e FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

²¹ FONTES, op. cit., p. 30.

Silva e Hélio da Costa, ao analisar as interpretações acerca do populismo dentro da historiografia brasileira, apontam que as novas pesquisas tentam “compreender os trabalhadores nos seus próprios termos”, numa dinâmica maior entre “estrutura e ação”²². Citando o historiador britânico Daniel James, comentam que a categoria populismo refere-se a movimentos “cuja ideologia pregava a virtude da harmonia de classes,” com o compartilhamento de interesses dos trabalhadores com os da nação, cabendo aos primeiros manter-se disciplinados e prontos a obedecer “ao Estado paternalista”. Ao mesmo tempo, argumentam os autores, isso não eliminava “a possibilidade de resistência da classe operária” nem a possibilidade do “surgimento de uma forte cultura de oposição entre os trabalhadores”²³. Para eles, os revisionismos do final da década de 1970 e início da de 1980 não alterariam profundamente a compreensão do período de 1930-1964. A “autonomia operária” descoberta por essa revisão historiográfica permaneceria navegando ao redor das “tradicionais instituições” de representação coletiva, tais como partidos políticos e “sindicatos burocratizados”, como se elas fossem de ilhas isoladas da experiência de classe²⁴.

Os balanços do debate historiográfico sobre o tema têm chamado a nossa atenção para a relação dinâmica entre o contexto vivido pelos autores e a emergência de novos olhares na pesquisa histórica. Um grande divisor de águas, nesse sentido, foram as greves no ABC paulista. A partir de então, pesquisas sobre o sindicalismo na República Velha se tornariam mais interessantes que as do período pós-1930, pois a diversidade de lutas e organizações autônomas durante o primeiro período seria mais coincidente com a explicação usual para o “Novo Sindicalismo”, que as novas correntes historiográficas assumiam se contrapor a um “Velho sindicalismo”²⁵ que teria dominado o período entre 1930 e 1964.

A maior parte da produção acadêmica sobre Volta Redonda dedica-se ao estudo do período do chamado “Novo Sindicalismo”²⁶, em que o movimento sindical do Brasil e da cidade ganhavam “outros contornos, mais combativos e de maior agudeza no que se relaciona à mobilização dos trabalhadores”²⁷. Com exceção dos trabalhos de Marco Aurélio Santana, os autores aqui mencionados reproduzem em grande medida a auto-imagem construída pelos militantes sindicais vinculados ao “Novo Sindicalismo”, construída em contraposição ao chamado período populista, no qual consideram que existiam direções sindicais que “representavam sérios limites à ação”²⁸, por estarem enquadradas num “sindicalismo burocrático” que surgiu sob “a influência das campanhas de sindicalização corporativas”. Graciolli, mesmo admitindo que o sindicato não tenha “(...) permanecido inteiramente passivo ao longo das décadas de 1940 e 1950, e tenha liderado movimentos importantes em defesa do

²² COSTA, Hélio e SILVA, Fernando T.. Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 216.

²³ Idem, p. 217.

²⁴ Idem, p. 221.

²⁵ A expressão foi utilizada por Badaró, em pesquisa na qual o autor demonstra que a imobilização e a ausência de organização de base não era a realidade de muitos sindicatos no estado do Rio de Janeiro entre 1945 e 1964. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 13.

²⁶ Ver, por exemplo GRACIOLLI, Edílson José. Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988. Uberlândia: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Uberlândia, 1997; GRACIOLLI, Edílson José. Um Laboratório Chamado CSN – Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993). Campinas: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade Estadual de Campinas, 1999; MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1993; SANTANA, Marco Aurélio. Uma cidade em movimento: trabalhadores e política em Volta Redonda (1980-1990). In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, - ANPUH (Simpósio Temático Trabalhadores, Cultura e Instituições de Classe), Londrina, UEL/ANPUH, 2005. Localização eletrônica:

sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/MarcoSantana2005.rtf, acessado em 9/10/07; VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. *Volta Redonda entre aço e armas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

²⁷ GRACIOLLI, 1997, p. 52.

²⁸ Idem, p. 51.

reconhecimento dos direitos concedidos pela CLT” argumenta que seus dirigentes o organizaram “segundo as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e relegaram a um segundo plano a militância direta e a organização dos trabalhadores”.²⁹

Tentando superar essa contraposição entre o “Novo” dos anos 1980 e o “Velho” do pré-1964, buscaremos construir um panorama geral da relação entre sociedade e política na cidade de Volta Redonda, priorizando a construção do mundo urbano de 1941-1964. Para isso, estabeleceremos um diálogo com a produção historiográfica sobre a cidade e a CSN³⁰ tentando reexaminar a história local a partir das contribuições de autores que examinaram o mesmo período em outros importantes centros industriais brasileiros, tais como Alexandre Fortes, John French e Paulo Fontes. Consideramos que a metodologia utilizada por estes autores pode nos ajudar, pois eles fogem das polaridades anteriormente citadas, propondo-se a construir um “modelo interativo de classe social”, no qual a vida cotidiana assume um papel importante para a compreensão do período.

Este tipo de análise nos inspirou para buscar, através da pesquisa, a compreensão para algumas questões intrigantes que marcam o início da história política desta cidade operária. Uma delas é o fato de que a “contraposição ao poder da Companhia se apresentou de forma mais institucionalizada, primeiramente entre os setores médios da população”³¹. Outra é a vinculação da nova elite política local ao PSD (Partido Social Democrático), que conduziu o processo de emancipação da cidade.

A análise dessa relação entre o processo de formação de um novo operariado vinculado à criação da CSN e a constituição do sistema político local exige uma reflexão sobre o uso do conceito de classe trabalhadora. Foi de grande utilidade para a nossa análise a abordagem de Mike Savage³², ao tentar colaborar com a resolução do impasse teórico que contrapõe, de um lado, os marxistas e os adeptos de teorias econômicas neoclássicas e, do outro, abordagens que possuem uma análise mais cultural. Savage sugere o foco na *insegurança estrutural* que marca a vida de todos os trabalhadores quando comparados a outras classes sociais, por não possuírem recursos próprios e enfrentarem uma maior situação de insegurança social e econômica em seu cotidiano. Para o autor, esta *insegurança estrutural* não se baseia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas se pauta na experiência vivida pelos trabalhadores dentro de determinado contexto histórico. Isso determinará as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, suas formas de organização e de atuação (tanto ações conflitivas quanto cooperativas, demandas de amparo do Estado, clientelismo, etc). Savage conclui: “nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou o principal eixo de classe social”³³.

Portanto, as estratégias geradas pela classe trabalhadora para suprir até mesmo às suas necessidades básicas incluem tanto a sua participação política quanto a interação com outras

²⁹ MANGABEIRA, op. cit., p. 75.

³⁰ Particularmente os seguintes trabalhos: MOREL (op. cit.); LASK (op. cit.); BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004; BEDÊ, Edgar. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. Tese (Doutorado em Educação). Campo de Confluência Trabalho e Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007; PEREIRA, Sérgio. *Sindicalismo e Privatização: O caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Ciências-Sociologia). PPGSA/IFCS/UFRJ, 2007; e LOPES, Alberto. *A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda*. Rio de Janeiro. E-Papers Serviços Editoriais: 2004; OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. *Missão Cookie – Estado Novo e a implantação da CSN*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003; MOREIRA, Regina da Luz. *CSN: um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação CSN, 2005.

³¹ PEREIRA, op. cit., p. 76.

³² SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In: Cláudio M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 26, 33.

³³ Idem.

classes sociais, no nosso caso, nos marcos estabelecidos pelo “sistema político populista”. Analisaremos, portanto, a vida política da cidade apreciando a dinâmica interna das classes sociais, a interatividade entre elas, o modo como a classe trabalhadora se articulava em relação às outras classes. Nosso ponto de partida, assim, será a análise da formação da classe operária em Volta Redonda, com suas divisões e internas e transformações, sempre as relacionando às interações com outros segmentos e classes sociais, possibilitando a construção de alianças sem que os trabalhadores permanecessem passivos e subordinados aos líderes carismáticos do período³⁴.

Na década de 1940, contexto de formação da CSN, a experiência da classe trabalhadora era condicionada em muito pelas estratégias e estruturas políticas e sociais implementadas pelo governo Vargas, particularmente do que diz respeito à questão dos direitos. Analisando o caso paulista, French, destaca que o movimento operário, frente à abertura política do final do governo Vargas, se viu diante da necessidade de elaborar uma nova estratégia de ação: “como poderia obter a influência política de que precisava para conseguir que a legislação trabalhista do governo fosse aplicada ou aprimorada?”. A ação sindical, agora legalizada, passaria agora a ter forte impacto tanto econômica quanto politicamente, exigindo alianças partidárias e eleitorais.³⁵

Alguns autores, entretanto, tal como Brodwin Fischer, chamam a atenção para o fato de que as leis não abarcavam a todos os trabalhadores. Havia uma clara diferença entre trabalhadores formais e informais, entre “trabalhadores” e “pobres”:

"Novas leis, ou leis recém-aplicadas criaram a possibilidade de direitos: o direito a condições de trabalhos dignas, o direito ao auxílio do Estado, o direito ao pertencimento legal a uma cidade ou região, o direito a propriedade garantido pela Constituição. Em quase todos os casos, porém, esses direitos eram distribuídos com base em pressupostos irrealistas ou iníquos a respeito das capacidades materiais da população, da sua agilidade burocrática e das suas preferências culturais. Como resultado, o acesso a esses direitos - justificado, quase sempre, com base em valores aparentemente universais - era bastante restrito e superficial."³⁶

Consideramos que essa abordagem pode ser aplicada ao contexto de formação da Companhia Siderúrgica Nacional que, como veremos, também compartilhava desta dualidade entre excluídos e incluídos. Diante dele, uma vasta diversidade de práticas e estratégias será aplicada, objetivando a sobrevivência e estabilidade dos trabalhadores. Muitos daqueles que migraram para Volta Redonda não conseguiam se integrar plenamente à cidadania brasileira por estarem excluídos da lógica estatal, ou seja, simplesmente por não serem trabalhadores formais. De outro lado existiam os incluídos, via carteira de trabalho. “Enquanto estes, na maior parte das vezes, buscavam assumir e estender sua cidadania econômica e social, aqueles lutavam simplesmente para adentrar o restrito grupo dos cidadãos que podiam exigir quaisquer direitos”³⁷.

Logo, o grande processo migratório para a construção da CSN deixará de fora da lógica estatal muitos trabalhadores que não poderiam apresentar suas exigências na linguagem dos direitos. Isso mesmo em um contexto em que uma abertura de participação, de introdução

³⁴ FORTES, op.cit., p. 439.

³⁵ FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 -1950*. São Paulo-São Caetano do Sul: HUCITEC/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, pp. 242, 243.

³⁶ FISCHER, Brodwin. Direitos por leis ou lei por direito? Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo. In: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes de Mendonça (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006, p. 433.

³⁷ Idem, p. 420.

dos trabalhadores no jogo político se fazia presente. Vislumbravam-se, porém, outras formas de participação neste contexto, outras formas de sobrevivência que contemplam tanto ações organizadas quanto outras práticas.

Consideramos que Volta Redonda foi local de grande imbricação entre as esferas política, jurídica e cultural, numa conjuntura em que “apesar das desigualdades sócio-políticas das partes envolvidas” a diferenciação social não excluía “a negociação no interior do sistema de alianças e disputas de acordo com os interesses em jogo”³⁸. Isso reforça a necessidade de uma análise que aborde de forma interativa a experiência dos trabalhadores (incluídos ou não) com as demais classes sociais, uma “análise sócio-histórica do estudo da política”.³⁹

Para a compreensão do processo de gestação da cidade de Volta Redonda devemos entender como se formaram a geografia e a sociedade no que era até então o oitavo distrito de Barra Mansa. Para isso, analisaremos o processo de criação da usina siderúrgica, o deslocamento de migrantes para se transformarem em mão de obra, os primeiros anos de formação de uma sociedade urbana em um espaço anteriormente rural. Só assim poderemos compreender o imbricamento de questões como nacionalismo, cidadania, participação sindical e política que pode ser identificado na epígrafe desta introdução.

³⁸ COSTA, Hélio e SILVA, Fernando T. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 230.

³⁹ Idem.

CAPÍTULO I - CONSTRUINDO UMA USINA E FORJANDO OPERÁRIOS.

1.1 CSN : Simbologia do Novo

“Na nova era o índio desapareceu, desapareceu
Princesa Isabel e Conde Deu, em 1800, por aqui passaram
No alto de sua passagem, estabeleceram a Estação
Lá na esquina da Paulo de Frontin acabaram com a navegação
De barcos que navegaram com escravos no Rio Paraíba
Quando acabaram, quando acabaram com a capitania de Minas Gerais
Com homens de braços fortes descarregando minerais
Café e barras de ouro espalhados pelo continente
Vem mostrar quem pode com a história, mostrando a nossa gente
O passado sem metalurgia, com barras de aço fazendo a economia
Por nosso país, país, país
Em condições fantásticas. Alô, alô, alô Brasil, fazendo alguém feliz!”⁴⁰

O texto acima é parte de samba-enredo criado para o carnaval de Volta Redonda na década de 1950 e mistura uma menção a personagens e fatos relevantes para a história local e do país com uma exaltação à metalurgia como símbolo da modernização do país. O Sr. Jouvacy Milheiro Neto, autor da letra acima, saiu de Iguauçu (interior do Espírito Santo) para trabalhar em Volta Redonda na construção da usina, uma experiência comum no período. Este exemplo nos remete ao papel simbólico da CSN enquanto expressão do desenvolvimento nacional.

A questão do nacional-desenvolvimentismo é basilar para a compreensão do Brasil do pós-1930. Houve um grande esforço para a implementação de um projeto de industrialização que objetivava impulsionar o país rumo à modernização, e os militares tiveram papel ativo nesse processo. Em janeiro de 1931, no início do governo Vargas, ocorre a criação da “Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos” no âmbito do Ministério da Guerra⁴¹. Os chefes militares assumem de forma decidida a defesa da “indústria siderúrgica brasileira”⁴², que é associada ao discurso da “Segurança Nacional”. Acreditamos que a ocorrência de guerras mundiais em um espaço de tempo tão curto (três décadas) contribuiu para associar a questão militar à argumentação da elite industrialista burguesa, que também vinculava a indústria siderúrgica ao engrandecimento e fortalecimento da nação.

A siderurgia passa a ser tema de conferências. Em 1939 teríamos a conferência entulhada: “A positiva influência da indústria siderúrgica na vida econômica de uma nação”, realizada pelo contra-Almirante Greenhalgh Barreto. As palavras do almirante que encontramos no jornal *O Radical*, expressavam sua preocupação com um futuro próximo em que ferro e aço se tornariam questões fundamentais, pois quem dominasse a produção de aço teria maior segurança em período de guerra. Nos países que não se adaptassem a essa nova realidade, que exigia a preocupação com a metalurgia, prevaleceria uma “situação de inferioridade”. Se o Brasil não enfrentasse esse desafio, ele seria “naturalmente privado da

⁴⁰ Jouvacy Milheiro Neto, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

⁴¹ MOREIRA, op.cit., p. 19.

⁴² Idem, p. 20.

posição que ocupava entre os demais” e não poderia se livrar “das conseqüências da lei humana - o fraco absorvido pelo forte”⁴³. A produção de aço se associava à idéia de potência.

Para Greenhalgh, a figura de Vargas tinha grande relevância na transformação do Brasil em país de grande indústria:

“Felizmente, à testa de nosso governo, temos atualmente um verdadeiro estadista, que, compreendendo o perigo que para nós representa essa enorme riqueza inerte, determinou o estudo das possibilidades da criação da nossa indústria siderúrgica, com a qual, conforme vimos, nos será possível incrementar as demais indústrias, consolidando assim nossa situação econômico-financeira. ----- Técnicos competentes, Raul Ribeiro, **Sylvio Raulino, Macedo Soares** e outros, estudam a fundo tal assunto e acredito que eles, com o patriotismo que possuem, com os conhecimentos que os recomendam, com o desejo que têm de acertar, cheguem a uma conclusão lógica, em harmonia de vistas, afim de que nosso país, realize o que pode e ocupe o lugar que lhe compete.”⁴⁴

O sucesso da empreitada de industrialização do país, à qual os militares se dedicaram de maneira tão efetiva pode ser demonstrado pela tabela abaixo:

Tabela 1

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA		
Taxas anuais de Crescimento		
Anos	Agricultura	Indústria
1920-29	4,1%	2,8%
1933-39	1,7%	11,2%
1939-45	1,7%	5,4%

Fonte: MENDONÇA, Sonia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 1995, p.41.

A CSN viria a se tornar um símbolo dessas grandes mudanças na estrutura econômica do país que se aceleraram a partir da década de 1930. Porém, como em toda política estatal, inicialmente não havia uma unanimidade dentro do bloco governamental. Como destaca Diniz:

“Admitida a importância do Estado como núcleo dinâmico do sistema, o que nos parece questionável, entretanto, são as derivações que a partir daí se fazem acerca da fragilidade e mesmo da passividade de grupos sociais específicos”⁴⁵.

Oliveira chama também a atenção para o fato de que há outros pontos e interesses a serem evidenciados, para além do poder estatal e da figura de Vargas:

“A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante da segurança nacional; os

⁴³ Ricardo Greenhalgh Barreto. A positiva influência da indústria siderúrgica na vida econômica de uma nação. *O Radical*, 02/07/1939.

⁴⁴ Idem. Grifo Nosso.

⁴⁵ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 20.

industriais porque acabariam se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado”.⁴⁶

Nosso foco aqui não é a discussão de que atores terão papel privilegiado perante o Estado na implementação da política de industrialização e desenvolvimento. Interessa-nos, acima de tudo, o modo como o resultado dessa política alterará a relação rural-urbano dentro do país, trazendo uma grande massa de trabalhadores à participação política nas grandes áreas urbanas afetadas pelo crescimento industrial. Isso sem nos esquecermos dos instrumentos criados no período pelo Estado com o objetivo de estabelecer um controle sobre a classe trabalhadora e maximizar o lucro industrial, tais como as polícias políticas e os aspectos repressivos da legislação sindical.

A transformação de um país majoritariamente rural em urbano passa a ser a tônica do pós-1930. A capital paulista crescia de forma tão abrupta que chegava a registrar o surgimento de 70% de novas fábricas em uma década e em “1959 quase 50% de todo o emprego fabril do país estava concentrado no estado de São Paulo”⁴⁷. Outro fato importante a ser destacado é que a industrialização, concentrada no eixo Rio-São Paulo, acontecia com grande investimento estatal. No caso do estado do Rio de Janeiro, foram criadas no período, além da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), “a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Companhia Nacional de Álcalis”⁴⁸.

A CSN, enquanto projeto de empresa-modelo governamental, dará uma contribuição decisiva para estas transformações. Neste contexto de considerável fluxo de investimentos rumo à industrialização do Brasil, a empresa não figurará como uma simples siderúrgica, construída para complemento da produção de aço do país, mas como símbolo de um projeto nacional viabilizado pelo Estado e representado pela figura de Vargas. Ao Estado, em acordo com a burguesia nacional, coube a tarefa de estabelecer uma “identidade entre industrialização e ‘grandeza nacional’”⁴⁹, forjando-se assim um projeto econômico que transformava a industrialização do país em requisito para o fortalecimento do ideal modernizador e de construção de nação.

As negociações com os Estados Unidos para a obtenção de financiamento vinham se dando já há algum tempo, mas se tornaram mais intensas e mais complexas após o início da Segunda Guerra. O impasse só foi resolvido em 1942, quando a necessidade de um posicionamento brasileiro no conflito tornou-se inadiável. Diante do torpedeamento dos navios brasileiros por submarinos alemães e tendo acertado os detalhes relativos à concessão de bases de operação para os norte-americanos no Nordeste brasileiro, Vargas subiu a bordo do encouraçado Minas Gerais e

“diante de uma platéia formada exclusivamente pela alta hierarquia militar, pronunciou um discurso que, embora não se referisse em momento algum à Alemanha e à Itália, acabaria sendo interpretado como o anúncio de adesão do Brasil aos países do eixo”⁵⁰.

A influência dos militares na criação e administração dessa grande indústria fica evidente ao analisarmos o quadro de diretores da CSN. De 1941 a 1955, houve 20 diretores militares, nas mais diversas posições dentro da diretoria. Destacam-se os nomes de Sylvio

⁴⁶ OLIVEIRA, op. cit., p.30.

⁴⁷ FONTES, op. cit., p. 47.

⁴⁸ LOPES, op. cit., p. 31.

⁴⁹ MENDONÇA, Sonia. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, op.cit., p. 23.

⁵⁰ MOREIRA, op.cit., p. 30.

Raulino e Macedo Soares, já citados pelo Almirante Greenhalgh, que participaram da diretoria 13 vezes, geralmente respondendo pela Presidência da empresa.⁵¹

Mas os militares não eram os únicos. Guilherme Guinle, proprietário da Companhia Docas de Santos, foi empossado por Vargas como primeiro presidente da CSN⁵². Outras empresas e instituições privadas teriam direito de comprar ações da CSN. No início foram estas: “Companhia Antártica Paulista, a Mesbla, a Sul América de Seguros, a Companhia Docas de Santos, o jornal ‘A Gazeta’ e as bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo”⁵³. Assim, a burguesia nacional também assumiria papel de relevância neste empreendimento mesmo que, num primeiro momento, tenha ficado em segundo plano.

Ficando acertada a parceria e o financiamento⁵⁴ entre Brasil e Estados Unidos para a criação, implementação e primeiros anos de produção da usina, ficava pendente a definição do local para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sendo que a identificação dos fatores que acabaram sendo decisivos é objeto de polêmica nos trabalhos que abordaram o tema. Um ponto sobre o qual há certo consenso é a “poderosa influência política do então interventor do estado do Rio de Janeiro, Comandante Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas”⁵⁵ que teria pleiteado a implantação da usina em seu Estado. Posteriormente, Amaral Peixoto, em seu segundo mandato, já como governador eleito pelo PSD, utilizará como um importante cacife em seu discurso político o fato de ter gerado a industrialização da região. Além da própria CSN, Peixoto apontava que havia tido papel decisivo na implantação da Companhia Siderúrgica Barra Mansa e da Companhia Metalúrgica Bárbara, ainda quando interventor. Já no período democrático, teria atraído empresas para o pólo industrial de Resende, cidade a 50 km de Volta Redonda⁵⁶. A industrialização era, portanto, um elemento central na trajetória deste grande cacique político do PSD, que controlava correntes políticas dentro e fora de seu partido em todo o estado do Rio de Janeiro⁵⁷.

Mas além dos fatores políticos, há que considerar os de ordem geográfica. O Almirante Greenhalgh, em 1939, justificava a sua visão de que o Rio de Janeiro poderia ser o contemplado com a grande indústria pelo fato desse ser o local:

“em que podem ser aproveitadas os sub-produtos do minério de ferro e, principalmente, os de carvão, sendo instalada no interior do país a indústria militar, que requer aços finos, seja qual for o processo escolhido, desde que seja econômico, indústria essa que terá de prevalecer quaisquer que sejam as adversidades pelas quais possam passar o país.

Parece-nos que a topografia de nosso território, proporciona localidades em que tais usinas podem ser instaladas, sem necessidade de serem subterrâneas, pois dispomos de locais que, com uma pequena ajuda dos homens, podem se tornar inexpugnáveis.”⁵⁸

⁵¹ Tanto Sylvio Raulino quanto Edmundo Macedo Soares eram Generais, mas podemos encontrar Coronéis e Tenentes-Coronéis nas diretorias do período citado. Companhia Siderúrgica Nacional. Diretores da CSN 1941 a 1987.

⁵² A composição do restante da diretoria era a seguinte: Ary Torres, vice-presidente; Edmundo de Macedo Soares e Silva, diretor técnico; Oscar Weinschenck, diretor comercial; e Alfredo de Sousa Reis Jr., diretor secretário).

⁵³ Idem, p. 37.

⁵⁴ Para maior esclarecimento sobre planos, estudos, composição de capital e formação acionária da CSN ver MOREIRA, op. cit., pp. 10-43.

⁵⁵ BEDÊ, Waldir, op.cit, p. 35.

⁵⁶ MOREL, op. cit., p. 244.

⁵⁷ Idem, p. 267.

⁵⁸ Ricardo Greenhalgh Barreto. A positiva influência da indústria siderúrgica na vida econômica de uma nação. *O Radical*, 02/07/1939.

Fatores de ordem semelhante, embora com preocupações distintas, foram apontados por Macedo Soares: “em Barra do Piraí - Barra Mansa, os operários terão melhores condições de vida”, devido ao clima. Havia a “água doce” em “abundância” para a produção do aço e a existência da “Estrada de Ferro” facilitaria o “frete de retorno”, aliás a mão de obra é muito mais barata do que no Rio”⁵⁹. Essa avaliação era complementada pelos engenheiros e consultores da empresa americana Arthur Mckee & Co. Diziam eles que a “localização em Barra Mansa” era boa, pois na região escolhida os “habitantes são considerados bons operários”⁶⁰. Já existiam duas companhias que também operavam com a metalurgia, a “Companhia Metalúrgica Bárbara, com capitais franceses e brasileiros e a Siderúrgica Barra Mansa; ambas representavam o início da industrialização na região”⁶¹ e possuíam em 1939, respectivamente, 754 e 84 empregados.

Bedê⁶² chama a atenção para a necessidade de um questionamento sobre o que haveria por trás dessa classificação de “bons operários”. Na região de Barra Mansa, de fato, havia ainda uma pequena quantidade de trabalhadores siderúrgicos. O que podemos deduzir da consideração de “bons operários” era que havia pequena ocorrência de conflitos entre capital e trabalho. Não podemos nos esquecer de que “a Companhia Siderúrgica Nacional é ‘filha’ do Estado Novo: o Congresso fechado, a imprensa sob censura do D.I.P., reprimidos os movimentos sociais, caladas as vozes da oposição”⁶³. Parece claro, portanto, que a empresa americana que trabalhava para o Estado brasileiro não classificaria uma região com grande mobilização sindical e política como uma boa área para a construção de uma usina com o porte da CSN, principalmente levando-se em conta as perspectivas de aglutinação de um grande contingente de mão de obra ao redor da empresa.

A magnitude do projeto da usina tornava-a uma parte importante da reconfiguração da classe operária brasileira desencadeada a partir de 1930. Por isso, “era necessário um sítio isolado, pois a construção de uma cidade era parte fundamental do projeto disciplinador, se constituía em seu eixo ao propiciar a ‘imobilização da mão de obra pela moradia’”⁶⁴. O isolamento desse novo grupo de trabalhadores, combinado à mistura entre o universo fabril e urbano, limitando as experiências dos trabalhadores às diretrizes fabris e à influência da ideologia estatal, poderiam ditar a formatação dos trabalhadores dentro de um leque de diretrizes e desejos estatais.

Significativo e impactante foi o processo de construção da usina. Já em 1942, havia 6.164 trabalhadores distribuídos entre a construção da usina e da cidade operária, número maior que o de operários presentes na região até um ano antes. A magnitude das proporções e pretensões da CSN deveriam simbolizar uma grande transformação da nação brasileira. Esta relação com o “novo” presente na simbologia que envolvia a Companhia pode ser expressa através das palavras de Lopes:

“(…) a racionalidade do projeto estava impregnada por um triunfalismo que, coerentemente com a trajetória de realizações e com o discurso político de Vargas, prometia uma vida nova em um tempo novo. Em Volta Redonda seria apresentado ao Brasil e aos brasileiros algo novo, capaz de tornar real aquilo que estava latente no mundo das intenções e dos desejos.(…)

⁵⁹ MOREL, op. cit, p. 43.

⁶⁰ BEDÊ, Edgar, op.cit, p. 64.

⁶¹ MOREL, op. cit., p. 51.

⁶² BEDÊ, Edgar, op.cit, p. 64.

⁶³ MOREL, op. cit., p.18.

⁶⁴ SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. Pelo Espaço da Cidade: aspecto da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1992, p. 12. Para análise de um maior debate sobre a escolha de Volta Redonda como matriz deste projeto de industrialização nacional ver SOUZA, op. cit., p. 11 a 20; e LOPES, op. cit., pp. 47-49.

A intenção do novo assumiria agora a sua expressão particular no território do novo, tendo no plano urbanístico da cidade um de seus instrumentos particulares.”⁶⁵

A CSN passava a ser símbolo do desenvolvimento nacional e sua construção afetaria diretamente o país e as perspectivas, individuais e coletivas, dos trabalhadores envolvidos nesta jornada. Para muitos dos trabalhadores envolvidos na construção da usina, a grandeza da obra era presságio de mudança até para as gerações futuras. Operários, muitas vezes de origem “simples e de pouca leitura”, mesmo assim “tinham uma noção bem nítida da importância da obra que ajudavam a construir, e associavam a relevância da usina de aço com o futuro de seus filhos”⁶⁶. A possibilidade de que esta “melhoria de vida” seguisse em escala ascendente e acompanhasse a genealogia dos trabalhadores ficam expressas em relatos como o citado acima, mas os louros do progresso não deveriam se limitar a nossas fronteiras. Como a CSN foi planejada e executada em parceria com capital americano e sob a consultoria do mesmo, sua implantação também teria reflexos internacionais:

“Volta Redonda será um marco da civilização brasileira, um exemplo tão convincente, que afastará todas as dúvidas e apreensões acerca do seu futuro, instituindo no Brasil um novo padrão de vida e um novo futuro, digno de suas possibilidades. (*EM GUARDA*, nº 3 – Bureau de Assuntos Interamericanos, Washington, 1944.)”⁶⁷

Novo padrão, novas possibilidades. Precisava-se forjar uma nova mão de obra que se enquadrasse nos planos de implantação e dominação da usina.

1.2 Os “Bisonhos” Encontram a Modernidade

“Os homens que vieram construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus estados, eram bisonhos, quase sempre mal tratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, ganhando o que eles julgavam ser uma boa remuneração. Em geral, só conheciam quatro ferramentas: a enxada, a foice, o machado e o facão. Como produtores de energia, além deles, sabiam que existiam o boi, o cavalo, e muare; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada na maioria dos lugares do interior do país.”⁶⁸

Este depoimento do General Macedo Soares é esclarecedor sobre a forma como a CSN foi criada. Reflete a visão hierárquica derivada da tradição militar à qual pertence o narrador. Uma consequência disso é a própria distinção de tratamento entre os funcionários qualificados e os não-qualificados da usina, que se espelha nos espaços da cidade em formação: “misturava-se a diferenciação no trabalho com a diferenciação social”⁶⁹.

Na construção da cidade operária, fica clara a hierarquização dos bairros e moradias. Para Macedo Soares, “o engenheiro não era apenas um especialista que calculava (...), tinha função social de maior importância: deveria ser também ‘gerente, educador, e organizador

⁶⁵ LOPES, op. cit., p. 52.

⁶⁶ Relato de Isidório Ribeiro, então técnico mecânico da CSN. Apud BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 44.

⁶⁷ Apud BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 31.

⁶⁸ Depoimento de Edmundo Macedo Soares e Silva, que participou da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), acompanha as obras da CSN e assumiu diversos cargos na Usina posteriormente. Apud MOREL, op. cit., p. 76.

⁶⁹ LASK, op. cit., p. 31.

que conduz as reformas sociais”⁷⁰. A prioridade em bem receber esta elite intelectual e dirigente pode ser expressa pela preocupação dispensada à construção do Hotel Bela Vista – que receberia os engenheiros e os estrangeiros vindos para a execução da CSN –, a primeira obra a ser iniciada⁷¹.

Consideramos que a postura que marcará o poder personalista do general Macedo Soares na implantação da CSN reflete, além da sua formação militar, a forma de pensar que moldou e estruturou a implantação desta empresa: o fordismo e o americanismo. Para Gramsci, essas concepções associadas à emergência dos Estados Unidos como nova potência hegemônica mundial traziam embutidas “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho de processo produtivo”⁷². Podemos ver a busca pela construção desse novo tipo humano nos processos simbólicos aos quais eram submetidos os trabalhadores que chegavam à CSN. Sua chegada ao local de construção da usina, muitas vezes acompanhados por suas famílias, era similar a um ritual de passagem:

“Quando chegava um operário ele era despido, ele e toda a sua família. E nós vestíamos roupas novas neles. Dávamos banho, passávamos pelos médicos e dávamos roupas novas. E as roupas antigas eram lavadas e guardadas. Colocadas dentro de um saco e guardadas com o nome deles, porque era muita gente doente. (entrevista com Macedo Soares e Silva, apud MOREL, *ibid.* p.96)”⁷³

A busca por mão de obra era intensa. O trabalho de construção da CSN era monstruoso, e a necessidade de braços imensa, o que levava à existência de um grande serviço de agenciamento de mão de obra. Jessie Jane Vieira de Souza, baseada em vários relatos de trabalhadores migrantes, registra que os trabalhadores eram trazidos na carroceria de caminhões:

"Esse caminhão saía e ia buscar homens, recebendo por cabeça, como se dizia naquele tempo... O caminhão chegava cheio de homem, tudo sentado, chegava e ia lá no hospital central, no prédio antigo, quase na entrada da usina e descia por um caminhão, e dava o nome. Quem não sabia o nome eles batizavam. Muitos não sabiam seus endereços, não sabiam nem o nome do pai nem da mãe, o agenciador é que dava o nome”⁷⁴.

A necessidade de um grande volume de mão de obra se dava também devido à existência de uma alta rotatividade, provavelmente causada pela existência de um número significativo de migrantes que não se adaptavam à nova realidade. Porém, o Censo Demográfico de 1960 já apontava que muitos deles ficaram na cidade e alteraram significativamente o quadro populacional e urbano da região⁷⁵. O Sr. Nelson Penichi da Silva chega a afirmar que “muitas pessoas vinham aqui e voltavam né, que na época tinha agenciadô, agenciadô em São Paulo, Bahia, toda região”. O processo de seleção, feito pelos agenciadores era simples: “(...) tinha uns camarada trabalhando na lavoura(...), então o agenciadô olhava assim na lavoura, tinha quatro, cinco, seis ou mais, o agenciadô chamava

⁷⁰ Apud MOREL, *op. cit.*, p. 75.

⁷¹ LASK, *op. cit.*, p. 71.

⁷² GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Volume 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 248.

⁷³ PEREIRA, *op. cit.*, p. 46.

⁷⁴ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Arigó: o pássaro que veio de longe. *Volta Redonda*, 1, 1, 10-15, 1989, p. 14.

⁷⁵ Segundo o Censo de 1960, Barra Mansa contava com uma população de 30.266 migrantes, num universo de 63.005 habitantes, já Volta Redonda possuía 54.595 migrantes numa população de 87.945 habitantes. Censo Demográfico de 1960, p. 86.

(...)”, e os trabalhadores entravam nos caminhões da CSN, “aquele caminhão vermelho da Companhia, cor de abóbora né, aí: Vamos!, vinha três, quatro ou cinco, aí chegava: Ó a Companhia tá pagando bem, e precisa de homem lá (...)”⁷⁶.

Para o Sr. Ronaldo Gori⁷⁷, filho de engenheiro e ele mesmo engenheiro aposentado pela CSN, onde trabalhou por 35 anos, a mão de obra para a usina foi composta da seguinte forma: “(...) Procuravam gente bruta. ‘- Quer trabalhar em Volta Redonda?’ (...) Esse pessoal era brutalizado mesmo”. Ele menciona uma conversa com o fotógrafo oficial da empresa que corrobora o procedimento mencionado acima sobre como eram dados os nomes a alguns trabalhadores que chegavam do interior:

“O cara chegava, aí tiravam uma fotografia do cara, perguntavam:

- Qual é seu nome?
- É... Zé!
- De onde você vem?
- Ah... Eu vim lá de... de um lugar de Minas.
- Sim, mas o que você fazia lá? Qual seu nome todo?
- Não... Meu nome é...

Aí, não tinham nem nome. Aí eles davam um nome para o cara.

- Você trabalhava onde?
- Na Fazenda do Seu Fernando.
- Ah. Zé Fernando!

Ressalvados os possíveis exageros no relato, fica o registro pela memória coletiva do teor batismal contido na transformação dos migrantes em trabalhadores da CSN. Aos já *iniciados* seria reservada toda uma estrutura com o objetivo de “civilizá-los”. Eles estariam sujeitos “a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e mais rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva”, uma “conseqüência necessária do desenvolvimento do industrialismo”⁷⁸. Procedimentos como esses, supostamente, ajudariam a esquecer seu passado comum, pois “em sua maioria, esses milhares de homens procediam das lavouras e da pecuária”, provenientes majoritariamente do interior dos “Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” onde eram “alistados”⁷⁹.

Volta Redonda deveria ser um modelo de modernização para todo o Brasil, e se existiam interações entre os diferentes grupos de trabalhadores, estas deveriam ocorrer dentro de um modelo de cidade industrial concebido pelo Estado, e não com base nas relações e experiências coletivas dos trabalhadores.

Segundo Graciolli, esse modelo de cidade industrial assumiu a forma típica de uma ‘company town’:

“cidades em regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir com razoável grau de garantia as

⁷⁶ DINAMARCO, Patrícia da Silva Mueller. Trabalhadores da CSN: Lembranças e Relatos da Primeira Geração. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004, p. 79. A obra de Dinamarco se pauta na experiência da primeira geração de trabalhadores da CSN. A autora defende a transcrição de entrevistas na íntegra, ou seja, com seus silêncios e expressões idiomáticas regionais. Por isso, os textos retirados das entrevistas contidas na sua obra destoarão, esteticamente, dos demais depoimentos utilizados nesta dissertação.

⁷⁷ Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

⁷⁸ GRAMSCI, op. cit., p. 262.

⁷⁹ Como já havíamos citado anteriormente, durante o período de início das obras de construção da CSN que coincide com a Segunda Guerra Mundial, a mão de obra era encarada como parte do efetivo militar e assim era tratada. BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 38.

necessidades da força de trabalho, através da fixação dessa pelo fornecimento de moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos moradores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento”.⁸⁰

O próprio processo de entrega das casas aos operários era norteado por um ideário positivista autoritário e por uma idealização da sociedade, entendida como um todo harmônico e coeso, onde cada grupo desempenharia uma função para o desenvolvimento social, buscando suprimir os conflitos de classes e estabelecer a cooperação entre as mesmas para a prosperidade da nação.

Havia uma forte noção de que cada grupo social ocuparia um espaço determinado, de acordo com suas funções. O espaço urbano foi projetado para reproduzir a hierarquia da empresa: os melhores bairros, localizados nos pontos mais altos da cidade, eram destinados aos cargos de alto escalão; parte da periferia destinada às moradias operárias; as casas mais próximas da empresa receberiam os funcionários que possuíam cargos técnicos. Durante todo o período em que a cidade fica sob a gestão da CSN, houve o controle sobre a utilização das casas da cidade industrial. Pessoas de melhor posição no quadro de funcionários da usina morando em casas de bairros operários, e vice-versa, eram vistos como um “problema social”⁸¹. O espaço racionalizado ajudaria no controle e “civilização” da mão de obra.

Mesmo que alguns trabalhadores possam ter visto essa dinâmica imposta pelo Estado como uma possibilidade de ressignificação positiva de suas vidas, pois saíam da dominação do campo, e se tornavam beneficiários das leis trabalhistas, não há como considerar a via de construção da identidade desta classe trabalhadora unicamente pela visão dos ideais estatais. Ela será apenas uma faceta do processo. Lembramos aqui as palavras de Thompson: “(...) a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. Para o historiador britânico, a classe se forma “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas)”, a partir das quais os homens “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”⁸².

Assim, não podemos desconsiderar as experiências trazidas por estas pessoas de seus respectivos lugares de origem. Elas foram fundamentais para definir o modo como elas lidaram com esse novo universo de experiências racionalizado, policiado e controlado pela empresa. O ideal do Estado, portanto, não será o único a existir nessa cidade em gestação. A experiência por que passavam os migrantes-trabalhadores influenciará na forma em que eles se organizarão e atuarão neste novo contexto.

As experiências decorrentes do grande afluxo de pessoas se dão em todos os níveis, e Volta Redonda recebe todas as heranças culturais da diversidade de locais de que provinham seus operários. A convivência, forçada ou voluntária, durante as jornadas de trabalho e no pequeno espaço de tempo reservado ao descanso potencializa essas trocas e simbioses. Waldir Bedê⁸³, baseado nas suas lembranças da infância vivida no processo de construção da cidade, comenta que “o angu de fubá, o tutu de feijão, o torresmo, a lingüiça de porco e a couve picada e refogada” acabaram por se tornar a comida compartilhada por muitos dos operários de então, até mesmo pela sua elaboração rápida e simples. Do mesmo modo, “a rede de dormir, da cultura indígena, usada pelos gaúchos e nordestinos, passa a ser usada pelos mineiros, no lugar da cama, em razão das péssimas condições dos alojamentos operários”⁸⁴.

⁸⁰ GRACIOLLI, 1997, op. cit., p. 28.

⁸¹ LASK, op. cit., p. 107.

⁸² THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária: Volume 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

⁸³ BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 46.

⁸⁴ Idem., p. 44.

Também foi com base na experiência vivida que a primeira geração de trabalhadores criou sua própria classificação dos alojamentos construídos pela CSN, cujas vagas eram distribuídas de acordo com a hierarquia ocupacional:

“Os alojamentos familiares eram chamados de ‘inferno’ pelos moradores dos mesmos. Para conseguir passar para uma casa de tijolo um pouco melhor(...), tinha que ter-se morado pelo menos 1 ano no inferno, segundo um ex-servente. Depois então passava-se para o purgatório”.⁸⁵

A comparação entre as moradias tinha por base a estrutura que elas ofereciam. As casas que possuíam água encanada, banheiro interno e eram construídas em alvenaria eram mais valorizadas pelos funcionários. No outro extremo da escala, havia os alojamentos construídos de madeira, que não possuíam instalações sanitárias e nem água corrente dentro dos módulos de habitação. Waldir Bedê, que chegou em Volta Redonda em 1944, lembra que “as privadas, os chuveiros (de água fria) e os tanques de lavar roupa” eram públicos, e “de uso coletivo”, sendo os trabalhadores portanto, submetidos ao uso do penico nos dormitórios. Bedê registra que uma de suas obrigações, quando menino - “a exemplo de muitas outras crianças do alojamento da ‘Laminação’ – consistia em levar e arear os penicos da família no córrego Secades, que banhava os fundos daquele núcleo residencial provisório”. Essa experiência não deveria ser muito diferente das dos antigos moradores do oitavo distrito de Barra Mansa, que viviam em um ambiente rural antes do início das obras da CSN. A novidade era a grande quantidade de pessoas que, durante os trabalhos de construção da usina se aglomeraram e viviam nessas condições. Isso tornava as condições de higiene terríveis. Os casos de “tifo, verminose e anemia” viriam a “ceifar muitas vidas” dos pioneiros⁸⁶.

Considerando-se o papel fundamental da produção de memorialistas locais como Bedê para a elaboração deste trabalho, algumas reflexões teórico-metodológicas se fazem necessárias. O livro de Waldir Bedê foi publicado quando do cinquentenário da cidade de Volta Redonda (1954-2004), e financiado pela Secretaria Municipal de Cultura e Prefeitura Municipal de Volta Redonda. A história construída por Waldir, em que uma região rural se transforma, atravessando muitas dificuldades e problemas (passando pela emancipação da cidade e pela luta sindical da qual o autor fez parte), em uma “metrópole”⁸⁷ vai ao encontro do discurso do então prefeito Gothardo Neto (2005-2008), que em seus discursos fazia uma clara distinção entre Volta Redonda do Século XXI e o passado pré-industrial da região. Gothardo Neto chegava mesmo a afirmar que existiam áreas na cidade onde cidadãos ainda viviam como “no século passado” e estariam “à espera de projetos sociais que os resgatem para uma vida digna”⁸⁸, enquanto, o restante do município havia se transformado em uma cidade ativa, “moderna, bonita, arborizada, com espaços públicos atraentes e construídos para agradar o cidadão”.

Os enfrentamentos políticos relacionados à revisão da história local e a luta pela memória na cidade tem-se mostrado dinâmicos e aguerridos em Volta Redonda, principalmente após o período entre 1988 (ano de uma das maiores greves da história da CSN e símbolo da ação do Novo Sindicalismo na cidade, em que o Exército invade a usina e mata três operários) e 1993 (ano de privatização da CSN). Considerando-se esses fatores, não poderíamos deixar de mencionar este vínculo entre a obra de Bedê e o contexto comemorativo da cidade, porém essas observações não questionam a validade da obra de Waldir Bedê, que

⁸⁵ LASK, op. cit., p. 146.

⁸⁶ BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 46.

⁸⁷ Idem, p. 139.

⁸⁸ SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA. *Volta Redonda: Assistência Social em busca de mais CIDADANIA*. Volta Redonda: SMAC/PMVR, 2006, p. 5.

se definia como “testemunha viva da história de Volta Redonda” e claramente se diferenciava de um historiador, considerando-se “um contador de histórias, o que é bem diferente de um historiador, que pesquisa, escarafuncha, convive com fungos e leptospirose, faz anotações, ficha livros, compila, organiza arquivos e, depois, escreve”⁸⁹.

Voltando às habitações do período de implantação da CSN, já que as condições de vida nos alojamentos da empresa não eram das melhores, a distribuição de casas assumia papel determinante dentro de um plano de dominação da mão de obra. Além de assegurar a permanência do trabalhador treinado, fixando-o ao redor da usina, imprimia uma lógica de reciprocidade: habitar uma casa da usina era visto como uma dádiva, e gerava uma obrigação para com a mesma.

A tabela abaixo nos revela que realmente houve uma política habitacional por parte da CSN.

⁸⁹ BEDÊ, Waldir, op. cit., pp. 15-16.

Tabela 2

Ano	Nº de residências definitivas	Moradias em construção
1943	544	----
1944	1.189 (de 1.200 programadas)*	501
1945	2.084 (de 3.064 programadas)*	947
1946	2.648 (de 3.700 programadas)*	424
1947	2.841 (de 3.700 programadas)*	859
1948	2.885 (de 3.700 programadas)*	815
1949	----	----
1950	2.957 (de 3.700 programadas)*	---
1951	3.004 (88/500 casas do Plano dos 500)	412
1952	3.282 (166/500 " do Plano dos 500)	334
1953	3.451	---
1954	3.601	---
1955	3.895	72
1956	3.807	211 (126 Apts)
1957	3.887	---
1958	4.013	35
1959	4.171	510
1960	4.561	166
1961	4.736	201
1962	4.760	806
1963	5.082 (Plano das 1.000 casas)	496

Fonte: Relatórios da Diretoria 1962 e 1963, pp. 45 e 11 respectivamente.⁹⁰

Segundo Lopes, entretanto, esses números não atendiam mais do que 30 a 40 % da mão de obra da CSN “atingindo o seu pique máximo de atendimento nos anos de 1954 e 1965”⁹¹. É importante também registrar as diferenças nas condições de vida entre os trabalhadores da CSN e os outros migrantes que eram atraídos para o local pelas atividades da empresa, mas não estabeleciam vínculo empregatício direto com ela:

“A CSN também tinha aquelas companhias empreiteiras e como eles tinham muitos operários, as empreiteiras, naquela oportunidade, eram obrigados a fazer também os barracos para o abrigo do pessoal deles. E a companhia então fazia também. Mas o da companhia mesmo era bom, era com todo o rigor, muito bem arrumado. O dos empreiteiros já não era assim.”⁹²

Tanto o déficit de moradias para os empregados da usina quanto a existência de uma população muito maior que se fixava no oitavo distrito em função das diferentes demandas e oportunidades geradas pelas atividades da empresa explicam o surgimento de construções precarizadas. Embora elas, evidentemente, não fossem concebidas como parte do projeto inicial da CSN, nos parece que a lógica paternalista estabelecida na relação entre os operários

⁹⁰ LASK, op. cit., p. 79.

⁹¹ LOPES, op. cit., p. 99.

⁹² DIAS, José Henrique. José Henrique Dias (depoimento, 1998). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 31 p. dat., p. 8.

e usina, conseguia transformar até mesmo auxílios pontuais prestados diante do processo de precarização em dádiva da empresa. O trabalhador elogiava a forma com que tinha acesso aos materiais para a construção de seu *barraco*:

"(...) foi coisa de deixá saudade pra gente, a gente tinha liberdade de chegar e pedi, eles ajudava, vendia material, naquela ocasião tábuas aí era, tábuas de madeira pra fazê barraco, concreto, qualquer coisa, a gente ia lá tinha a autoridade de comprá, o que eles não usavam, eles vendiam pra gente, tinha muita facilidade, hoje não tem mais isso (...)"⁹³.

Embora o próprio criador do projeto da cidade operária da CSN, Atílio Corrêa Lima, fizesse críticas abertas às alterações que estavam acontecendo em seu projeto original,⁹⁴ as construções paralelas passaram a ser aceitas, já que atenuavam a tensão gerada pela escassez de moradias. As áreas ao redor das casas da usina, espaço velho da cidade e não racionalizado, serão aquelas nas quais esse tipo de construção mais se expandirá, pois são áreas periféricas dentro do projeto da CSN. A hierarquização do uso do espaço também passa a refletir outros fatores: "havia também guetos, como o Congo Belga, um núcleo de negros (...), enquanto a Coréia abrigava a zona de prostituição, junto à estação"⁹⁵

Na análise destas complexidades da lógica do crescimento urbano, José Álvaro Moisés, chama a atenção para a valorização das demandas da produção sobre as da mão de obra. Para ele, a questão urbana "deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho". Assim, a precarização surge

"(...) ante a política urbana de Poder Público, baseada em inversões privadas e públicas que se dirigem preferencialmente, aos setores mais rentáveis da produção e consumo e que acabam por determinar a prioridade dos serviços destinados a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender às necessidades de sobrevivência da população (consumo coletivo)"⁹⁶

Não estamos afirmando que todos os núcleos de habitação precária encontrados no espaço urbano de Volta Redonda estivessem nos planos da CSN, ou controlados por ela, mas existia uma margem de tolerância por parte da empresa que, no nosso ponto de vista, se mantinha na medida em que essa precarização não afetasse o bom funcionamento da usina.

Assim, ocupações e construções desordenadas se imporão ao projeto da cidade operária – da *Company Town* –, muitas delas parte das estratégias de sobrevivências dos trabalhadores. Não nos referimos aqui apenas aos empregados da CSN, mas à massa de migrantes que chega à região. Além disso, temos de considerar a ocorrência periódica de grandes dispensas, as oscilações no fluxo de mão de obra requeridas pelos planos de expansão da usina. Esse conjunto de fatores faz com que os trabalhadores, em busca do atendimento de suas necessidades de moradia, aparecessem como um dos principais responsáveis pela alteração do projeto racionalizador do Estado, principalmente nas áreas ao redor da usina.

Um exemplo desse processo é o "Morro dos Atrevidos", hoje chamado São Carlos, uma ocupação de terras na margem direita do Rio Paraíba do Sul, considerada a primeira favela da cidade, que surgiu exatamente ao lado da cidade-operária da CSN, antes mesmo da emancipação de Volta Redonda, período de implantação da cidade nova (cidade operária), em

⁹³ DINAMARCO, op. cit., p. 183.

⁹⁴ LOPES, op. cit., pp. 464 a 466.

⁹⁵ Idem, p. 90.

⁹⁶ José Álvaro Moisés [et al.]. *Cidade Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 15.

que toda a área do futuro município estava teoricamente submetida ao projeto de racionalização do espaço, sob a tutela da CSN, evidenciando que esta já não conseguia controlar a dinâmica de crescimento urbano.

Depoimentos também apontam que mesmo entre as moradias da CSN, nem todas se enquadravam na lógica modernizante apregoada pela companhia. O Sr. Nelson Penichi da Silva, relembra assim sua conversa com um responsável pela distribuição das moradias da empresa, em 1954:

“ ‘Eu tenho morado em lugar ruim, mas igual essas casas que vocês tão me dando aí, até porco rejeita’, ele falou assim: ‘Olha tem uma casa aqui, não sei se o senhor vai gostá também não’, que aqui o Vicentinho já morava aqui, naquela ponta ali na (rua) 83. Ele falou: ‘Olha tem uma casa aqui, eu não sei se o senhor vai gostá’. Eu falei: ‘se for igual chiqueiro de porco eu não vou mesmo não’. Ele falou: ‘Nelson, na rua 82, a casa é número 33’. É essa aqui, que aqui eu já conhecia ué. Ele falou: ‘ocê tem que sair de lá’. Eu falei: ‘Eu sei que eu tenho que sair de lá, mas pra ir prum chiqueiro não tem condições’, aí ele me deu a chave com a etiqueta né, o número da rua e o número da casa, aí peguei a bicicleta, passei por aqui, que aqui eu já conhecia (...)”⁹⁷.

A situação de moradia vivida por alguns depoentes na chegada à nova cidade industrial nos leva questionar um dos principais aspectos da teoria da *modernização*, que ao assumir uma divisão estrutural entre o *atraso* rural e o *progresso* urbano considera as migrações para as cidades como a passagem do tradicional, do arcaico, para o “desenvolvimento industrial e moderno”. O migrante, diante das possibilidades abertas pela urbanização, estaria assim necessariamente diante de “uma possível ascensão social”⁹⁸.

Mas não foi essa a experiência do Sr. José Henrique Dias, pedreiro e músico, que veio para Volta Redonda em 1942, oriundo de Lavras (Sul de Minas). Ele se deparou com um *atraso* que descobriu não ser peculiar à sua região de origem. Para sobreviver e *ascender* socialmente tem de lutar para superar a situação ao lado da esposa:

"No princípio, ela estranhou, porque lá em Minas a gente morava em uma casa toda boa. Casa, mesmo, residencial, e sair de lá para morar em um barraco lá na vila do Sapo⁹⁹, com música de sapo... De maneira que é muita diferença. Mas depois ela foi adquirindo amizade com o pessoal lá e acostumou com aquela vida. Aí ficamos na vila do Sapo muito tempo e saímos de lá porque houve uma enchente. O Paraíba encheu, uma coisa até inesperada. Na madrugada da enchente, tinha uma praça lá que fazia baile, uma brincadeira. Eu tocava, tinha uns companheiros que tocavam violão e nós brincamos lá até mais ou menos umas dez da noite. Aí um colega falou: 'Olha, gente, amanhã é dia de trabalhar; vamos parar com isso.' E ninguém esperava por aquilo. Quando foi alta madrugada era aquilo: 'Me acode, socorro, socorro!' A gente olhou e estava o pessoal lá com as velinhas acesas. Era a enchente. Mas a enchente tinha pegado aqueles barracos todos. Perderam mantimentos, só não perderam a vida. E o socorro da companhia já na canoa, tirando. Aí não teve outro meio: a companhia estava construindo umas casas cá fora já mesmo para alojar esse

⁹⁷ DINAMARCO, op. cit., p. 97.

⁹⁸ FONTES, op. cit., p. 27.

⁹⁹ Muitas das moradias provisórias para os operários da usina se encontravam dentro da própria empresa. Percebemos que esta realidade se propagará até a década de 1970, embora a CSN tenha sido, formalmente, separada da cidade através da Resolução da Diretoria nº 917, de 27 de abril de 1948, decisão que foi implementada com o cercamento da empresa e a instalação de guaritas. Antes disso, geralmente, os alojamentos recebiam os nomes das seções da usina, Laminação, Coqueria, etc, porém a Vila do Sapo parece ser uma exceção. SOUZA, op. cit., 1992, p. 86.

peçoal. Então, tiveram que tirar esse peçoal inesperadamente e colocar nessas casas"¹⁰⁰.

A própria CSN admitia que havia problemas com a questão das moradias. Em relatório de 1957, menciona-se o “baixo padrão de habitação de um grande contingente de empregados”, que vivia em instalações provisórias, sem nenhum conforto e sem condições de higiene. Lopes afirma que naquele mesmo ano o Sindicato dos Metalúrgicos “apresenta denúncia formal ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) sobre as precárias condições de habitação de milhares de empregados da CSN”¹⁰¹.

Mesmo assim, a política urbana da CSN era como um projeto de modernização, em radical diferenciação com o passado rural do local e do Brasil, no qual se buscava estabelecer uma lógica estatal da dádiva e da obrigação:

“oferecendo estas bem-feitorias a seus operários (...), precipitava-se antes de eventuais reivindicações por parte deles, deixando-os na situação de devedores, o que lhes obrigava a comportarem-se de forma dócil no trabalho”¹⁰².

Lask demonstra como a estrutura paternalista e clientelista que se desenvolve dentro da CSN também influencia a distribuição de moradias. No interior da empresa, instala-se uma política de “bilhetinhos e favores pessoais”, por meio da qual os trabalhadores barganham benefícios individualmente. Apesar de manter-se uma fachada de racionalidade na empresa, os laços e vínculos pessoais e familiares eram muito fortes¹⁰³. Nesse contexto, os engenheiros da empresa com frequência eram procurados para “arrumar casas” para os trabalhadores. O Sr. Célio Ramos dá depoimento revelador:

"A gente tinha que se inscrever para ganhar casa, não adiantava querer ganhar casa, porque só com a inscrição direitinho lá. (...) Ele [Capitão Magalhães], então, pegava a ficha da gente e falou: 'Bom, você quer casa? Você é solteiro?' 'Sou.' 'Então não pode ter casa. Muito bem, você vai casar quando?' Eu falei: 'Mês tal.' Ele falou assim: 'No dia em que você se casar, você recebe um telegrama meu dizendo onde é que você ganhou casa. Você pode ficar certo. Se é por isso você pode casar que nesse dia você vai ganhar casa.' Aí eu fiquei todo satisfeito, e realmente eu só fiquei sabendo da casa onde era quando me casei"¹⁰⁴.

Acreditamos que esta dinâmica aplicada dentro da empresa ajudará na formação da concepção política local. Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, muitos dos políticos eleitos em 1945 e, principalmente, 1947, eram funcionários, graduados ou não, da CSN. O próprio caso do Capitão Magalhães, citado no depoimento acima, se torna revelador, pois ele é um dos responsáveis mais diretos pelo forte aparato policial e de espionagem dentro da CSN, portanto numa posição de chefia com grande poder de decisão. É eleito vereador por Barra Mansa em 1947.

¹⁰⁰ DIAS, José Henrique. José Henrique Dias (depoimento, 1998). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 31 p. dat., p. 20.

¹⁰¹ LOPES, op. cit., p. 103.

¹⁰² LASK, op. cit., p. 64.

¹⁰³ Idem, p. 98.

¹⁰⁴ RAMOS, Célio. Célio Ramos (depoimento, 1989). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 49 p. dat., p. 13.

1.3 A “Família Siderúrgica”: Inclusão Autoritária e Exclusão Discriminatória

A CSN se apresentava nos seus documentos e jornais internos como uma família: a *família siderúrgica*¹⁰⁵. De acordo com Morel, o termo aludia “ao espírito de colaboração e união que deveria existir entre todos, chefes, subordinados, dirigentes e trabalhadores”¹⁰⁶ e expressaria as relações paternalistas e clientelistas estabelecidas pela hierarquia da empresa com seus funcionários tanto no espaço fabril como no extra-fabril, por meio de diversas políticas sociais.

Para Morel, durante o Estado Novo, esse conceito aludia também à política nacional, pois “o povo constituiria a ‘família’, protegida pelo Presidente, o ‘pai dos pobres’, expressando a relação de tutela e os laços corporativos entre Estado e a classe trabalhadora”¹⁰⁷. Essa visão de família irmanava a todos os empregados, e os valores a ela associados deveriam ser seguidos inclusive pelos detentores dos cargos mais altos na hierarquia da CSN (engenheiros), norteando a relação destes com seus subordinados, chegando a invadir o espaço privado, as relações pessoais. No que diz respeito a essa relação entre a realimentação entre um modelo de dominação empresarial e um padrão de ordem familiar, podemos traçar aqui um paralelo com as análises de Fortes sobre as políticas paternalistas das empresas Renner e Varig, de Porto Alegre:

“(…) na perspectiva da comunidade trabalhadora, essa mesma imagem era assimilada como referência para o papel empreendedor, provedor e disciplinador, estabelecido como padrão ideal para os *chefes de família*”¹⁰⁸.

Volta Redonda se estabelecia como cenário de uma experiência que pretendia ter alcance nacional: a formação de um novo trabalhador, que necessitava de “educação” e dos cuidados da *família siderúrgica*. Isso novamente nos remete à análise de Gramsci:

“(…) uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (…)”¹⁰⁹.

Consideramos que a implementação destas políticas paternalistas demonstram a existência de uma “concentração de autoridade econômica e cultural”¹¹⁰, que pauta a experiência dos trabalhadores e oferece lastro, forjado no cotidiano, à implementação de uma política populista na cidade. Porém, alertados por Thompson, sabemos que termos como “paternalismo” (ou, no caso do Brasil no período estudado, “cidadania regulada”) são descrições da ordem social vistas de cima, a partir da lógica do Estado e das classes dominantes. Portanto, é fundamental cruzar essa perspectiva com as descrições da ordem social vistas por baixo, de modo a podermos dialogar com estes termos de forma que eles

¹⁰⁵ O uso do termo *família* por parte de grandes empresas constituídas nas décadas de 1930 a 1950 é muito recorrente, expressando o alto teor paternalista da política social destas instituições. Podemos citar como exemplos a “Família Nitrina” (vinculada à empresa Nitro Química), analisada por FONTES (op. cit).

¹⁰⁶ MOREL, op. cit., pp. 75-147.

¹⁰⁷ MOREL, op. cit., p. 78.

¹⁰⁸ FORTES, op. cit., p. 179.

¹⁰⁹ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 19.

¹¹⁰ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 29.

sejam encarados como componentes “não só de ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais”¹¹¹.

Referências à CSN como uma “mãe” são muito recorrentes na fala dos seus empregados e ex-empregados, como podemos perceber nas entrevistas realizadas por nós e por outros autores. Reconhecer esse fato não significa ignorar a importância dos instrumentos de controle e repressão estatais e empresariais no período. Mas não podemos desconsiderar a influência desta visão de empresa-mãe e todo o seu aparato paternalista na formação da classe trabalhadora e sua percepção política em Volta Redonda. O Sr. José Garcia, chegou à cidade em 1952, trabalhou pela CSN e aposentou-se na empresa. Em 1988, tornou-se vereador. Ao ser entrevistado, destacou que gostaria de começar falando do *lado bom* da cidade:

“O trabalhador ela [CSN] incorporava em tudo, por exemplo, até para fazer uma mudança ela tinha... Condução. Ela fazia o transporte gratuito do trabalhador. Na questão funerária também ajudava. Ela tinha hospital, que antes era o hospital da CSN e agora é o Vita, depois que privatizou. Tinha casa para quase todos os operários e as casas eram alugadas por preços irrisórios. E depois é que começou a vender as casas para o pessoal. Tinham também os armazéns para fornecer... Uma espécie de supermercado para os operários. A fazenda Santa Cecília, a fazenda da Siderúrgica, ela fornecia tudo que era mais caro. Era galinha, carne de porco... Todo final de ano tinha brinquedo para o filhos dos trabalhadores. Cesta básica... Cesta básica não, cesta de Natal. Tinha ônibus para levar operário lá dentro da usina, tudo de graça. E no Recreio do Trabalhador, que era do Trabalhador [risos], piscina e tudo. Isso é as coisas que havia no início quando cheguei por aqui, talvez antes de eu chegar era até melhor ainda e aos poucos foi caindo.”¹¹²

Esses benefícios ajudavam a criar uma imagem de fartura e bem-estar que era um dos motivos de atração da vasta mão de obra que veio se fixar na região. Para além do recrutamento, feito por agenciadores em outros estados (já citado anteriormente), a Rádio Nacional terá papel primordial nesse processo, divulgando uma visão de Volta Redonda como se fosse a terra das possibilidades de ascensão individual¹¹³. Como aponta Fontes, particularmente naquele período, a migração estava envolta em uma perspectiva de ascensão social, tornando-se símbolo de melhoria das condições de vida no imaginário social brasileiro¹¹⁴.

Analisando nossas fontes, notamos que a maioria dos trabalhadores indica como local de origem Minas Gerais, vindo em segundo lugar o Espírito Santo. Outros estados (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Alagoas) são citados com menor frequência, pelo menos no que diz respeito aos migrantes que vieram participar do primeiro plano de expansão da usina. Nossa pesquisa coincide, portanto, em linhas gerais, com a observação de Lopes, “a origem da mão de obra desqualificada aponta para áreas rurais, sobretudo da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, de tradição escravista, mas também do Rio de Janeiro e do Espírito Santo”¹¹⁵.

O Sr. Ubirajara relata que essa perspectiva de ascensão social vinculada à empresa foi levada em conta na escolha por estruturar sua vida na cidade: “ (...)a gente já sabia das oportunidades profissionais, de acesso, e ela [CSN] favorecia muito, tinha uma escola de

¹¹¹ Idem, p. 32.

¹¹² José Garcia, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

¹¹³ LOPES, op. cit., p. 88.

¹¹⁴ FONTES, op. cit., 43.

¹¹⁵ Idem.

aprendizado industrial, uma escola técnica (...), dentro da usina tem muitos cursos”¹¹⁶. O Sr. Senna, raciocina na mesma direção: “Não tinha do que queixar porque a gente tinha toda a assistência, quando a gente ‘dobrava’ [prolongava o trabalho no turno seguinte], tinha refeição de graça, tinha tudo”¹¹⁷. A CSN “dava casa... Aqui nessa região só quem tinha mesmo, assim um pouquinho de crédito, prestígio, é quem trabalhava na CSN. Tinha que trabalhar na CSN até para namorar!”¹¹⁸, reforça o Sr. Francisco.

A empresa conseguia imprimir controle e se valorizar perante a classe trabalhadora dentro e fora do universo fabril, justamente por favorecer ascensões pessoais, prover certa estabilidade e, como vimos acima, atender parte das demandas urbanas, incluindo a pavimentação dos bairros sob seu controle que constituirão a chamada cidade nova.

Essas “facilidades” proporcionadas pela empresa, assim como as possibilidades de obtenção de emprego e de construção de casas eram divulgadas pelo migrantes para seus familiares e amigos nos locais de origem. As mesmas redes sociais¹¹⁹ facilitariam a chegada e a estruturação de vida dos novos migrantes. “Minha irmã já morava aqui em Volta Redonda(...) e eu vim morar aqui com ela em 1955”¹²⁰, relata o Sr. Ubirajara que, após migrar para Campos e Rio de Janeiro, fixou-se em Volta Redonda. Já o Sr. Senna, vindo da Bahia, relata:

“(...) eu perguntei a um pernambucano se era fácil encontrar emprego, aí ele disse que era fácil. Eu trabalhava num bar lá em Realengo Bar e Restaurante. Ele disse: ‘tem dois empregos, se você quiser trabalhar em armazém ou de guarda. Guarda é mais firme.’”¹²¹

O Sr. Senna veio, conheceu Dona Palmira que também era baiana e se casou, trabalhando como guarda da CSN até se aposentar. Já o Sr. Millan, após uma migração mal-sucedida para outra cidade que o fez pensar em voltar para o Rio Grande do Sul, seu estado de origem, relata: “(...) como eu tinha esse amigo aqui em Volta Redonda, eu vim morar aqui, (...) na rua 32, na casa dele”¹²². Relatos que acentuam a diversidade de origens e a unidade na perspectiva de uma vida melhor na cidade que estava vinculada a um novo projeto de Brasil.

As redes pessoais, eram muito importantes para estes migrantes. A insegurança que os cercava gerava a demanda por estratégias em que a segurança da família tinha de ficar em primeiro lugar. Neste ponto, a análise de casos semelhantes em outros locais evidencia a lógica similar de todos os processos migratórios. Paulo Fontes cita que a migração de jovens solteiros, pais de família e casais sem filhos deu a tônica nas primeiras grandes levas de nordestinos que chegavam a São Paulo¹²³. Notamos que esta estratégia foi a mesma utilizada para os primeiros migrantes que vieram para Volta Redonda.

Segundo o Sr. Joucacy Milheiro, que veio do Espírito Santo para Volta Redonda:

¹¹⁶ Ubirajara, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 27 de novembro de 1987.

¹¹⁷ Senna e Palmira, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 23 de novembro de 1987.

¹¹⁸ Francisco, entrevista concedida a Regina Morel e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 13 de janeiro de 1988.

¹¹⁹ Para uma melhor análise sobre migrantes e suas redes sociais, como para os motivos das migrações para São Paulo e principalmente São Miguel Paulista (distrito de São Paulo), ver FONTES, op. cit., pp. 41-81.

¹²⁰ Ubirajara, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 27 de novembro de 1987.

¹²¹ Senna e Palmira, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 23 de novembro de 1987.

¹²² Millan, entrevista concedida a Lourdes e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 25 de janeiro de 1988.

¹²³ FONTES, op. cit., p. 59.

"As famílias não vinham nessa época não, só vinha os operários só, as famílias vieram depois, as pessoas às vezes arrumava um barraco pra alugá, depois construía o barraco, primeiro fizeram barracos pras pessoas, depois que a Companhia fizeram barracos (...)"¹²⁴.

Já a Sra. Bergonsil de Oliveira Magalhães, saiu de Ubá, Minas Gerais, aos 18 anos de idade, e veio sozinha para Volta Redonda, onde um irmão mais velho já a esperava. Ela conta das dificuldades sofridas por uma mulher para se adaptar à nova realidade: "Solteira, e no meio de muitos homens, estranhei muito, porque onde eu morava era uma cidade pacata e fui censurada por muitos por vir sozinha, eu e meu irmão"¹²⁵. Conta que uma das primeiras coisas que fez ao chegar em Volta Redonda foi arrumar um namorado. Pode escolhê-lo no primeiro dia, entre os colegas do irmão que a recepcionaram. Aliás, a chegada de qualquer outra mulher deveria ser um evento para os homens da cidade devido ao pequeno número de mulheres solteiras encontrados no local.

Mas a vida das mulheres migrantes em Volta Redonda não seria fácil. Ao machismo presente nas cidades do interior, somava-se o que se forjava nos pátios de obra. O relato da Sra. Bergonsil ilustra as várias estratégias utilizadas pelas mulheres para permanecer no emprego, assim como a discriminação que sofriam no ambiente de trabalho. Ela chega a colocar o filho no Colégio interno, mantendo apenas o mais novo em casa, para conciliar as tarefas de mãe e de empregada da usina. Quando começa a trabalhar no escritório da CSN, seu salário era bem menor do que o dos outros funcionários. Menor mesmo do que de outras mulheres, por ela ter "cara de menina". Além disso, mesmo assumindo a responsabilidade de uma função superior, como uma compradora de produtos, não poderia assumir o cargo. Ao questionar sobre o motivo dessa situação, recebeu como resposta:

"Que eu era mulher, não podia ser compradora, porque [emprego de] comprador só era para homem. No meu tempo, está bem? Eu me aborreci... Eu fazia o serviço de compradora e não podia ser compradora, só podia ser para homens. Eram aquelas coisas de antigamente, não é?"¹²⁶.

Outro ponto que nos leva a questionar o ideal de "inclusão social", por trás do conceito de "família siderúrgica" é a questão étnica. O negro, em Volta Redonda, não conseguia ter os mesmos benefícios que os outros trabalhadores. "A preferência do trabalho do negro era no calor do fogo, tá?"¹²⁷, comenta o Sr. José Garcia, um afro-descendente, e completa: "Tentaram me jogar no calor do fogo, eu disse: 'Oh Doutor, o senhor está querendo me mandar embora da Companhia?' [risos]. Depois me puseram, conseguiram me levar lá para a Coqueria"¹²⁸.

¹²⁴ DINAMARCO, op. cit., p. 143.

¹²⁵ MAGALHÃES, Bergonsil de Oliveira. Bergonsil de Oliveira Magalhães (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 40 p. dat., p. 4.

¹²⁶ Idem, pp. 14, 17-18.

¹²⁷ José Garcia, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

¹²⁸ Grande estrutura dentro de uma siderúrgica com vários fornos que podem chegar a 200, para a transformação do carvão em coque, uma das matérias básicas na produção do aço. Estes fornos recebem uma mistura de carvão mineral. Da reação química dentro da coqueria resulta o benzeno, substância que "ao contaminar o sangue pode ir para diferentes partes do corpo, como o cérebro, fígado, medula óssea – órgão responsável pela produção de sangue, podendo provocar leucopenia (redução dos glóbulos brancos), anemia, dificuldade de coagulação, leucemia e outros tipos de câncer e até aplasia da medula – organismo pára de produzir sangue". SANTOS, Antônio Guilherme dos. Benzenismo: Prevenção e controle devem ser permanentes. Diesat (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador). Localização eletrônica: http://www.diesat.org.br/artigos_pdf/4.pdf, acessado em 2/04/2009.

As razões dessa “preferência” para alocação dos trabalhadores negros pode ser compreendida a partir de um trecho da entrevista do Sr. Ronaldo Gori, ex-engenheiro da CSN, no qual ele relembra uma conversa que teve com seu professor de metalografia (Sr. Krevinsk):

“(...) [Ele] falou comigo que na Alemanha eles usavam muito o negro pra trabalhar na coqueria. Eu perguntei: ‘- Por quê?’. Ele disse: ‘- Porque na Alemanha a pessoa quando ficava doente, com anemia... (...) Ele era aposentado’. E o negro tinha uma doença parecida com a anemia (...), a anemia falciforme. Tem pouca oxigenação (...)... Então, quando o cara dizia que ia entrar na CSN tinha muito negro trabalhando, tirando aquelas portas semi-automáticas. Então ele dizia que isso era porque... O cara não podia reclamar depois. Que ele já tinha a doença.”¹²⁹

Com o passar dos anos, diversos trabalhadores da coqueria da CSN, muitos deles negros, foram atingidos pela leucopenia. Diante dos processos judiciais movidos pelos operários, a CSN alegou que se tratava de uma doença genética, o que só pode ser aplicado à anemia falciforme, mas não à leucopenia, que é uma doença *adquirida* quando há extensa exposição ao benzeno e este atinge os glóbulos brancos do sangue, baixando radicalmente a taxa de imunidade corpórea. De acordo com um jornal sindical publicado em 1997, só na CSN, haveria 500 casos comprovados de leucopenia, e as estimativas eram de mais de 2 mil atingidos:

“Em Volta Redonda existem atualmente cerca de 350 processos sobre leucopenia tramitando no Fórum. A maioria está sendo derrotada. Há um verdadeiro conluio criminoso entre os juízes, médicos e advogados. A ‘tese’ de que ‘leucopenia é doença genética de negros’ tem prevalecido”¹³⁰.

A ‘tese’ prevalecente na justiça local contraria o que foi estabelecido no Acordo Nacional Tripartite do Benzeno, discutido entre governo, trabalhadores e empregadores e assinado em 1995, “depois de mais de 10 anos de luta”¹³¹. O que destacamos aqui, entretanto, é que esses graves danos à saúde de uma parcela dos trabalhadores da empresa atingiram de forma desproporcionalmente alta os operários negros com base no fato de que desde o início das operações a CSN operava com critérios étnico-raciais na distribuição dos trabalhadores pelas diversas áreas dentro da empresa.

Voltando à Volta Redonda da década de 1950, há também indícios de discriminação étnica fora do ambiente fabril. O Sr. Jouvacy Milheiro tinha uma atribulada vida fora da CSN. Organizador de escolas de samba e blocos carnavalescos, além de zelador do clube de futebol Guarani. Ao ir fazer um show no Clube Náutico, no bairro Aterrado, fora da cidade construída pela CSN, recebeu a seguinte informação “(...) o senhor tá expulso daqui, não precisa voltar mais não(...)”. Ao procurar saber o porquê o clube, que inclusive lhe devia dinheiro, tomara tal de tal atitude, foi informado por um funcionário de que havia ocorrido uma decisão de “(...) tirar tudo que é pessoa negra daqui”¹³². Apesar desse relato, não deixa de ser interessante o fato de que, ao ser interpelado sobre a existência de discriminação na cidade nova, a cidade da empresa, o Sr. Jouvacy negue peremptoriamente que isso acontecesse, opinião corroborada pela Sra. Bergonsil¹³³.

¹²⁹ Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

¹³⁰ Leucopenia – Racismo nas siderúrgicas. *Vanguarda Operária*, n. 2, p.4, 08 a 10/1997. Localização eletrônica: <http://www.internacionalist.org/leucopenia.html>, acessado em 13/04/2009.

¹³¹ SANTOS, Antonio. Op. cit.

¹³² Jouvacy Milheiro Neto, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

¹³³ MAGALHÃES, op. cit., p. 31.

Outros depoentes, porém, como o Sr. Silvestre, identificam a ocorrência de discriminações também na cidade nova. Muitas vezes, a discriminação “de cor” se combinava a uma discriminação por renda, como pode ser exemplificado por uma situação vivida durante a venda das casas da CSN aos operários, já na década de 1960, período de desmonte da “família siderúrgica”:

“(…) Eles criaram uma discriminação de salário e de cor até, se você fizer um levantamento daquelas ruas transversais, a 33, 42, 26, 46, muita gente de cor eram encarregados, que eram até chefes de seções... Se você fizer um levantamento lá, você não os encontra, estão todos na periferia... Eles não puderam comprar... Era uma discriminação sobre o salário, às vezes a casa da frente botava à venda e a dele não botava... Quando ele ia se aposentar... ‘Olha, você só pode se aposentar quando entregar a chave da casa’. É uma forma de expurgá-lo.”¹³⁴

Mesmo considerando as práticas discriminatórias mencionadas acima, aparentemente os benefícios das benfeitorias urbanas e o ideal de um novo trabalhador construído na CSN, construindo o futuro do país, atenuava o impacto dos problemas existentes. As perspectivas de mudanças eram maiores do que os aspectos negativos da experiência da migração e do trabalho na empresa, pelo menos nos primeiros momentos.

Outro aspecto que relativiza a homogeneidade da “família siderúrgica” é a tendência ao estabelecimento de diferenciações e hierarquias entre moradores locais e migrantes e mesmo entre segmentos de migrantes de procedência distinta. Jessie Jane Vieira de Souza, uma das colaboradoras da revista *Arigó*, de 1989, nos dá um bom caminho para entender o processo criador de identidade para essa mão de obra que chegava. Eles eram chamados de ‘arigós’: “o nome que se dá ao pássaro de arribação. Significa aquele que vem e não volta. É o nome que os primeiros trabalhadores da CSN assumiram para si”.

Para ela, este processo de construção de uma identidade, nomeada de arigó, homogeneizou a diversidade cultural, dando uma identidade ideológica aos migrantes. Ao enxergar no outro um igual, passando pelas mesmas dificuldades, pela mesma experiência, os trabalhadores se uniam atingindo um outro nível de consciência:

“Esse trabalhador, tido como idiotizado e programável para ser ‘educado e higienizado’ na construção da dominação, se mostra agente histórico e se articula enquanto classe, assumindo, a partir dos anos 50, o sindicato como instrumento para a sua resistência”¹³⁵.

Consideramos, assim como Paulo Fontes, que a relação entre migrantes de origem rural e a formação da classe trabalhadora passa pelo impacto da migração na criação de identidades locais¹³⁶. Notamos que a identidade de arigó para os trabalhadores migrantes era reforçada pelo comportamento de habitantes locais, que não se enxergavam como arigós: “(...) sendo que o arigó é aquele que o de Barra Mansa não gostava. Ele dizia: ‘Eu não sou arigó, eu moro em Barra Mansa e vocês é que são”.

Porém, não há como afirmar que ‘arigó’ fosse uma categoria tão homogênea assim. Há também diferenciações internas entre os migrantes-trabalhadores, que se pautavam na função de cada um dentro da empresa ou no local de origem. Para o primeiro caso, temos o seguinte exemplo: “Chamavam também de (...) arigó de penacho... Sabem quem era o arigó de

¹³⁴ Silvestre Pereira Rosa, entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988.

¹³⁵ SOUZA, 1990, p. 14.

¹³⁶ FONTES, op. cit., p. 81.

penacho?. Arigó de penacho eram os chefões, os engenheiros, os diretores. [risos]”¹³⁷. Para o segundo, o relato de Allan Cruz sobre como os migrantes chegavam, é revelador:

“[Era o] ‘trem dos baianos’. [riso] Aí chegavam os baianos, aí vinha papagaio, vinha aquela confusão toda dentro daqueles trens, despejava na estação, aquela coisa assim — o chamado trem dos baianos. Passava aí o trem dos baianos. (...) Os baianos vinham, mas voltavam. Ficavam aqui um ano, um ano e pouco e iam embora; os mineiros, não. O nortista sempre volta para a terra dele. A maioria dos nortistas volta para a terra. Tanto que, se eles ficassem aqui, teria muito mais baiano aqui, nortista...

Porque os mineiros... Eles tinham um apelido aqui que era arigó, nós somos arigó. Eu ainda, quando me perguntam, digo: “Eu sou arigó, nada além de arigó, compreendeu? [riso] Porque o arigó é uma ave de arribação, ela não pára, ela vive de ponto em ponto — por causa dos nordestinos que voltaram, eles vinham e voltavam, não é? Mas os mineiros, não. Tanto que todos os nossos parentes que vieram ficaram”¹³⁸.

Nota-se a clara construção de uma distinção. Alguns são mais ‘arigós’ do que os outros. No relato acima, mineiros são destemidos e os verdadeiros construtores da CSN. Aos baianos (que neste caso se transformam em categoria genérica, que define todos os que vêm do nordeste), desorganizados e sem determinação, teria cabido o papel de coadjuvante, pois eles nem teriam se fixado na região, como os mineiros fizeram.

1.4 Legislação Trabalhista, Patriotismo e Repressão: Volta Redonda como Laboratório do Nacional-Desenvolvimentismo

Todas as esperanças de uma vida melhor associadas à migração, no caso de Volta Redonda, eram potencializadas pela sua associação a um discurso nacionalista de progresso, de modernização do país pautada na produção do aço.

“Era o Brasil único. (...) O que eu via era o entusiasmo das pessoas pois toda vez que você participa de alguma coisa é fantástico. Quando se falava em CSN, Companhia Siderúrgica Nacional. Fazia aço... Não existia isso no Brasil. Existiam umas fabriquetinhas em São Paulo e Minas Gerais. A grandiosidade que era: indústria bélica, indústria de segredo... [...]. Então, aquilo entusiasmava todo mundo. Você morar em um lugar que era limpo, arejado, todo lugar que ia tinha placa...”¹³⁹.

Mesmo que o início da produção da Usina, a “corrida do aço”, tenha ocorrido no governo do General Eurico Gaspar Dutra, nas memórias locais os louros do processo de mudança recaíam sobre a figura do criador da empresa: “Getúlio é que realmente veio e mudou a estrutura do Brasil”¹⁴⁰. Nos seus relatos, os trabalhadores personalizam a criação da CSN. Vargas, num ato determinado unicamente pela sua vontade, estabelece o local de criação da usina que deslancharia a transformação do país:

“(...) ele pegô o trem em D. Pedro no Rio né, veio de trem foi botá uma companhia de Rio até São Paulo, então quando ele chegô aqui em Volta

¹³⁷ MAGALHÃES, op. cit., p. 5.

¹³⁸ CRUZ, Allan. Alan Cruz (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 57 p. dat., p. 9.

¹³⁹ Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

¹⁴⁰ Idem.

Redonda, ele agradô desse luga aqui, por causa da volta do Paraíba né, a volta que o Paraíba faz, (...) ele falô: É aqui mesmo que eu vou botá a Companhia, Volta Redonda”¹⁴¹.

E se Getúlio foi iluminado pela escolha do lugar e pelas mudanças que gerou no país, a empresa é vista como uma grande correia de transmissão destas transformações.

No que diz respeito às condições de vida dos trabalhadores, o grande símbolo de mudanças são as leis trabalhistas implementadas a partir do Estado Novo. O trabalhador se tornaria um cidadão ao passar por um processo educativo mediado pelo Estado, por meio do qual passaria a ter acesso a direitos. No caso de Volta Redonda, esse processo seria viabilizado pela influência de uma “elite esclarecida e modernizante, capaz de educar e moralizar as massas, inculcando-lhes o amor ao trabalho, único caminho da construção da riqueza e da cidadania”¹⁴², o que efetivaria a consolidação de “um projeto de construção do cidadão-trabalhador, segundo princípios de uma ‘cidadania regulada’¹⁴³”.

O governo Vargas impulsiona essas transformações. Sua política envolta em um discurso de colaboração de classes tentava cooptar a massa trabalhadora através do atendimento de demandas sociais e de um pacto nacional-desenvolvimentista que continha um novo ideal de nação. Volta Redonda e a CSN se encontram no cerne deste planejamento, e isso fica evidente ao analisarmos a fala de Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, em pronunciamento no Estádio de São Januário, a 1º de maio de 1942¹⁴⁴, no qual “pela primeira vez os operários da CSN compareceram e desfilaram uniformizados”¹⁴⁵:

“Antes do atual regime, a aproximação do primeiro de Maio era motivo de apreensões e sobressaltos. Reforçavam-se as patrulhas de polícia, recolhiam-se as tropas aos quartéis na expectativa de desordens (...). O Estado Nacional atendeu-lhes as justas aspirações. A data passou, então, a ser comemorada com o júbilo e a fraternidade que emprestam esplendor a esta festa, na qual os soldados das forças armadas, cuja sagrada missão é manter a ordem e defender a integridade do solo pátrio, reúnem-se aos operários, soldados das forças construtivas de nosso progresso e grandeza.”¹⁴⁶

Gomes explica a visão da cúpula do Estado Novo sobre a necessidade dessa constante aparição de figuras do governo – especialmente do Ministro do Trabalho e o presidente da República – em eventos de massas e programas de rádio. Essas aparições, assim como todo o esforço do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em esclarecer a legislação trabalhista deveriam ser feitos “por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado”. Portano, “essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos”¹⁴⁷. Os discursos possuíam um fortes caráter pedagógico. Tinham “um argumento central que ia sendo retomado seguidamente com o acréscimo de novas informações, que tinham como objetivo ilustrar o que se queria fixar”. Além disso, era fundamental a aproximação entre autoridades e trabalhadores. O próprio ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, “em inúmeras ocasiões, identificava-se não como

¹⁴¹ Relato do Sr. Geraldo Urso, presente em DINAMARCO, op. cit., p. 69.

¹⁴² MOREL, op. cit., p. 4.

¹⁴³ Idem, p. 78.

¹⁴⁴ As festividades do Dia do Trabalhador, do aniversário de Vargas e do aniversário do Estado Novo estarão presentes desde 1939 como evento de massa. Principalmente no 1º de maio os líderes do governo responsáveis pela política trabalhista comemorarão com os trabalhadores novas leis e benefícios que regulariam a vida da classe trabalhadora brasileira. GOMES, 1988, op. cit., pp. 235-237.

¹⁴⁵ MOREL, op. cit., p. 95.

¹⁴⁶ Apud Morel, op. cit., p. 95.

¹⁴⁷ GOMES, 1988, op. cit., p. 231.

ministro, mas como um ‘proletário intelectual’ que apenas executava um tipo determinado de trabalho naquele momento”¹⁴⁸.

Se na segunda metade do Estado Novo, podemos notar esse tom ameno e de conciliação no discurso das autoridades governamentais, o contexto da conclusão da construção do Plano A (de construção da usina), após o qual ocorre a primeira corrida de aço na CSN, em 1946, já no governo Dutra, era bastante diferente, e ficou marcado pela repressão promovida por um forte aparato policial. Ocorre também uma grande concentração de poder dentro da usina, com a criação do cargo de Diretor Industrial, que acumulava as funções da “parte de pessoal, da produção, ou seja, da operação da usina e sua manutenção, da pesquisa, do controle de qualidade, das compras e do abastecimento, assim como da construção e expansão da usina”¹⁴⁹. Essa estrutura vigorará até 1955.

Para Morel, apesar de origem da empresa estar fortemente vinculada ao projeto varguista, “a Diretoria da CSN pretendia estar ‘acima’ das leis trabalhistas, regendo as relações com os trabalhadores através de seu Regulamento de Pessoal e concessão de benefícios sociais”¹⁵⁰. Ela lembra que a CSN não via com bons olhos a interferência da CLT no ambiente fabril e demonstra esta posição através das palavras de Macedo Soares à Comissão de Relações Industriais da ONU, em 1957:

“O espírito da Legislação é bom, mas sua aplicação conduz a pesados sacrifícios a economia nacional e dá ao operariado a sensação de que é possível obter muito, produzindo pouco. Os problemas da legislação trabalhista e que surgem para a direção das empresas, nos países em que é mister treinar um operariado, partindo de pessoal sem a menor tradição industrial, são extremamente difíceis (...)”¹⁵¹.

A posição do trabalhador na hierarquia da CSN, com diferenças nas relações de convivência e nas facilidades decorrentes no atendimento de demandas por canais informais, devem ser levadas em consideração ao analisarmos as referências ao cumprimento ou não das leis trabalhistas pela usina. Quanto mais se assume que a CSN era uma “mãe”, mais difícil se torna acusar-lhe de cometer alguma injustiça. É lógico portanto que os detentores de cargos superiores vejam a empresa como *fidel* cumpridora da CLT. Isso pode ser ilustrado pelas declarações de dois engenheiros. O Sr. Ronaldo Gori, declara que “a CSN cumpria a lei trabalhista estritamente” e acrescenta que “o único cara que conseguiu igualar todo mundo no Brasil foi Getúlio Vargas, através de quê? Da carteira de trabalho”¹⁵². Já o Sr. Ubirajara, em entrevista realizada em 1987, chega a criticar o sindicato, que numa curiosa inversão, torna-se, na sua fala, o responsável pelo “paternalismo”:

“Cumpria, a CSN nunca foi de negar o que é de direito. Ficou claro que é de direito, a CSN paga. Alguma coisa que hoje tem-se alguma dúvida, é porque as reivindicações são... Digamos, um leque de reivindicações de quando vai-se fazer um acordo sindical é muito grande. Pede-se absurdos. Um monte de besteirinha, um varejo que não vale a pena e perde uma porção de tempo com a negociação. Se deu tudo o que o sindicato pede, volta aquela política paternalista, o próprio sindicato deveria repudiar do que querer isso”¹⁵³.

¹⁴⁸ Idem, pp. 234-235.

¹⁴⁹ LASK, op. cit., p. 93.

¹⁵⁰ MOREL, op. cit., p. 337.

¹⁵¹ Apud MOREL, op. cit., p. 338.

¹⁵² Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

¹⁵³ Ubirajara, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 27 de novembro de 1987.

Essa análise nos parece claramente pautada na perspectiva empresarial e gerencial. Isso pode ser explicado pela trajetória individual do depoente, passando por diversas funções de direção e supervisão, até tornar-se assessor do presidente da Companhia para assuntos de meio ambiente, já na década de 1980. O grupo de alta gerência ao qual o Sr. Ubirajara pertencia usufruía melhor do aparato da empresa, incluindo facilidades propiciadas pela rede hierárquica pautadas na distinção por função¹⁵⁴. Um bom exemplo disso são os deslocamentos de funcionários e suas famílias, inclusive para se fazer compras em Barra Mansa, para os quais os detentores de cargos mais elevados da empresa contavam com transporte especial, o OR1 (Ônibus Rural Um) , “uma caminhonete muito bonita que servia aos gerais e engenheiros”¹⁵⁵.

Trabalhadores que fizeram sua trajetória na empresa em cargos baixos e medianos, como o do Sr. Francisco, oferecem outra perspectiva. Ao falar sobre o pagamento da insalubridade na empresa, ele lembra que “(...) no começo não pagava”. Francisco entrou como auxiliar de mecânico e consegue se tornar mecânico. Ingressou na luta sindical e se tornou assessor do presidente do sindicato, em 1964. Apesar da ressalva feita acima, afirma que a empresa “pelo menos no nosso setor sempre respeitou [a CLT], né?”¹⁵⁶, deixando implícito que em outras seções, de menor qualificação, as leis trabalhistas poderiam não estar sendo cumpridas.

O fato é que o projeto paternalista da “família siderúrgica” parecia não pretender forjar trabalhadores que reelaborassem dádivas em direitos, mas sim deixar o poder de decisão sobre a aplicação ou não das leis trabalhistas nas mãos dos dirigentes da empresa. Mas nem a própria “família siderúrgica” durou para sempre. Segundo Morel, sua “vida útil” durou da “corrida do aço” (1946) até meados da década de 1950, quando a CSN abre mão de seu caráter paternalista e inicia-se o desmonte gradual de sua estrutura assistencialista.

A divisão e acesso aos benefícios também acompanhavam a distinção de trabalhadores com base em duas categorias presentes na usina: empregados cujo pagamento era calculado por hora de trabalho (horistas) ou com base num valor fixo por mês (mensalistas). Essa divisão, às vezes, se traduzia no uso das siglas PE (Pessoal do Escritório) e PU (Pessoal da Usina):

"Os horistas eram carpinteiros, era pedreiro, compreendeu? Era essa parte, eram os horistas. O pessoal lá do escritório era o que trabalhava no escritório, então esses eram os PEs, esses recebiam por mês"¹⁵⁷.

A alimentação dos dois grupos no interior da empresa ocorria em ambientes separados. Havia o "restaurante principal, onde comiam aquelas pessoas de melhor gabarito: engenheiros, médicos, e nós, a classe de auxiliares de escritório, que era a classe alta (...)", enquanto o pessoal do chão da fábrica fazia suas refeições no “RU” (Restaurante da Usina)¹⁵⁸.

A intensidade do cumprimento de prazos e do ritmo de trabalho também parecem mais evidentes para os funcionários da usina. No período inicial, de construção da CSN, ocorria o

¹⁵⁴ Ubirajara relata que entrou na CSN como mensageiro e saiu como engenheiro. Ao passar na faculdade de engenharia, deixou de executar a tarefa de mestre de forno. Foi levado à supervisão por um engenheiro e só tinha de comparecer à CSN uma vez por mês para não ser enquadrado em abandono de emprego. O entrevistado reconhece que sua história é atípica dentro da empresa. Mesmo assim ela é demonstrativa de uma certa *rede de iguais*, na qual quanto mais alto na escala hierárquica o trabalhador conseguisse subir mais facilidades poderia encontrar no usufruto de alguns benefícios. Idem.

¹⁵⁵ Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

¹⁵⁶ Francisco, entrevista concedida a Regina Morel e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 13 de janeiro de 1988.

¹⁵⁷ CRUZ, op., cit., p. 15.

¹⁵⁸ RAMOS, op. cit., p. 12.

prolongamento da jornada de trabalho dos funcionários do escritório, mas apenas por 45 minutos.¹⁵⁹ Já no caso dos funcionários da usina...

“O turno dependia da necessidade do trabalho. Era o seguinte: os engenheiros pegavam uma obra e tinha aquele prazo determinado para entregar. Às vezes vinha algum imprevisto, algum atraso, mas aquele prazo era uma coisa religiosa: tinha que entregar. Então, eles viam que não iam cumprir com o trato, eles então aumentavam o horário de trabalho: o camarada jantava por lá mesmo, ficava até as dez da noite. Recebia hora extra. A gente até gostava porque era mais uma grana que entrava. O descanso era domingo. Quando o negócio estava mesmo com muita pressa, às vezes até aos domingos mesmo a gente trabalhava. O horário mesmo normal era das sete às cinco, cinco e meia ou seis, conforme. Vamos botar das sete às seis horas, até menos: até cinco. Era o horário normal”¹⁶⁰.

O que parece ter gerado mais descontentamento em relação ao “serão” era a forma autoritária como ele era decidido. Segundo relato de um ex-empregado do almoxarifado:

“(...) a gente era escalado sem consultar. Quando via, já estava escalado lá. Que às vezes, precisava até ir embora, mas não: Não, você tem que fazer este horário aqui! Na época era até obrigado, entendeu, mas (...) Isso ela nunca deixou de pagar. Ela pagava, mas às vezes, sabe como, o empregado já está cansado e principalmente no início disso, né!”¹⁶¹

O tratamento diferenciado entre diferentes categorias de trabalhadores também se reflete no encaminhamento de promoções e aumentos salariais. “Seu” Senna, ex-guarda da CSN, lembra que na CSN o salário “ia progredindo; de três em três anos a gente tinha uma OTS, que correspondia a 5 por cento do salário”¹⁶². Enquanto isso, os funcionários mais qualificados conseguiam aumentos de até 6 em 6 meses: “O chefe fazia um memorando e citava os nomes”¹⁶³. Ou seja, as progressões, nesse caso, dependiam da avaliação de um superior hierárquico que muitas vezes era uma pessoa de sua mesma profissão e função na empresa. As diferenciações sentidas no chão da fábrica determinavam a consciência dos trabalhadores em relação aos seus direitos. Eles em geral admiravam a CSN, mas muitos tem uma visão crítica sobre os limites dos benefícios cedidos pela empresa.

A negociação coletiva, por outro lado, se dava dentro dos limites estreitos para a ação sindical: “o sindicato fazia reivindicações, (...) a empresa estudava, tinha a mesa redonda da empresa”. Após a negociação, mesmo que o resultado não fosse satisfatório: “(...) ninguém naquela época nem pensava em (...) greve, ninguém nunca aprendeu na escola a escrever greve naquela época, *porque imediatamente era recolhido pelo batalhão*”¹⁶⁴. Fala que evidencia o peso da vigilância repressora contra qualquer tipo de questionamento. Mesmo num ambiente de reabertura democrática como o do fim do primeiro governo Vargas, a repressão era alimentada pelo clima denunciante que aparece nos relatos dos trabalhadores.

Os “funcionários especiais” que agiam como polícia secreta atuavam nas mais diversas áreas da empresa, até mesmo no escritório, para “manter a ordem, manter a

¹⁵⁹ MAGALHÃES, op. cit. p. 22.

¹⁶⁰ DIAS, op. cit., p. 23.

¹⁶¹ Apud LASK, op. cit., p. 139.

¹⁶² Senna e Palmira, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 23 de novembro de 1987.

¹⁶³ MAGALHÃES, op. cit., p. 19.

¹⁶⁴ Francisco, entrevista concedida a Regina Morel e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 13 de janeiro de 1988. Grifo nosso.

organização”¹⁶⁵. O Sr. Millan, vindo do Rio Grande do Sul em 1946, aparentemente com uma especialização em transportes, conseguiu emprego na CSN com um salário acima da média, o que, segundo seu relato, criou “(...) uma ciumada lá dentro”. Ele acredita que este foi o motivo principal de ter sido denunciado por ser comunista:

“Naquela época o Partido Comunista era legal, eu já estava muito enjoado de ser comunista e fui envolvido nesta coisa aí (...). Fui envolvido com o problema de ser comunista e trabalhar na siderúrgica (...). E fui parar na polícia da siderúrgica.”¹⁶⁶

A investigação sobre os novos trabalhadores era uma prática constante, tendo por meta barrar a entrada de “elementos indesejáveis” que poderiam comprometer a *grande família*, como comunistas ou outros trabalhadores que já possuíssem um histórico de lutas em outras regiões. Para se desvencilhar de um passado recente e comprometedor tornou-se estratégico, para o Sr. Silvestre, criar uma história na região. Como explica esse comunista, ex-sindicalista e vereador de Volta Redonda (1959-1962), que pertencera ao Sindicato dos Sapateiros no Rio de Janeiro e veio para a região em 1948:

“(...) tive de fazer um ‘estágio’ na Siderúrgica Saudade, passei oito meses lá para depois conseguir entrar na Siderúrgica [CSN]”.

“(...) na época eles sempre ficavam pesquisando a vida da pessoa, como eu já era sindicalista desde aquela época, então, se eu dissesse verdadeiramente de onde eu tinha vindo, talvez eu não tivesse entrado na Siderúrgica [CSN]”¹⁶⁷.

O controle, investigação e mapeamento da mão de obra possuem um caráter complementar à criação da “família siderúrgica”. Graças a eles, por vezes, a energia dos trabalhadores que seria gasta em organizações e mobilizações de caráter reivindicativo teve de encontrar outros meios de sublimação.

A Associação Profissional dos Metalúrgicos de Barra Mansa recebe a Carta Sindical do Ministério do Trabalho em 1946. A criação do sindicato passa por processo curioso, recebendo o apoio da CSN. O sindicato chega a ganhar da usina a sede onde, até hoje, se encontra. Em 1946, tinha como assessor jurídico Omar Goulart Villela, que foi um dos fundadores do PTB em Volta Redonda e em 1947 se elegeu vereador por Barra Mansa.

Segundo informações levantadas pelo coletivo do Centro de Memória Sindical, na mesma época já havia a forte presença de um núcleo de ativistas do Partido Comunista Brasileiro, entre os quais estavam Alcides Sabença e Feliciano Eugênio Neto. O primeiro, carpinteiro, seria eleito deputado por Barra Mansa em 1945, pelo próprio PCB.¹⁶⁸ O segundo seria eleito vereador por Volta Redonda em 1963, pelo PSD, com 366 votos¹⁶⁹. A presença dos comunistas se faz mais marcante no sindicato a partir de 1953, sendo que até então não há registro de filiados do partido integrando a direção da entidade.

Em 1946, ocorre a primeira ação sindical contra a CSN. Após a execução do plano de construção da usina, as centenas de operários que são dispensados acionam o sindicato e se

¹⁶⁵ MAGALHÃES, op. cit., p. 16.

¹⁶⁶ Millan, entrevista concedida a Lourdes e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 25 de janeiro de 1988.

¹⁶⁷ Silvestre Pereira Rosa, entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988.

¹⁶⁸ SOUZA, 1989, pp. 37-38.

¹⁶⁹ Câmara Municipal de Volta Redonda. Vereadores e Prefeitos de Volta Redonda: informações individuais. 1ª legislatura – 1955 à 7ª legislatura – 1977. Localização: Biblioteca Municipal Raul de Leoni. Caixa 8.

mobilizam, colocando a CSN na justiça¹⁷⁰. Perdem o processo, mas fica a impressão de que a justiça poderia ser uma nova arena de lutas entre capital e trabalho.

A primeira diretoria eleita pelo sindicato, em 1951, terá claro atrelamento ao PSD, via Allan Cruz, amigo pessoal de Sávio Gama, o primeiro prefeito eleito de Volta Redonda pós-emancipação. Essas relações partidárias dentro do sindicato refletem a complexidade do cenário de atuação política em Volta Redonda. O crescimento urbano e a participação dos trabalhadores no cenário eleitoral e político terá grande influência sobre este quadro. Mas apesar do sindicato conter esses vínculos partidários em sua composição, a atuação de todas as direções sindicais no período parece ter se limitado à exigência do cumprimento da CLT.

Nesses primeiros anos, tanto o sindicato¹⁷¹ quanto o serviço social da CSN seriam responsáveis por uma grande rede de prestação de serviços à classe trabalhadora. O Sr. Senna diz que Dona Palmira, sua esposa, “tirou diploma de costureira lá no sindicato”¹⁷². Essas oportunidades de capacitação, assim como o acesso a posto médico e defesa jurídica são citados por ele como vantagens que o teriam levado a se sindicalizar em 1951, quando a entidade ainda estava sob intervenção.

O entendido sobre o significado de cidadania nesse contexto é bastante complexo. A influência do aparato da CSN, os benefícios concedidos, a perspectiva de ascensão social e de melhoria de qualidade de vida se encontrarão na composição deste conceito. O Sr. Ronaldo Gori, por exemplo, vincula cidadania à concepção liberal de “igualdade de oportunidades”, supostamente abertas a qualquer indivíduo: “Tem outra coisa que acho que é muito importante, (...) é aquela cidadania: ‘Eu posso chegar lá, depende de mim’”¹⁷³. Para fundamentar essa visão, narra várias trajetórias individuais de amigos que não sabiam nem ler e conseguiram fazer de seus filhos doutores. Revela-se assim como, sob o manto da “família siderúrgica”, persistia uma visão liberal clássica da sociedade, concebida como um agregado de indivíduos competitivos. Nessa concepção, o sucesso não depende das estruturas dadas, mas apenas da ação dos indivíduos.

Mas essa concepção liberal se fundia com a concepção de “cidadania regulada”, na qual não eram entendidos como “trabalhadores” todas as pessoas que viviam do trabalho, mas apenas aqueles que, via vinculação trabalhista, regulada pelo próprio Estado, conquistam certos direitos. Isso explica a importância atribuída à carteira assinada. O Sr. Silvestre, ao descrever o processo que levou os funcionários da Fazenda Santa Cecília a serem enquadrados como “celetistas”, recorda:

“Isso já foi uma conquista (...). Já em 1964, 1968. Foi uma conquista também de uma administração sindicalista... Que foi a assinatura da carteira de trabalho desse pessoal como metalúrgico, como empregado da Siderúrgica”¹⁷⁴.

Porém, não podemos absolutizar a tese de uma cidadania regulada. Concordamos com Fortes e Negro, quando afirmam que “o Estado não ficou com a última palavra na definição da identidade da classe trabalhadora brasileira”¹⁷⁵. A lógica de concessão dos direitos como dádivas, passando pela execução das leis – em especial a CLT –, foi gradativamente

¹⁷⁰ MOREL, op. cit., p. 104.

¹⁷¹ CRUZ, op. cit., p. 38.

¹⁷² Senna e Palmira, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 23 de novembro de 1987.

¹⁷³ Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

¹⁷⁴ Silvestre Pereira Rosa, entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988.

¹⁷⁵ FORTES, Alexandre ; NEGRO, Antonio Luigi . Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano - Livro 3 - O tempo da experiência democrática. 1 ed.*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 191.

reapropriada pelos trabalhadores. O Sr. José Garcia, em um de seus relatos sobre a relação entre operários e chefia dentro da CSN na década de 1950, nos permite visualizar essa dinâmica leis em que as leis assumem caminho de mão dupla. O que era apresentado como dádiva se transformava em direito para os trabalhadores e gerava novas formas de atuação cidadã na fábrica e cidade:

“É... E assim foi, até que um dia eles chamaram um grande número de pessoas para carregar um vagão de saco de naftalina, né? Aí o que acontece, eles pegavam o saco de naftalina, um jogava pro outro, o outro jogava pro outro e o outro jogava dentro do vagão. Na hora que chegava em minha mão caía, aí na hora que eles vieram falar comigo eu disse: ‘É máquina que tem que trabalhar assim, homem não!’. Aí eles pegaram, eles chamou lá outro chefe de departamento, o chefe veio falar comigo, eu no meio de todo mundo saí falando com ele: ‘Olha, eu não gosto que me encha o saco não, tá?’. Aí eles me mandaram devolver no serviço que eu fazia... [Risos]

É...Eles tinham um pouco de receio de mim porque eu dava uma de que eu sabia um pouquinho de lei e eles aceitavam...”¹⁷⁶

O próprio Sr. Silvestre deixa patente a luta por direitos aos explicar a atuação do sindicato em Volta redonda:

“Então a coisa... Com todo esse problema aí, sempre foi um sindicato de luta, sempre de luta e conseguindo maiores conquistas... Salários, 13º salários, tempo de serviço que a gente não recebia, nós não recebíamos o domingo remunerado e nós trabalhávamos em período de guerra, isso tudo foi conquista do sindicato¹⁷⁷”.

O Sr. Millan, simpatizante dos comunistas e participante das assembléias sindicais na época, conta que:

“As reivindicações foram sempre por melhoria de salários e nós conseguimos uma grande coisa... Nós conseguimos com o General Macedo Soares, numa forma de combate à carestia, que nós tínhamos de 6 em 6 meses uma revisão salarial de acordo com o custo de vida da época”.

O Sr. Millan oferece como uma demonstração da atuação do sindicato na questão social o fato de que “Volta Redonda foi a primeira unidade trabalhista que deu o salário semanal remunerado no mesmo mês em que foi aprovado na Constituição de 1946”¹⁷⁸. A partir da resignificação das leis, elas não são mais vistas como dádivas, e sim como direitos a serem exigidos: “Nós apertamos a Companhia: Constituição está mandando pagar! E a Companhia passou a pagar o salário remunerado naquela época”¹⁷⁹.

Allan Cruz, presidente do Sindicato eleito em 1951, demonstra como a CLT pautava sua ação:

“começamos as reivindicações. Conseguimos ganhar uma ação em Barra Mansa que era das horas noturnas. Porque a Siderúrgica não pagava hora

¹⁷⁶ José Garcia, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

¹⁷⁷ Silvestre Pereira Rosa, entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988.

¹⁷⁸ Embora na transcrição da entrevista encontra-se o termo salário semanal remunerado temos a certeza de que o entrevistado se referia ao *repouso salarial remunerado*. Citado no Título 5: Da Ordem Econômica e Social, Artigo 157, tópico VI da Constituição de 1946. Millan, entrevista concedida a Lourdes e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 25 de janeiro de 1988.

¹⁷⁹ Idem.

noturna (...) Férias em dobro ela não pagava. (...) As reivindicações que eu fiz, todas dentro da Consolidação”¹⁸⁰.

A atuação do SMVR se assemelha muito à do líder operário Philadelpo Braz, analisado por French em seus estudos sobre o ABC paulista no mesmo período. Ambos ajudam na construção de uma *consciência legal*, processo pelo qual há uma certa reapropriação da CLT devido a seu uso constante pelos trabalhadores, transformando-a em referência para a mediação de situações através de seu uso como fonte de pesquisa e de direitos nas situações cotidianas, principalmente nas de conflitos entre capital e trabalho.

Em ambos os casos a CLT é apresentada de forma didática, a partir de situações do cotidiano. Braz, quando Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, anotava as situações descritas pelos trabalhadores em seu diário. Conforme explica French, desse modo ele “operacionalizava os problemas dos trabalhadores”. Suas anotações eram “construções ou categorizações jurídicas dos problemas dos trabalhadores”¹⁸¹, por meio das quais a CLT se fazia atuante. Para Allan Cruz, o processo era muito similar:

“eu achei que eu devia movimentar o sindicato. Comprei uma Consolidação das Leis do Trabalho... (...) minha bíblia. Aquilo ali eu estudava dia e noite, gravei aquilo tudo, então citava aquilo de cor. [riso] Aí comecei a catequizar e a filiar.”¹⁸²

Mas Allan Cruz também reconhece as limitações da ação sindical via justiça. Para ele, as reivindicações dos comunistas eram um problema, pois “eles pediam às vezes reivindicações que não podiam, compreendeu? Não tinham direito”¹⁸³. Ainda assim, o sindicato passa a ser um grande veiculador e negociador de aplicação das leis: “Se era boa a bandeira. Essa é boa, vamos empunhar. Não é boa, não vamos empunhar. Você arranja o advogado e o sindicato paga”. Contudo, existe obra sobre o período que afirma não ter ocorrido uma política sindical de organização das bases, mesmo quando existiram delegados sindicais,¹⁸⁴.

Essa relativização da influência da família siderúrgica e do Estado (principalmente da cidadania regulada) exige a adoção de uma perspectiva de análise que articule rupturas e continuidades. Acima de tudo, é importante considerar que esta construção histórica possui mais atores, não se limitando ao Estado e aos trabalhadores que participaram da elaboração do espaço que se transformaria em Volta Redonda.

Ao lado da “cidade da empresa”, crescia a “cidade velha”, e novos locais, muitos deles em condições precárias, receberiam os trabalhadores migrantes:

“a gente chama lá de Volta Redonda velha, aqui de Volta Redonda Nova, às vezes a gente fala ‘vou lá em Volta Redonda’, inclusive a mãe do meu genro estava aqui, falou assim: ‘mas são duas Volta Redonda?’, aí eu disse que não”¹⁸⁵.

A impressão que temos, ao estudar a história deste local é essa mesma: duas cidades em uma. A *velha*, já existente e incrementada pelo fluxo de mão de obra não absorvido pela

¹⁸⁰ CRUZ, op. cit., p. 30.

¹⁸¹ FRENCH, op. cit., pp. 62-66.

¹⁸² Idem, p. 26.

¹⁸³ CRUZ, op. cit., pp. 31-32.

¹⁸⁴ SOUZA, 1989, p. 38.

¹⁸⁵ Senna e Palmira, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 23 de novembro de 1987.

empresa e por parte dos trabalhadores da CSN. A *nova*, criada pela CSN, objetivando a recepção e controle de seus funcionários. A dinâmica de crescimento dessas duas áreas ficava atrelada às demandas geradas pela produção da usina, mas de modos distintos, o que só aumentava a complexidade da realidade local. Logo, o oitavo distrito começaria a influir no crescimento e na política de Barra Mansa. Em um quadro de abertura democrática, crescimento urbano e a entrada das massas trabalhadoras no jogo político, alianças determinaram mudanças substanciais na formação do espaço e sociedade do que viria a ser o município de Volta Redonda.

CAPÍTULO II - DEMANDAS URBANAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O DISTRITO COM CARA DE CIDADE.

Do início ao final da década de 1940 a população do oitavo distrito de Barra Mansa saltou de 2.782¹⁸⁶ para 35.964 habitantes,¹⁸⁷ coincidindo com a implementação do Plano A – de construção da usina, que termina em 1947¹⁸⁸. Conforme já foi comentado no capítulo anterior, o crescimento abrupto da área urbana ao redor da usina, logo já desafiava as estratégias de controle da empresa. A cidade nova, construída pela CSN, convivia desde o início com as construções locais anteriores, a cidade velha, que terá um crescimento não ordenado, diretamente proporcional ao crescimento da mão de obra na usina e às atividades econômicas secundárias geradas pela própria urbanização da região. Um grande número de pessoas que vinham atrás do “Eldorado”¹⁸⁹ simbolizado pela usina não eram absorvidos por ela. Em março de 1942, a CSN já contava com 3.850 empregados em meio a uma população de 10 mil habitantes e “em 1946, ano de início da operação da usina, esses números eram de 11.719 empregados na CSN e 26.507 habitantes na cidade”¹⁹⁰.

O intenso crescimento reforça a dualidade urbana encontrada em Volta Redonda. A cidade velha carece de todo tipo de estrutura. Originalmente, ela se situava à margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Porém, com os planos de expansão da usina e suas demissões, já em 1946 as moradias precárias se estendem à margem direita do Rio, como demonstra o caso do Morro dos Atrevidos, a primeira favela de Volta Redonda, também já comentado no primeiro capítulo.¹⁹¹

A cidade nova possuía regras rigorosas, cujo cumprimento era assegurado por um grande aparato policial, que controlava e reprimia algazarras, excessos no consumo de bebidas alcoólicas e outras transgressões. “Se os vizinhos brigassem, era só chamar a rádio patrulha...”, lembra D. Palmira, e acrescenta: “aqui não tinha violência.”¹⁹² A guarda da CSN, cujos integrantes eram popularmente chamados de “cabeças de tomate”, atuava na manutenção da *ordem*, palavra que abarcava não só o combate a “ladrões, assassinos e trapaceiros, (...) mas também contra a resistência à disciplina” do trabalho.¹⁹³

O estado policial implantado na cidade nova sempre contou com o apoio dos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DPS), que atuava livremente na cidade, realizando prisões e averiguações, quase sempre dirigidas contra o pequeno grupo de comunistas atuantes no local. Porém, o controle não se limitava ao ambiente público e fabril. A vida familiar também era controlada. Festas e aniversários dentro da cidade nova deveriam ser comunicados à guarda da CSN.

¹⁸⁶ MOREL, op. cit p. 52.

¹⁸⁷ IBGE.Censo Demográfico 1950. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 66, 67.

¹⁸⁸ Ver tabela no Anexo I.

¹⁸⁹ BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 20.

¹⁹⁰ LOPES, op. cit., p. 89.

¹⁹¹ PEREIRA, op. cit., p. 58.

¹⁹² Senna e Palmira, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 23 de novembro de 1987.

¹⁹³ Lopes, op. cit., p. 90.

Como destaca Lopes, “o novo não diria respeito apenas ao moderno, mas também a uma recodificação do passado”¹⁹⁴. Às práticas de dominação tradicionais, conhecidas dos migrantes nos seus locais de origem, somava-se o proibicionismo e o controle da mão de obra para além da fábrica. Buscava-se assim obter operários dóceis no trabalho e estáveis em sua vida íntima, o que, de acordo com um projeto elitista veiculado em Volta Redonda, forjaria a mão de obra necessária para a implementação e continuidade da produção na usina. Gramsci já havia pensado sobre esta fórmula de dominação industrial, na qual moral e disciplina estão profundamente interligadas:

“A relativa solidez das uniões sexuais camponesas liga-se estreitamente ao sistema de trabalho rural. O camponês que volta para casa à noite, depois de uma longa jornada de trabalho, (...): não tem o hábito de correr atrás de prostitutas; ama sua mulher, segura, sempre presente, que não fará dengo nem pretenderá a comédia da sedução e do estupro para ser possuída”¹⁹⁵.
“(…) O novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada excitante da satisfação sexual ocasional: o operário vai para o trabalho e depois de uma noite de ‘orgias’ não é um bom trabalhador”¹⁹⁶.

Levando em conta que a jornada dos trabalhadores durante o período da Segunda Guerra Mundial chegou a 10 horas de trabalho por dia, não fica difícil constatar a adequação da análise de Gramsci à realidade de Volta Redonda. A disciplina idealizada pelos criadores da usina se materializava no cotidiano dos operários da CSN, ainda mais com os três turnos da usina que ditavam “a nova cadência dos hábitos”¹⁹⁷.

As propostas de enquadramento da mão de obra se davam em várias frentes desde a distribuição de uniformes até as instruções de comportamento em espaço público e privado, dirigidas tanto aos operários quanto às suas famílias:

“o uso das habitações obedecia a um trabalho pedagógico explicitamente dirigido às mulheres e impunha padrões funcionais, higiênicos e de comportamento, que se estendiam à esfera dos rituais de celebração com a vizinhança, como festas, diversões e comemorações”¹⁹⁸.

A cidade nova era urbanizada, planejada e mantida pela própria CSN. Já na cidade velha, fora dos domínios da CSN, as demandas materiais eram maiores, as condições de vida eram muito piores: não havia água encanada, luz elétrica e nem transporte público. Além disso, concentrando os trabalhadores que chegavam à procura de emprego na CSN e aqueles por ela dispensados, possuía uma ‘química’ mais favorável à expressão de contradições e pressões. É sintomático notar que essa área, inicialmente esquecida pelo poder político local e conceituada como espaço de “desvio e de pecado, abrigando a desordem não tolerada no espaço mantido como transparente da cidade oficial”, é a mesma na qual a proposta de criação do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1945, encontrou maior resposta. Foi nela também que se presenciaram “as primeiras manifestações operárias”¹⁹⁹ e a eleição de representantes do PCB a cargos públicos.

¹⁹⁴ Lopes, op. cit., p. 88.

¹⁹⁵ GRAMSCI, 2001, op. cit., pp. 268, 269.

¹⁹⁶ Idem, p. 269.

¹⁹⁷ LOPES, op. cit., p. 89.

¹⁹⁸ Idem, pp. 88- 89.

¹⁹⁹ Idem, p. 90.

O núcleo da cidade velha era o Bairro de Niterói, que crescia desordenadamente e sem a estrutura necessária à manutenção de boas condições de vida. Esta área e aquela ao lado dos terrenos da CSN são as que cresceram mais rapidamente e receberam maior fluxo de migrantes. Com elas, crescem as demandas por “serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) e por um 'sistema de transportes coletivos' mais rápido e eficiente”²⁰⁰. As demandas relacionadas a saúde e educação também serão temas constantemente em pauta. Contudo, os trabalhadores não atuavam sozinhos. Novos interesses e atores surgem no local.

Um papel fundamental foi desempenhado pelas especuladores imobiliários, muitos deles ex-proprietários de sítios e fazendas ao redor da usina, que atuaram com muito mais força na cidade velha. Depois da emancipação de Volta Redonda, muitos deles se tornaram respeitáveis figuras políticas da cidade. Sobre a atuação desses especuladores, é reveladora a carta que Corrêa Lima²⁰¹ escreve ao Major Hélio de Macedo Soares e Silva, Secretário de Viação e obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro em 1943:

“...as dificuldades apresentadas pelo caso de Volta Redonda são muito mais complexas do que o de Barra Mansa e Pinheiros, pois estas cidades não sofreram as mutilações e a desenfreada especulação imobiliária. Em Volta Redonda criaram-se situações desagradáveis que não aparecerão, é claro, em projetos apresentados, mas que representam trabalho insano e delicado, tratando-se de ferir interesses, que levantam ódios e entram a boa marcha dos estudos. Sem falar aqui na responsabilidade que pesa pela interferência do plano com a Companhia Siderúrgica Nacional”²⁰².

Corrêa Lima se indignava pela pressão exercida pelos proprietários de terras que não concordavam com o plano elaborado para Volta Redonda e para a região. Estes, porém, mostrarão sua força mais adiante, com o processo que culminou na emancipação da cidade. Porém, mesmo antes disso, segundo Lopes: “enquanto na cidade da empresa os imóveis eram dispostos aos empregados mais pelo valor de uso, no restante de Volta Redonda se especulava com o valor de troca”²⁰³.

Essa combinação entre, de um lado, as novas condições urbanas e as demandas por elas geradas e, de outro, a emergência de poderosos interesses vinculados à propriedade privada do solo urbano tiveram reflexos na política local, o que ajuda a situar o lugar de Barra Mansa e Volta Redonda nos processos de abertura política e participação eleitoral surgidos a partir do fim do Estado Novo. É importante lembrar que naquele momento, apesar das restrições que marcaram o governo Dutra, ou *ditadura Dutra*, conforme será discutido mais adiante, “as classes populares urbanas passaram a desfrutar de uma liberdade de expressão e de organização cuja amplitude e vigor não tinham precedentes na história do país”²⁰⁴. Mesmo que a ação dos trabalhadores no período nem sempre se expressasse na forma de ação direta, ainda assim condicionava a atuação dos personagens políticos que atuavam no período. Pois a identificação com as classes populares e o discurso pautado nas demandas urbanas passavam a ser requisitos básicos para um bom desempenho no processo eleitoral.

Forjou-se assim um ambiente propício para a projeção de “formas organizadas de ação coletiva que se expressaram através de movimentos imediatos (atendimento das reivindicações urbanas), mas também com o desenvolvimento de uma nova força social e

²⁰⁰ José Álvaro Moisés [et. al.], op. cit., p. 17.

²⁰¹ Arquiteto responsável pela criação e implantação da cidade nova, com suas divisões por função e ordenamento racional do espaço.

²⁰² Apud LOPES, op. cit., p. 93.

²⁰³ Idem, p. 92.

²⁰⁴ FRENCH, 1995, op. cit., p. 177.

política na vida da cidade”²⁰⁵. A dualidade do processo, em que as classes populares influenciavam o mundo político, o Estado, e ao mesmo tempo eram influenciadas por eles, nos faz descartar análises que vejam o período como sendo limitado à manipulação. Porém, discordamos também das visões que absolutizam a atuação destes novos atores, vendo-os como *plenamente* dotados de “percepção própria de sua situação e de seus interesses”.

A classe trabalhadora se defrontava com um contexto totalmente novo, em que a legislação regulava não só as relações e condições de trabalho, mas também se refletia no próprio espaço urbano. Como exemplo, em nosso caso, temos os códigos municipais de obras. A esse respeito, concordamos com a análise de Brodwyn Fischer quando trata o assunto CLT, pois sua análise deixa indícios de como o novo universo regulatório, de leis, seria encarado:

"(...) Trabalhos recentes sobre o significado da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para as classes trabalhadoras nos convidam a pensar que a criação da lei é um processo interativo, longe de estar findo quando o estatuto é decretado. Mas permanece o fato de que a CLT, uma vez publicada, contribuiu bastante para demarcar os terrenos nos quais os direitos eram construídos na era Vargas - e esses terrenos não eram os mesmos para todos os grupos sociais. Embora a CLT tenha indubitavelmente aprofundado o significado da cidadania brasileira - transformando-a em algo pelo qual valia a pena lutar -, ao mesmo tempo limitou declaradamente o acesso de grupos que poderiam legitimamente apresentar suas demandas na linguagem dos direitos”²⁰⁶.

As leis, mesmo depois de sancionadas, se tornavam objeto de disputa, no que diz respeito ao seu cumprimento. Se o período Vargas objetivou construir um espectro de imparcialidade para o Estado, não podemos olvidar que as leis não eram para todos os indivíduos. As estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora não se limitavam à busca pela execução das leis. Muitas vezes, as lutas nos domínios da lei tinham se combinavam com o clientelismo, a organização, ou até mesmo a lógica da caridade. Estratégias estas que não serão esquecidas pelos atores políticos locais e passaram a fazer parte do seu repertório de ações.

2.1 Experiência de Classe, Crescimento Urbano e Condições de Vida

O crescimento desordenado e a falta de estrutura pautavam a vida de parcela significativa dos trabalhadores. Mesmo no município-sede a situação não era das melhores. A falta de estrutura para suportar tamanho crescimento pode ser ilustrada por um caso levado a debate na Câmara de Barra Mansa, pelo vereador Henrique Manoel Ferreira, comunista eleito pela legenda do PSD (Partido Social Democrático). Segundo ele, numa escola municipal eram

“usados copos comuns a todas as crianças e que põem em perigo a saúde de todos os alunos, pois é comum aparecerem casos de tuberculose entre a classe estudantil, já tendo sido constatado, só nas escolas da Vila Nova, cinco casos”²⁰⁷.

Relatos desse tipo nos levam a questionar sobre a situação em que a classe trabalhadora se encontrava, em qual estrutura ela vivenciou sua experiência ao chegar à região e em que condições se mantinha enquanto mão de obra para as empresas.

²⁰⁵ José Álvaro Moisés [et. al.], op. cit., p. 14.

²⁰⁶ FISCHER, op. cit., p. 422.

²⁰⁷ Câmara Municipal de Barra Mansa (CMBM). Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951), fl. 60.

As maiores empresas presentes em Barra Mansa eram a Companhia Siderúrgica Barra Mansa, a Companhia Metalúrgica Barbará e a Companhia Siderúrgica Nacional. As duas primeiras, como já comentado anteriormente, foram pioneiras na região, contudo muitos dos problemas verificados na recém-instalada CSN ainda se encontravam presentes nestas empresas, com destaque para a questão das moradias operárias. Segundo o periódico *Tribuna Popular*, ao descrever visita de Junta Sindical a Volta Redonda e Barra Mansa:

"(...) os trabalhadores da Barbará [foram] conduzidos à condição de mulambos ambulantes. São baixíssimos os salários vigentes ali. Variam entre 12 e 33 cruzeiros diários, sendo que a maioria percebe apenas Cr\$ 2,50 horários. As casas que habitam são verdadeiros focos de doenças e a exploração verifica-se nos moldes feudais, desde que os trabalhadores se abastecem no armazém do patrão, onde os preços tornam ainda mais ínfimos os salários de fome que percebem"²⁰⁸.

A condição de moradia também é alvo da atenção da Câmara de vereadores de Barra Mansa. Em 1947, o vereador Edgard Ferreira Bastos, que foi eleito pelo PRP (Partido de Representação Popular) – partido que integrava a “Coligação Democrática” juntamente com a (UDN – União Democrática Nacional) –, manifesta preocupação com a situação dos trabalhadores da Companhia Barbará. Ele convida outros vereadores a formarem uma junta de inspeção dos prédios residenciais em que moram os operários, para verificarem “a falta de higiene dos mesmos, que ocasionava um grande número de óbitos infantis”. Já o vereador Omar Goulart Villela, do PTB, conceituava as moradias da Barbará como

“abaixo da crítica, e lembra que a comissão visitante, deveria ter o máximo de cuidado, pois que os Srs. 'Barbará' poderiam se prevalecer da visita para arrochar mais ainda o operariado, que se sujeita às imundas residências, por necessidade de trabalho”²⁰⁹.

Corroborando a hipótese de que esta situação era uma regra para as moradias dos trabalhadores da região, o vereador Henrique Manoel Ferreira requeria que “fosse o exame estendido a todo o Município”, o que foi aprovado pela Câmara.

Melhores condições de moradia e medidas contra o custo de vida também se tornam bandeiras de reivindicação dos trabalhadores. Segundo panfleto do período encontrado nos arquivos do APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) as moradias constituíam apenas a ponta de um iceberg²¹⁰. A elas se somava o custo de vida e a má remuneração. Esse documento, tido como comunista pelo investigador, critica os diretores da Companhia Siderúrgica Barra Mansa (SBM), e denuncia:

“(...) a situação de miséria e de fome que estamos passando, e levando em conta que o custo de vida está subindo assustadoramente, e que os salários que ganhamos atualmente são os mesmos salários que ganhávamos a três anos passados, não dando por isso mesmo para fazer frente às nossas mínimas necessidades.”²¹¹

²⁰⁸ 16 horas seguidas trabalham os operários da CSN. *Tribuna Popular*, 15/2/1947, p.4. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), Coleção CSN (Regina Morel).

²⁰⁹ Câmara Municipal de Barra Mansa (CMBM). Livro de atas s/n. (29/12/1927 a 28/11/1947), fl. 172.

²¹⁰ O documento não está datado, mas consideramos que ele seja do final da década de 1940 pela similaridade que tem com documento lançado pelo vereador Henrique Manoel Ferreira, tanto na análise conjuntural como nas reivindicações: Boletim Reservado Nº80, 16/05/ 1949. Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo DPS, Catálogo Dossiê, Notação 155.

²¹¹ Comitê Municipal de Barra Mansa. APERJ, Fundo DPS, Notação: 528, Tipo: Recortes de jornal.

Moradias, fome, custo de vida e atraso no pagamento dos salários faziam parte da vida dos trabalhadores. Vale a pena pontuarmos que estamos tratando de trabalhadores “com carteira assinada”, ou seja, os que poderiam usufruir, ou exigir o cumprimento da CLT. Fica em aberto a questão dos trabalhadores que não possuíam a carteira de trabalho, pois não localizamos registros documentais sobre estes trabalhadores que vieram para a região dinamizando o fluxo migratório. Não pretendemos aqui vitimar a classe trabalhadora para, a partir daí, atribuir a sua ação política e vida organizativa a um determinismo econômico. Porém, acreditamos que muitos foram empurrados ao universo da organização e reivindicação por não enxergarem margem de manobra para a melhoria de suas condições de vida sem lutarem por isso.

O caso da Viação Mineira é um bom exemplo de como as organizações da classe trabalhadora podiam conter outros elementos além da motivação política ou do direcionamento partidário. Antes de analisarmos a greve em si achamos válido dimensionar a importância desta empresa, por estar relacionada ao escoamento da produção da região.

A Rede Mineira de viação era um dos eixos de acesso a outras regiões, e integrava Barra Mansa e seus distritos a uma malha de ferrovias composta também pelas estradas de ferro Central do Brasil, Leopoldina, Paulista, Sorocabana, Mogiana e Noroeste, além de outras de menor importância. Segundo Lopes, estas empresas de transporte teriam um peso muito grande na escolha do local de instalação da CSN, pois “ (...) setenta e cinco por cento do consumo nacional da produção da usina projetada (perfis, chapas planas e trilhos) estavam situados nas zonas servidas por aquelas ferrovias”²¹².

A greve, ocorrida em Barra Mansa, data de 1949, e se inicia após três meses de atrasos em seus ordenados e do não pagamento de um prometido aumento de mais 150 cruzeiros nos salários dos trabalhadores.²¹³ Quando essa situação foi discutida pelos vereadores de Barra Mansa, Antonio Gomes Carreira, do PTB, defendeu que a solução passava pela esfera estadual. Ele solicitou à casa “(...) enviar mensagem à Assembléia Legislativa Fluminense sobre o precaríssimo estado em que se encontram os ferroviários da Rede Mineira de Viação, desta cidade, em face do atraso dos pagamentos”. Posteriormente, Carreira sugere que a empresa seja entregue à União.

O movimento se apresentava como apolítico, e, segundo a imprensa, alguns trabalhadores chegaram a espancar o vereador comunista Henrique Manoel Ferreira por tentar nele se infiltrar. Aparentemente, a participação das famílias dos ferroviários foi uma das características mais fortes desta greve. Às mulheres ficou reservado papel relevante, inclusive com ocupações de vagões e tomada de máquinas que tentavam furar o movimento. Reforçando o caráter apartidário da manifestação, as “mulheres grevistas” afirmavam que queriam “(...) apenas que a Rede Mineira de Viação” cumprisse apenas o que havia prometido a seus empregados. Segundo relato da imprensa, apesar da agressão mencionada acima, a greve terminaria “pacificamente”²¹⁴.

Embora os grevistas alegassem que a greve não tinha motivação política, ela teria importantes repercussões políticas. Silvestre Pereira Rosa, ativista comunista, relata assim o episódio:

“(...) Então as mulheres e crianças foram deitar na linha para evitar que furassem a greve.”(...) O Macedo Soares precisando se limpar com o Dutra né,

²¹² Lopes, op. cit., p. 45.

²¹³ As Grevistas de Barra Mansa: Não tem partido político – Só desejam que a Rede Mineira pague os ordenados dos seus maridos – Surrado o vereador comunista que queria se infiltrar. *A Manhã*, 28/09/49. APERJ, Fundo DPS, Notação 528, Tipo: Recortes de Jornal.

²¹⁴ Idem.

porque de todo jeito ele era camarada dos camaradas aí.²¹⁵ Então o Macedo mandou que ligassem as locomotivas e que a polícia subisse e ligasse a locomotiva. Os maquinistas com a baioneta nas costas ligaram e passaram por cima. (...) Teve muitas senhoras e crianças que foram atingidas pelo limpatrielho das máquinas”²¹⁶.

Portanto, a greve consegue atingir um alto nível de organização, com mobilização não só dos trabalhadores, mas de suas famílias, ao mesmo tempo que negava-se que ela tivesse qualquer caráter político, já que se trataria de “(...) um movimento puramente estomacal”²¹⁷.

Mas na verdade, a questão *estomacal* atingia a todos os trabalhadores da época, mesmo os da CSN, que tinham salários maiores do que os demais na região (uma estratégia que visava a atração da mão de obra). Em 1949, de acordo com o vereador Henrique Manoel Ferreira, em panfleto no qual critica a disparidade salarial entre cargos mais qualificados e os de menor qualificação, a CSN pagava entre oitocentos e quarenta mil reis e dois contos, cento e sessenta mil reis. É significativa a sua análise conjuntural da questão do custo de vida:

“(...) Os salários percebidos até hoje pelos operários são os mesmos padronizados de 1946, enquanto isso, houve uma alta vertiginosa nos preços dos gêneros de primeira necessidade como passamos a ver arroz, quilo 7,00; feijão, 5,00; carne verde, 9,50; carne seca, 14,00; banha, 22,00; bacalhau, 24,00; macarrão, 9,50; (...) aluguel de casa variando entre 175,00 a 400,00”²¹⁸.

Acreditamos que quando o vereador cita a questão dos aluguéis não está se referindo aos funcionários da CSN que moravam em casas da empresa e que pagavam aluguéis reduzidos, quase simbólicos, descontados em folha de pagamento. Ao mesmo tempo, ele usa os salários da CSN como parâmetro para exigir aumentos para os trabalhadores, aproveitando para criticar a falta de atuação de outros vereadores que, sendo também funcionários da empresa, nada faziam em relação a essa demanda²¹⁹. A mesma situação já havia sido constatada por comissão sindical que visitou a região dois anos antes, em 1947. Eles tabularam preços tanto da Cooperativa da CSN como do armazém da Barbará, tais como: “banha a 25 cruzeiros; Cr\$ 4,50 um quilo de açúcar; mais de 4 cruzeiros um quilo de arroz. Tudo tão caro, talvez mais ainda que na Capital da República”²²⁰.

Como parte da estratégia do PCB (Partido Comunista do Brasil) de defesa das reivindicações populares, o jornal *Tribuna Popular* já relatara, em 1947, os problemas com as moradias da cidade operária da CSN:

“O bairro residencial onde moram os operários de Volta Redonda, chama-se 'Conforto'. Denominação esta, em verdadeiro contraste com a situação de suas ruas, e as condições de vida de seus moradores. Há tempos os ônibus que transportavam os trabalhadores eram gratuitos e em maior número. A Cia, no

²¹⁵ A “camaradagem” aqui se refere às relações entre Macedo Soares e o governo Dutra. Apesar de, na fala de um comunista, o termo “camarada” normalmente se referir a um companheiro de partido, não se pode esquecer que, no período, ele também era usado coloquialmente como sinônimo de “sujeito”, ou “cidadão”.

²¹⁶ Criação do Sindicato em Volta Redonda. *Gazeta do aço*, s/n, 1981, p. 2. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²¹⁷ As Grevistas de Barra Mansa: Não tem partido político – Só desejam que a Rede Mineira pague os ordenados dos seus maridos – Surrado o vereador comunista que queria se infiltrar. *A Manhã*, 28/09/49. APERJ, Fundo DPS, Notação 528, Tipo: Recortes de Jornal.

²¹⁸ Boletim Reservado Nº80, 16/05/1949 (Trabalhista-Comunismo) Departamento Federal de Segurança Pública. APERJ, Fundo: DPS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Mobilizados os metalúrgicos cariocas em favor do proletariado de Volta Redonda. *Tribuna Popular*, 15/02/1947, s/p. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

entanto, resolveu agora taxar em 40 centavos os preços de suas passagens e diminuir o número de carros, os quais trafegam as ruas enlameadas e esburacadas de 'Conforto' com a sua lotação triplicada. As dificuldades de transportes, criadas pela própria companhia, não raro geram verdadeiros transtornos aos operários. Atrasados, um minuto que seja, são descontados em seus vencimentos diários, em suas horas de serviço”²²¹.

Não tivemos acesso ao Código de Obras de Barra Mansa em vigor na época, que está no Arquivo Central da Prefeitura, mas cuja localização e análise exigiriam um grande prolongamento da pesquisa, devido ao precário acondicionamento dos documentos de várias décadas, empilhados, sem ordem aparente e sob ação da poeira e umidade. Mas pelas informações que conseguimos levantar, através da leitura das atas da câmara ou pelo estudo da bibliografia que se pautava em questões de arquitetura e urbanismo, verificamos que esse Código de Obras esmiuçava os padrões para quesitos que iam desde a largura de calçadas até o espaço a ser reservado para a iluminação pública, e que a CSN possuía terrenos considerados irregulares, mesmo dentro do próprio bairro Conforto, já que desrespeitavam essa regulamentação.

Os casos citados acima são reveladores da complexidade do pós-1945, em que a abertura política e a ascensão da classe trabalhadora pautam a ação dos partidos políticos. Forçosamente, os partidos buscarão nesse período uma aproximação em relação à classe trabalhadora, no que diz respeito às reivindicações que objetivam melhorias de moradia e condições urbanas. Mas eles teriam divergências no julgamento de ações que colocassem a classe trabalhadora como agente de sua própria transformação.

2.2 Disputas e Interesses Políticos no “Novo” Ambiente Democrático

O chamado à participação dos trabalhadores que marcou o final do primeiro governo Vargas teve grande impacto no cenário político dos anos posteriores. Ainda em ano de 1945, a aproximação de Prestes a Vargas, contra as forças de direita, consideradas “entreguistas”, desaguou no quererismo, que marcou a inserção dos trabalhadores no mapa político do país e pode ser considerado a melhor expressão da nova conjuntura. De um lado, o PCB assumiu uma postura nacionalista, “orientado pela lógica de ação do comunismo internacional de 'frente contra o fascismo' e 'ordem e tranquilidade', se engaja, com outros setores, no movimento”²²². De outro lado, Vargas necessitou do apoio dos comunistas para que a mobilização da classe trabalhadora contra os candidatos da elite fosse realmente sentida. O resultado não demoraria a aparecer: “(...) O surto de participação política nas áreas urbanas e industriais como o ABC quebrou o monopólio da política pelas elites tradicionais e as obrigou a enfrentar questões de que teriam preferido esquivar-se”²²³.

Apesar do sucesso do movimento que levou à deposição de Getúlio, a mobilização das massas alimentou o medo de seu retorno ao poder, combinado ao medo da organização dos trabalhadores. Nas eleições presidenciais que seguiram, o general Eurico Gaspar Dutra, sobe ao poder e atende aos industriais ao proferir discurso menos paternalista e executar uma efetiva atuação repressora. O cenário político do período seria marcado ainda pela elaboração de uma nova constituição e pela criação de novos partidos.

²²¹ 16 horas seguidas trabalham os operários da CSN. *Tribuna Popular*, 15/2/1947, p. 6. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²²² SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 40.

²²³ FRENCH, 1995, op. cit., p. 96.

Mas o ambiente democrático não leva ao desmonte do aparato policial com requintes de espionagem, que acompanhava a movimentação dos trabalhadores e, principalmente, dos comunistas. Há uma continuidade de práticas estadonovistas, o que pode ser constatado ao analisarmos a documentação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS). A análise dessas características do governo Dutra, nos leva a concordar com a crítica de Leonardo Avritzer em relação às teorias da transição política que postulam uma total ruptura entre autoritarismo e democratização:

“Este constituiria o primeiro limite das chamadas teorias da transição para a democracia: sua incapacidade de entender a internalização ou não pelos atores políticos de uma normatividade democrática, devido à insuficiente problematização sobre o papel a ser desempenhado pelos atores políticos não-democráticos após a completude do processo de transição. A ocupação de posições-chave em um sistema político democrático por atores políticos de convicções não-democráticas, ou semidemocráticas, (...) implica constrangimentos para o exercício da democracia”²²⁴.

Houve importantes mudanças em relação ao período Vargas, como a implantação de política econômica mais liberal e o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, o beneficiamento da burguesia nacional importadora e a prática do arrocho salarial. Contudo, as práticas coercitivas em relação aos movimentos e organizações sociais faziam lembrar o início do Estado Novo, em contraste com o seu final, quando Vargas convoca a classe trabalhadora à participação eleitoral e democrática.

Essas práticas repressivas, porém, serão combinadas com outras, mais pedagógicas e pacíficas. O Departamento Nacional do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o SESI são instituições que podem ser consideradas verdadeiros aparelhos privados de hegemonia²²⁵. Já em 1946, o recém-criado SESI (Serviço Social da Indústria) de São Paulo aprova documento com princípios abertamente anticomunistas, em claro alinhamento com a visão da guerra fria. Dentre os principais pontos destacamos: “O homem tem o direito e o dever de trabalhar... de escolher a forma de governo... Conseqüentemente, nenhum governo organização, partido, empresa, (...) podem restringir (...) a liberdade econômica, a liberdade política e a liberdade espiritual”. A nomeação de Morvan Dias Figueredo, então diretor da Fiesp, para o Ministério do Trabalho revela a força dos industriais na nova fase democrática²²⁶.

Em Volta Redonda, desde 1943 estava em funcionamento, inicialmente em um pavilhão de madeira, a Escola Profissional “que seria oficialmente inaugurada em 1945”, “a direção estava a cargo do Professor Manoel Marinho, indicado pelo Diretor do Departamento Nacional do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI)”²²⁷. Esta iniciativa estava dentro da lógica de atuação e criação do SENAI durante o período da Segunda Guerra Mundial, ou

²²⁴ AVRITZER, Leonardo. Uma crítica às teorias da transição para a democracia, RCBS – Revista Brasileira de Ciências Sociais (Versão Digital), n. 28, s/d. Localização eletrônica: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm, p. 2.

²²⁵ Categoria gramsciana expressiva das instituições da sociedade civil que cumprem sua função social no âmbito da cultura e da hegemonia. Escola, sindicato e o partido político são alguns exemplos dessas instituições. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Volume 2 – Os Intellectuais. O princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 15-53.

²²⁶ WEINSTEIN, Bárbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000, p. 165.

²²⁷ MOREL, op. cit., p. 109.

seja, tratava-se de uma resposta à “carência cada vez maior de operários especializados causada pelo aumento da produção industrial e pela redução da imigração no período de guerra”²²⁸.

Os funcionários formados nesta instituição iriam se preparar para assumir posições na produção da Usina, posteriormente à passagem pela Escola Profissional (que em 1945 passa a ser chamada de Escola Técnica Pandiá Calógeras). Essa formação técnica, por sua vez, aumentará a possibilidade de adquirir regalias do Serviço Social da empresa, como, por exemplo, ser mais bem classificado na lista de espera para a aquisição de uma casa na cidade industrial.

O SESI, no período pós-guerra, se integra à “política de assistência social paternalista” em vigor, que busca minimizar os efeitos da carestia dos produtos, e envolve a “distribuição gratuita de brinquedos aos filhos dos empregados, na época de Natal, e de leite no Centro de Puericultura”, além da instalação de “postos de venda de gêneros alimentícios, a preços reduzidos”²²⁹. Além disso, havia as assistentes sociais e vistoriadoras sociais treinadas pelo SESI que, em parceria com os Círculos Operários atuaram na “administração de conflitos conjugais, familiares e vicinais, sempre com a intervenção mediadora e de aconselhamento”. Dentro desta estrutura paternalista o SESI viabilizava sua verdadeira função, a de frear a “mobilização do operariado no pós-guerra, causada, em parte, pelo problema da carestia”²³⁰.

Em Volta Redonda, a atuação do SENAI e do SESI pode ser considerada reveladora da comunhão de idéias entre os industriais e o poder federal. Para ambos, o cidadão-trabalhador deveria ter como característica máxima o amor pelo trabalho. O SENAI “aspirava a formar ‘um homem, um cidadão... Não adiantaria ter um profissional bem treinado e cujos objetivos fossem anti-sociais’”²³¹. Portanto, a concepção do SENAI era muito similar à proposta levada a cabo pela CSN, que deveria dar a seus aprendizes uma formação integral, em todos os aspectos da vida e do trabalho.

Sob a égide do discurso da Paz Social, criado na Era Vargas, estas instituições tentarão vincular a qualificação profissional à política de colaboração de classes. “Muito naturalmente, todos os políticos brasileiros compartilhavam dessa retórica comum de ‘cooperação entre as classes’ e de ‘paz social’”, porém com a assunção deste discurso negava-se “qualquer conflito entre operários e seus empregadores”²³², embora se justificasse as práticas coercitivas do governo e patrões contra seus empregados.

Antes mesmo de articularem mais nitidamente esse discurso, os industriais já se preocupavam com a transição para a democracia. Lembramos que o pós-guerra trouxe o restabelecimento de eleições, o que colocava novos atores em cena e poderia significar a exigência, por parte da classe trabalhadora, do “direito de greve, de formar comissões de fábrica, eleger os dirigentes sindicais, filiar-se a confederações intersindicais, apoiar partidos políticos antioligárquicos e conseguir garantias do governo a tais direitos”²³³. Tanto assim que na Carta de Paz Social, “publicada em 1946, a liderança industrial reconhecia ‘a função eminentemente social do capital’ e anunciava o aumento do padrão de vida dos operários como meio para a obtenção da ‘paz social’”²³⁴, para tanto, assumia compromisso em

²²⁸ WEINSTEIN, op. cit., p. 136.

²²⁹ BEDÊ, Waldir, op. cit., p. 79. Além destes serviços a cidade nova ainda possuía assistência médica pré-natal e materno-infantil; assistência médico-hospitalar-odontológica; farmácia do Hospital da CSN; e, como já citamos várias vezes, o gerenciamento e distribuição de moradias.

²³⁰ WEINSTEIN, op. cit., p. 136.

²³¹ WEINSTEIN, op. cit., p. 141.

²³² FRENCH, 1995, op. cit., p. 103.

²³³ WEINSTEIN, op. cit., p. 163.

²³⁴ Idem, p. 162.

defender a autonomia sindical, incluindo até a destituição de dirigentes. Trata-se, claramente, de uma tentativa de atrair os trabalhadores, inclusive os mobilizados, para a colaboração com o ideal dos industriais.

Esse discurso mais atraente dos industriais não durou por muito tempo. Com o aumento da mobilização dos trabalhadores e o recrudescimento do governo Dutra, o PCB, assim como quaisquer outras formas de organização coletiva que divergissem dos ideais estatais e burgueses, pairavam como sombras ofuscando o sol da ideologia dos industriais, principalmente após a legalização do partido, em 1945. Dutra, ainda em campanha, fora favorável à libertação de Prestes, expressando um “apoio militar formal e público”, dando um claro sinal de distensão do regime, que parecia começar a navegar por ondas democráticas.

Mas o candidato do PSD tinha o apoio das “máquinas municipais dominantes dos coronéis que ainda controlavam o grosso da votação do país”, e seu partido “era simplesmente o rótulo dado a essas oligarquias locais de poder”²³⁵. A natureza das forças que o apoiavam e as mobilizações dos trabalhadores, principalmente as ondas grevistas, explicam a alteração da postura, que passa a ser marcada por um forte anticomunismo.

O conflito se evidencia. Atuando nacionalmente em várias frentes, de 1945 a 1947, os pecebistas criam novas instâncias de luta, como os Comitês Democráticos, sem abrir mão da atuação nos sindicatos. Esse processo gradativo de articulação com os trabalhadores possibilitará a criação do MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), que pretendia construir a unidade da classe operária, lutando pela liberdade sindical e estimulando a sindicalização de todos os setores trabalhistas. Segundo Bedê: “A onda grevista em 1945 e 1946, a criação de sindicatos e a organização do MUT foram contra-atacados pela onda repressiva do governo, com a repressão aos grevistas, a declaração da ilegalidade do MUT e a intervenção do Ministério do Trabalho”²³⁶. Em Volta Redonda o Sindicato dos Metalúrgicos é atingido por tal política. José Pimenta atuará como interventor, nomeado pelo Ministério do Trabalho, de 1946 a 1951, ou seja, durante todo o período Dutra.

O período de comunismo legal que se adaptava ao ambiente democrático estava com os dias contados. A perseguição se efetiva tanto nos sindicatos quando na esfera política. Os anos de 1947 e 1948 presenciaram atos que jogariam o partido, novamente, na clandestinidade. Além da cassação do registro partidário dos comunistas em 27/05/1947 houve a cassação, aprovada pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, dos mandatos dos representantes comunistas e seus suplentes. Na questão sindical a repressão atinge a Confederação de Trabalhadores do Brasil (CTB), “intersindical que havia sucedido o MUT na coordenação nacional do movimento sindical, e mais a intervenção que se abateu sobre centenas de sindicatos”²³⁷.

A fase “democrática” pós-Vargas será testemunha de que mais lutas se farão necessárias, pois o que antes era vendido como dádiva não se sustentaria sem conflito. Isso faz recordar os comentários de Eley sobre o caso europeu:

“Na Europa a democracia não foi resultado da evolução natural ou da prosperidade econômica. Certamente não emergiu como subproduto inevitável do individualismo ou do mercado. Ela se desenvolveu porque uma grande quantidade de pessoas se organizaram coletivamente para reivindicá-la.”²³⁸

²³⁵ FRENCH, 1995, op. cit., p. 97.

²³⁶ BEDÊ, Edgard, op. cit., p. 88.

²³⁷ SANTANA, 2001, op. cit., p. 57.

²³⁸ ELEY, Geoff. *Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 24.

Neste ponto a democracia europeia se encontra com a brasileira. A experiência democrática institucional brasileira (sem a intervenção direta do Estado e com canais participativos) é curta. As lutas e os conflitos é que são longos. Como a Europa passa por um processo de industrialização mais de cem anos antes do que o Brasil, muitas demandas sociais por lá surgiram e foram, em alguma medida, atendidas, muito antes. Não afirmamos que a industrialização foi a autora da democracia, mas que uma de suas conseqüências mais diretas, a classe trabalhadora, será o grande motor desta transformação. Suas lutas ditarão os limites da institucionalização, como nos demonstra o caso dos trabalhadores de Volta Redonda.

No oitavo distrito de Barra Mansa, o arrocho salarial aumentará a pressão sobre a classe trabalhadora e o PCB toma a iniciativa na articulação das lutas. A atuação do vereador comunista Henrique Manoel Ferreira se sobrepõe a do sindicato. Cria-se uma “Comissão de salários”, mesmo o sindicato estando sob intervenção. Os líderes deste movimento serão demitidos da CSN, mas novos protestos ocorrerão. A União Feminina de Volta Redonda distribui um panfleto, em 26 de novembro de 1948, elogiando a decisão da assembléia que pleiteava aumentos de 20 a 70 %, criticando severamente a atuação da direção da CSN, solicitando a organização dos trabalhadores contra tal injustiça²³⁹.

A própria mobilização contra o arrocho salarial poderia ser prova de que a ação comunista via Comitê Democrático e sindicato conseguia, influenciava as mobilizações dos trabalhadores no período. Não estamos afirmando que os trabalhadores aderiram irrestritamente à concepção ideológica do comunismo, mas os militantes comunistas eram vistos pelos trabalhadores como “combativos e dedicados”. Concordamos com Regina Morel que aponta que os comunistas, se

“estivessem ligados às bases e conseguissem refletir suas demandas a partir de condições de vida e trabalho, obtinham apoio dos operários, mas ao se distanciarem procurando politizar o movimento através de ‘palavras de ordem’ mais gerais, acabaram sendo derrotados”²⁴⁰.

Constata-se que atribuir a mobilização apenas à presença de comunistas não reflete o quadro complexo em que estavam inseridos tanto pecebistas quanto trabalhadores. Consideramos que a análise da percepção das leis, dos direitos, do trabalho de base dos pecebistas, da entrada de novos partidos em cena e das demandas surgidas com a urbanização acelerada poderá nos aproximar de um quadro mais verossímil.

Após ser atingido pelo efeitos da Guerra Fria, diante do quadro de perseguição e da volta à ilegalidade, o partido comunista altera sua postura e parte para ação mais radical, paralela às instituições legais. O Manifesto de Janeiro de 1948 deixa evidente que o regime *democrático* se fechava e que o governo Dutra era “governo 'de submissão ao imperialismo americano’”, identificando “como ‘antidemocráticos os partidos políticos das classes dominantes’”²⁴¹. Ao mesmo tempo, o partido realiza a autocrítica de que não fez resistência ao avanço da “reação”, durante o governo Dutra e elabora novas estratégias de ação para além do terreno legal.

Ao analisarmos a atuação do PCB no oitavo distrito de Barra Mansa notamos sua articulação dentro e fora da fábrica, se legitimando como real representante da classe trabalhadora local. A pluralidade de ação era uma característica do partido mesmo antes do

²³⁹ Apud BEDÊ, Edgard, op. cit., p. 92.

²⁴⁰ MOREL, op. cit., p. 333.

²⁴¹ Santana, 2001, op. cit., p. 68.

governo Dutra. Os comunistas se dividiam entre as atividades do Comitê Municipal e o Comitê da Usina²⁴², o que demonstra que a estratégia de legitimação do partido passava pela ocupação de espaços que lhe servissem de instrumentos e lhe fornecessem credenciamento como força política nacional, mesmo na ilegalidade.

O caráter duplo de seu intenso envolvimento com a classe trabalhadora, dentro e fora do ambiente fabril, pode explicar a percepção evidentemente exagerada da força do partido feito pela DPS em 03/11/1945. Ele descreve o PCB como

“partido que constitui a força máxima local, com cerca de 60% do eleitorado, desenvolve intensa propaganda partidária, sob a orientação de uma célula situada no local denominado: ‘Niterói’, fora dos terrenos da C.S.N.”, esta célula é a mesma que se articula com o “Comitê Democrático de Volta Redonda”²⁴³.

Outro documento de 1945, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, já afirmava que em Volta Redonda a grande maioria dos operários seria simpatizante do “credo comunista” e que as ruas estavam “cheias de cartazes comunistas e outros pedindo CONSTITUINTE COM GETÚLIO VARGAS”. Os autores do documento afirmavam com alarde que mesmo a cidade de Resende (onde ainda hoje se localiza a AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras) sofre idêntica ação, com o agravante de que “na própria ESCOLA MILITAR”, existiam “cartazes com o emblema da “FOICE E O MARTELO”²⁴⁴. Consideramos que o contexto de fim da Segunda Grande Guerra em que os comunistas eram aliados das democracias ocidentais contra os países fascistas, somado ao discurso nacionalista veiculado pelos comunistas, trouxe maior aceitação para a sua atuação.

Fica, entretanto, uma indagação em aberto. Qual seria a real força dos comunistas de Volta Redonda no imediato pós-Guerra? Seriam eles os condutores de uma participação popular massiva, com grande apoio, inclusive eleitoral. Ou seriam agitadores externos, excluídos a pancadas das principais mobilizações de trabalhadores?

2.3 O PCB em Volta Redonda

Devido ao número de menções encontradas na bibliografia e nas fontes envolvendo o PCB em Volta Redonda, devemos nos deter durante mais algumas páginas na ação deste partido na região. Para o mapeamento da ação comunista, utilizamos pesquisas realizadas nos acervos do APERJ, AMORJ (acervo Regina Morel), bibliografia e depoimentos. As fontes encontradas no APERJ, fundo DPS, geralmente descrevem uma grande aceitação da ação comunista por parte dos trabalhadores, que parecem estar sempre prontos a se envolverem nas movimentações vermelhas. Chegam mesmo a anunciar a preparação de greves²⁴⁵ na usina para os anos de 1949 e 1950, quando de fato, elas não viriam a ocorrer antes da década de 1960 ou 1980²⁴⁶. A nossa maior preocupação nesse ponto é delimitar até

²⁴² SOUZA, 1989, op. cit., p. 39.

²⁴³ Departamento Federal de Segurança Pública, 03/11/1945. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁴⁴ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Departamento Federal De Segurança Pública. Delegacia de Ordem Política e Social “Setor de Serviços Especiais”. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁴⁵ Abono de Natal, pretexto para a greve. *A notícia*, 21/12/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155. Tipo: Panfletos.

²⁴⁶ Há uma discussão recente sobre as greves na usina levantada pelo pesquisador Edgard Bedê. Para ele, a primeira greve da CSN ocorreu em 1964, uma greve política contra o golpe militar, porém de acordo com todas

que ponto os responsáveis pela criação desses documentos, os agentes da DPS não estariam exagerando propositalmente a influência comunista.

Em relação à imprensa, tanto o APERJ como o AMORJ possuem grande número de reportagens para a região pesquisada, mas as únicas que fornecem elementos sobre a atuação dos comunistas estão em órgãos vinculados ao próprio PCB, tais como o jornal *Tribuna Popular*. Como não se trata de um veículo local (sua circulação era estadual e mesmo nacional) e ele possuía claro caráter propagandista, fica difícil de identificar o grau de participação efetiva ou mesmo a quantidade real de comunistas em Volta Redonda, assim como a colaboração dos operários e trabalhadores com eles. O que ficou evidente durante a análise dessas fontes, e em particular do referido jornal, é que há nomes de personagens que se repetem em várias matérias, algumas vezes apresentados como operários e outras como militantes²⁴⁷.

Concordamos, em parte, com os pesquisadores da revista *Arigó*, de 1989, que identificaram como a análise sobre o papel dos comunistas em Volta Redonda resultava de inúmeros fatores, principalmente aqueles posteriores às décadas da efetiva ação do PCB na região. Transcrevemos na íntegra um texto dessa revista que sintetiza a problemática de se reconstruir uma história ainda em disputa, questão com a qual nos confrontamos ao construir este capítulo:

“A memória dos comunistas nesta região tem sido soterrada por interesses evidentemente ideológicos.

De um lado, as forças reacionárias vitoriosas em 1964 apagaram, através do terror imposto pela repressão, os rastros dos militantes comunistas que, ao longo de duas décadas, atuaram no movimento sindical. A prisão e o desemprego levaram muitos desses militantes ao exílio econômico ou a uma situação de discriminação dentro da sociedade de Barra Mansa e Volta Redonda. De outro, uma versão histórica construída por algumas forças de oposição surgidas no movimento sindical pós 64, que tinham e têm interesse em que a história do pré-64 seja apenas vista como algo anti-operário. Esses setores - hegemônicos na década de 60 e 70 pela ala progressista da Igreja Católica - constituíram uma versão que marca 1978 como sendo o início do movimento operário no Brasil e que vê nas recentes oposições sindicais algo inédito”²⁴⁸.

Um fator que ajuda a explicar o porquê de uma memória tão difusa sobre o PCB, foi a situação vivida pelo próprio partido, entre a legalidade e a ilegalidade. Na ilegalidade consegue ganhar a direção do sindicato (na década de 1950), atuar na questão salarial e na esfera urbana, chegando mesmo a lutar contra a carestia em Volta Redonda, efetivada via sindicato. Porém a atuação do sindicato parece ter ficado mais forte na lembrança dos trabalhadores e moradores do que a do partido. Alguns lembram até o nome dos líderes comunistas presentes nas gestões sindicais, mas julgam que o partido teve uma atuação efêmera na cidade. Segundo o Sr. José Garcia que chega à Volta Redonda em 1952:

as outras produções para o período e local a CSN só seria surpreendida por uma greve na década de 1980. BEDÊ, Edgard, op. cit., pp. 276-278.

²⁴⁷ O caso do Sr. Feliciano Eugênio Neto é emblemático: comunista eleito vereador pela legenda do PSD em 1963, aparece citado em periódicos repetidas vezes como operário sem nenhum vínculo com facções políticas. As matérias: Sequestrados pela polícia. *O mundo*, 17/08/1949, e Terror policial em Volta Redonda. *Tribuna Popular*, 01/05/1947, são exemplos do discurso que desvincula o Sr. Feliciano da esfera política. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁴⁸ SOUZA, 1989, op. cit. p. 52.

“O que era forte era o... PTB, tá? Mas o Partido Comunista não era forte em Volta Redonda, não atuava, não tinha expressão não. Agora, toda pessoa que lutava em favor do povo era [vista como] comunista. O bispo era [chamado de] comunista!”²⁴⁹

O Sr. Garcia não conheceu nenhum candidato do PCB eleito pela legenda do próprio partido, pois quando chega à região o partido já estava na ilegalidade. Ademais, quando cita que o combativo bispo era comunista, refere-se a Dom Waldyr Calheiros, que só chegaria na cidade em 1966. Esta mistura feita pelo entrevistado entre fatos de momentos distintos vem ao encontro dos comentários feitos no texto da revista Arigó. A forte presença da ala progressista da Igreja Católica nas décadas de 1970 e, principalmente, 1980, com clara influência de Dom Waldyr na ajuda ao sindicato e na criação do Partido dos Trabalhadores em Volta Redonda, conseguiu imprimir na memória dos trabalhadores uma imagem de influência da Igreja nas suas lutas em períodos anteriores, coisa que de fato não existiu.

Outro que relativiza a influência dos comunistas é o Sr. Francisco, que repete praticamente o que foi dito por José Garcia: “(...) Aqui não havia. Diziam que tudo era comunista mas não tinha comunista”, e continua: “Todo aquele que lutasse a favor do benefício de alguém era comunista(...)”²⁵⁰. A inexistência em relação a *quem era quem* nesse jogo político fica clara nas palavras do Sr. Ubirajara, ao ser questionado se havia uma grande influência do PCB:

“Olha, nessa época não ficava muito clara essa parte política não. Mas eu acredito que sim porque a política daquela época ainda era uma coisa ligada a Getúlio (...). As leis trabalhistas estavam bem vivas eu acredito que tenha influenciado bastante esse lado sem haver maiores atritos empresa-empregado.”²⁵¹

Como fica patente nas passagens anteriores a presença comunista nos primeiros momentos da história de Volta Redonda não é tão evidente como algumas fontes poderiam nos levar a supor. No relato do Sr. Garcia, notamos que ele considera o PTB o partido mais forte na cidade. Trata-se de um partido que, na época, podia desdobrar a luta sindical em luta política legalmente, e a partir da sinergia surgida de seus campos de atuação podia ganhar maior visibilidade, chegando até mesmo a aglutinar elementos do PCB em seus quadros nos processos eleitorais.

O “entrismo” foi uma estratégia do PCB na ilegalidade. Um documento que faz parte do arquivo pessoal de Vargas preservado no CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas), provavelmente feito através de um fichamento de documento do PCB apreendido, mapeia a ação do partido nas eleições de 1954. Uma das estratégias utilizadas seria a criação de uma Comissão Cívica que “contemplava uma ampla aliança político-partidária, a que concorreriam os diversos candidatos comunistas, embora infiltrados nos mais variados partidos políticos”²⁵². O documento demonstra que a estratégia do partido para legalizar suas candidaturas, incluía o uso de siglas como o PPP (Partido Popular Progressista) e ADB

²⁴⁹ José Garcia, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

²⁵⁰ Francisco, entrevista concedida a Regina Morel e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 13 de janeiro de 1988.

²⁵¹ Ubirajara, entrevista concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask. Volta Redonda, 27 de novembro de 1987.

²⁵² CPDOC/FGV: Arquivo Getúlio Vargas. Localização eletrônica: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\GV_Confid\GV_Confid_2.DocPro&Pasta=&PagLog=&Pesq=&PagFis=. Acessado em 05/05/09.

(Aliança Democrática Brasileira). O documento inclui uma lista de candidatos por estado e cargo eletivo, incluindo um pequeno histórico dos mesmos. Em Barra Mansa, cidade a que Volta Redonda ainda pertencia, cita-se o nome de cinco candidatos a vereador, dentre eles o Sr. Euclides Mendes, vulgo Marujo, que é classificado como dirigente comunista da Companhia Siderúrgica Nacional.

Morel menciona que a Declaração de Março de 1958, elaborada pela cúpula do PCB “propunha que os comunistas estabelecessem um amplo movimento de alianças sociais e partidárias, fazendo uma auto-crítica em relação a sua atuação sindical anterior”²⁵³. Santana aponta que nos anos 1950, após fase de radicalismo comunista, ocorreu aliança entre PCB e PTB para “se opor aos setores conservadores e conquistar a hegemonia da parcela mais importante e organizada do sindicalismo nacional”²⁵⁴. Porém, Volta Redonda presenciou nesta mesma década à luta entre PTB e PCB pela direção do SMVR. A conciliação entre os dois partidos parece ter se efetivado mais na esfera eleitoral. O Sr. Silvestre Pereira Rosa, comunista, é eleito pelo PTB em 1958, com 278 votos, para a legislatura de 1959 a 1962, após a emancipação de Volta Redonda. Ele foi o único comunista na Câmara na gestão, mas outro seria eleito na legislatura posterior (1963-1966), o Sr. Feliciano Eugênio Neto, desta vez pelo PSD, com 366 votos²⁵⁵. Ele foi cassado em 1964, imediatamente após o golpe. Não estamos aqui nos propondo a fazer uma discussão sobre as oscilações internas das políticas do PCB, mas buscando evidenciar que sua prática eleitoral se tornou difusa, à medida que implicava o uso de diversas siglas partidárias.

Como já mencionamos, casos de candidatos do PCB que concorreram por outros partidos podem ser encontrados na região ainda na década de 1940. Mesmo antes da definição de uma estratégia de “entrismo”, Barra Mansa conhecerá seu primeiro vereador comunista, eleito pelo PSD: Henrique Manoel Ferreira, caso que veremos detalhadamente adiante.

Um trabalho destinado a analisar a atuação do PCB em Volta Redonda e que também utiliza documentação dos arquivos do APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) é a tese de Edgard Bedê, que tem como mote a relação entre “passivização populista e compromisso fordista em Volta Redonda”. Utilizando uma análise gramsciana que tem por fio condutor os conceitos de “americanismo” e “fordismo”, a tese acompanha as mobilizações operárias que são consideradas a grande colaboração da classe trabalhadora na efetivação de um movimento pedagógico operário em Volta Redonda. Sua análise se concentra na atuação dos trabalhadores e partidos políticos dentro da luta sindical, dando primazia ao PCB. Entretanto, há certa indistinção, durante a análise, entre a liderança partidária e a classe trabalhadora, entre os interesses e direções da cúpula e os da base, o que, consideramos, pode ter levado o autor a superestimar a ação dos comunistas na região.

Exemplo de sua argumentação pode ser o período de 1946 a 1964 que viu muitas greves acontecerem no Brasil, mas nenhuma delas em Volta Redonda, tendo a CSN como grande símbolo do nacional-desenvolvimentismo. Segundo Bedê, isso se explica, em primeiro lugar, pela “passivização populista”, encarada como um dos pilares de Vargas contra a radicalização dos trabalhadores, sendo exemplo disso os impasses ocorridos entre sindicato e CSN. Não havendo possibilidade de negociações, abria-se um canal direto com a Presidência da República que, levando em conta a posição estratégica da CSN na economia industrial brasileira, pressionava a direção da mesma, atendendo assim ao movimento operário. Em segundo lugar, o ideal nacional-desenvolvimentista, teria sido um dos eixos do “compromisso

²⁵³ MOREL, op. cit., p. 340.

²⁵⁴ SANTANA, 2001, op. cit., p. 13.

²⁵⁵ Câmara Municipal de Volta Redonda. Vereadores e Prefeitos de Volta Redonda: informações individuais. 1ª legislatura – 1955 à 7ª legislatura – 1977. Localização: Biblioteca Municipal Raul de Leoni. Caixa 8.

fordista” que consegue não só aglutinar forças burguesas nacionais, mas o próprio PCB. No caso de Volta Redonda, o partido chega a apoiar a direção da CSN em determinados momentos contra políticas que poderiam tirar a empresa das mãos do governo, chegando até mesmo a cogitar-se a privatização. Porém, segundo o próprio Bedê, não devemos ver este período como um período de inação e ausência de lutas:

“Em que pese a força do sindicalismo do estado, da ausência de greves na CSN, da hegemonia trabalhista no período de 1957 a 1963, o movimento operário em Volta Redonda esteve longe de ser simplesmente ‘imobilista’, ‘cupulista’, ‘cooptado’, ‘manipulado’, ‘colaboracionista’, ‘pelego’. Dentro dos limites da passivização populista e do compromisso fordista, na CSN, o movimento operário teve uma dinâmica particular que construiu uma identidade coletiva através da função pedagógica do movimento sindical, mediada pelas disputas entre duas tendências sindicais reformistas.”²⁵⁶

As tendências citadas como reformistas eram a petebista e a pecebista, que lutaram, mesmo antes de 1956 pela hegemonia no sindicato e contraditoriamente se alternaram no apoio à direção da CSN e à mobilização dos trabalhadores. Após o período de intervenção, temos uma gestão em que o presidente do sindicato era do PSD. Somente em dois biênios, 1956-57 e 1963-1964, os pecebistas terão o sindicato nas mãos. No restante do período os petebistas é que terão o controle. Embora a luta sindical tivesse como atores principais o PTB e o PCB, a lógica eleitoral não a seguiria.

A memória local sobre o PCB e suas estratégias não foi influenciada somente pelos vitoriosos do golpe militar de 1964 ou pela ação da Igreja Católica posterior aos anos 1960, mas também pela própria estratégia eleitoral do Partido Comunista do Brasil. Como exemplo da estratégia multipartidária do PCB podemos citar o Sr. Henrique, na década de 1940; o Sr. Silvestre, na década de 1950 e o Sr. Feliciano, na década de 1960 como comunistas *eleitos* por outras legendas, fora aqueles que se candidataram sem sucesso. Essa situação provavelmente não era bem compreendida por todos os trabalhadores, principalmente os que não estivessem envolvidos com a questão sindical, nem com as questões políticas do local. Fica a *impressão* de que parte da herança de partidos como o PTB e PSD na região foi construída, na arena político-eleitoral, pelas mãos do PCB.

Consideramos o resultado conseguido pelos comunistas nas eleições pós-1945 credenciam o PCB como um partido representativo da classe trabalhadora. A construção dessa representatividade se fez na atuação junto ao sindicato, desde sua criação, e junto aos trabalhadores de forma mais ampla. No entanto, como o partido só esteve na direção do SMVR na década de 1950, consideramos que o sucesso eleitoral do partido no final da década de 1940 se deve em muito à atuação do Comitê Democrático Popular (CDP) de Volta Redonda.

Os comitês surgiram no contexto de participação democrática do pós-1945. French, ao analisar o contexto da aliança entre Prestes a Vargas, aponta que o primeiro já instrumentalizava este novo meio de participação, a partir do momento em que o PCB se viu legalmente livre para atuar. Prestes defendia “que o povo poderia resolver seus próprios problemas” através das organizações de base, propondo a criação de “comitês ou comissões amplas nos locais de trabalho, nas ruas e nos bairros”, ou seja, os Comitês Democráticos Populares (CDPs). Estes organismos acabariam por funcionar como instrumentos de legitimação política-partidária, pois “(...) unindo 'de pedaço em pedaço, de baixo para cima',

²⁵⁶ BEDÊ, Edgard, op. cit., p. 198.

essas organizações populares democráticas ajudarão a eleger 'autênticos representantes do povo'²⁵⁷, formando uma força política que vinha *de baixo*.

As amarrações com os de baixo deveriam se processar no ambiente local, vivenciando-se e articulando-se com as demandas da classe trabalhadora. Por isso a atuação do PCB teve dupla jornada. Segundo Santana, “na conjuntura do pós-guerra, marcada pela perseguição e arbítrio”, o “partido buscava articular como podia as duas inserções - no sistema político e no movimento sindical”, tentando “instrumentalizar sua relação com o movimento dos trabalhadores”²⁵⁸.

O caráter mais aberto dos Comitês dava a eles uma “estruturação mais diversificada, politicamente e de objetivos, do que pretendia o próprio PCB, refletindo a realidade e diferenciação do PCB entre base e cúpula”²⁵⁹ e evidenciando a diferença de ideais entre PCB e governo, pois sua função “era lutar por uma Constituição democrática e garantia das liberdades civis, defesa dos interesses nacionais e dos direitos dos trabalhadores à organização livre do seu sindicato”²⁶⁰. Estas metas dos Comitês expressam o ambiente político vivido com o fim da Segunda Guerra Mundial que “abriu um período de participação e mobilização política entre os trabalhadores brasileiros”, com “o desmantelamento do Estado Novo, a reorganização partidária, a anistia aos presos políticos, enfim, todo o processo de redemocratização”²⁶¹. O caráter mais moderado, devido à diversidade dentro do Comitê podia neutralizar “o medo do extremismo que antigamente inibia a participação de muitos”²⁶², embora os adversários dos comunistas continuassem a propalar discurso de que os *vermelhos* objetivassem nova quartelada, como a vinculada à ANL (Aliança Nacional Libertadora) em 1935, e que tentariam tomar o poder à força.

Acreditamos que as estratégias de aproximação do PCB com a classe trabalhadora, efetivadas via sindicato e, na década de 1940, também através dos Comitês Democráticos podem nos ajudar na compreensão do depoimento de militante e ex-vereador comunista de Volta Redonda:

“O Partido Comunista, ele nunca foi grande em Volta Redonda mas sempre teve expressão em seus quadros, influência junto ao eleitorado, pela sua credibilidade(...). Porque também crescia junto com aquele espírito patriótico da Siderúrgica (...)”²⁶³.

Para além da união em nome de um ideal nacionalista, aglutinador, acreditamos, como Adriano Duarte, que a ascensão eleitoral pecebista, no pós-guerra, se deveu em grande parte “ao crescimento e atuação dos Comitês democráticos”. Eles conseguiam atingir demandas de toda a classe trabalhadora, de toda a população (para além dos limites da carteira assinada), veiculando-as aos “órgãos de divulgação do PCB” que “conseguiam transformar a participação popular em votos.”²⁶⁴

²⁵⁷ FRENCH, 1995, op. cit., p. 110.

²⁵⁸ SANTANA, 2001, op. cit., p. 13.

²⁵⁹ DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: Movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 200.

²⁶⁰ BEDÊ, Edgard, op. cit., p. 86.

²⁶¹ FONTES, op. cit., p. 213.

²⁶² FRENCH, 1995, op. cit., p. 110.

²⁶³ Silvestre Pereira Rosa, entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988.

²⁶⁴ DUARTE, op. cit., p. 201.

O histórico deste partido na região é anterior ao governo Dutra. Já em 1943, está presente na fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Barra Mansa. Em 1945 participa da criação do SMVR, que foi apoiada pela CSN, e do Comitê Democrático de Volta Redonda.

A criação do Comitê Democrático de Volta Redonda consegue equacionar as demandas da população por condições de vida e a organização dos trabalhadores. Segundo o periódico *Tribuna Popular*: "A princípio os operários sentiram a carestia de vida, a exploração do comércio, o câmbio negro, a falta de escolas, etc., e não sabiam como resolver a situação". Posteriormente, seguindo o caráter mais aberto dos Comitês "alguns operários mais esclarecidos, ao lado de funcionários técnicos e diretores da usina fundaram o Comitê Democrático de Volta Redonda".

Creditamos o sucesso do Comitê ao fato dele saber lidar com uma das características básicas do local, a dualidade vivida pela grande maioria da população: ser trabalhador e morador. O Comitê buscou soluções para as demandas mais imediatas desta população, em que "reivindicações levantadas pelos moradores foram prontamente satisfeitas, como, por exemplo, o problema do fornecimento d'água e da cessão das Salas do Curso de Alfabetização do Comitê, na parte da noite". Como o próprio periódico cita, a partir de então começou "haver maior entendimento entre os operários e os administradores da Usina"²⁶⁵.

Além de denunciar questões como o custo de vida e as condições de moradia, o Comitê resolve alguns desses problemas por suas próprias forças, como é o caso da sua escola de alfabetização, criada após "reivindicação dos trabalhadores e do povo da localidade. As aulas eram ministradas numa sala vazia do Grupo Escolar Trajano de Medeiros"²⁶⁶. Porém, mesmo que sob um ambiente menos polarizado e com formação mais eclética, a iniciativa de alfabetizar os operários não era vista com bons olhos. Segundo as informações do *Tribuna Operária*, sabemos que em julho de 1946 o diretor do Comitê, o Sr. Mário Azevedo, "recebeu dois ofícios, respectivamente do técnico de educação Rafael Herdmann, e do Diretor da Usina Dr. Paulo Martins, proibindo o funcionamento do Curso de Alfabetização", dentre as várias alegações a que mais forte caracterizava a escola era de que a mesma e suas "aulas eram administradas por um partido político"²⁶⁷.

O Comitê atua exigindo o direito à educação, questionando a postura da usina e do poder local. Estes objetivavam e conseguiram fechar a escola. Porém, o Comitê conta com o apoio do aparato pecebista, no caso, com o respaldo do jornal *Tribuna Operária* que taxa os responsáveis pelo fechamento da escola de "adeptos do nazi-fascismo", e afirmava que "uma escola que se abre para ensinar o povo a ler, é qualquer coisa indesejável, que lhes tira o sono e a tranquilidade"²⁶⁸. O forte poder propagandista do periódico alimenta e é alimentado pela movimentação do Comitê e seus simpatizantes. O jornal divulga que os operários não se conformariam com o fechamento da escola "pela simples vontade de um técnico de educação" e que iriam "enviar uma circular ao Diretor de Educação do Estado do Rio, a fim de evitar que 650 alunos, que nenhuma despesa dão aos cofres do Estado, fiquem sem a escola onde vinham aprendendo a ler e escrever."²⁶⁹

²⁶⁵ Vida dos Comitês Populares. *Tribuna Popular*, 30/8/1946, p.2. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Fechada, pelos Agentes do Fascismo, A Escola do Comitê Democrático de Volta Redonda: Repulsa do proletariado e do povo da "Cidade do Aço" – A escola mantinha 60 alunos e era mais frequentada que o Grupo Escolar. *Tribuna Operária*, 8/8/1946. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁶⁹ Vida dos Comitês Populares. *Tribuna Popular*, 30/8/1946, p. 2. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

As mobilizações pela escola cresciam refletindo o inconformismo e a mobilização ao redor de uma carência local, um direito que os trabalhadores não poderiam perder. Utilizando-se do respaldo de seus leitores e de seu vínculo partidário, o *Tribuna Operária* pressiona o diretor da usina colocando-o “como um dos responsáveis pelo fechamento do curso de alfabetização”. O jornal chega a afirmar que mais de 3.500 operários aguardavam a reabertura do curso²⁷⁰. Em carta resposta ao jornal, o Dr. Paulo Martins dizia que “devido a impossível regularização, exigida pelo técnico de Educação de Barra Mansa, e tendo ele sido abordado pelo Comitê Democrático de Volta Redonda, a CSN assumiria a tarefa de educar os adultos fora de Idade Escolar”²⁷¹. Logicamente que o projeto de educação da CSN não passava por uma gestão em parceria com os comunistas e, muito menos, por uma gestão autônoma dos trabalhadores. Voltaremos à questão educacional posteriormente.

Fischer, ao analisar os efeitos da legislação varguista no pós-30, considera que a legislação social “era apenas uma das três categorias de mudança legal que iam transformando o significado dos direitos e da regulação na vida dos pobres urbanos”. A segunda categoria compreendia a abrangência do uso da lei, esta passa a existir sobre pontos que não possuíam, até então, “nenhuma regulamentação”. E a terceira compreendia tentativas de estender o alcance das leis, buscando uma ampliação das “leis federais e estaduais já existentes”²⁷². A questão é que a difusão das leis trouxe a compreensão de que existiam direitos e os Comitês também navegavam por essa nova concepção.

De acordo com Duarte, a “linguagem dos direitos era seguidamente pronunciada nos CDPs e passou a fazer parte do vocabulário corrente das classes populares. Afinal, os moradores têm direito de exigir tudo isso”. A experiência da classe trabalhadora sob condições de vida questionáveis davam um novo tempero às eleições porvindouras. As leis engendravam novos direitos, como o direito à participação e à eleição de candidatos sensíveis aos problemas dos trabalhadores. É nesse contexto que o Comitê “colocava as mais simples e imediatas demandas populares na agenda da grande política. Nesse sentido, eles ultrapassaram, e muito, as perspectivas eleitorais imaginadas pela direção do PCB”²⁷³.

O Sr. Millan²⁷⁴, ao ser questionado sobre a força do PCB na região, respondeu: “É relativa esta pergunta porque se não nós não teríamos conseguido eleger um deputado federal e não teríamos feito um vereador em Barra Mansa, sem uma certa vinculação junto a massa”.

O quadro eleitoral do partido comunista, nas eleições de 1945 e 1947, é revelador de sua força. Em apenas quinze dias de campanha, devido à demora em sua regularização perante o TSE, o partido conseguiu resultados marcantes. Acreditamos que, no cenário político eleitoral local, os vínculos construídos com a população ao longo da história do PCB é que o qualificaram ao sucesso eleitoral.

A análise do quadro de comunistas, candidatos e eleitos, com atuação em Volta Redonda é reveladora do quão imbricadas estavam a força de um partido com poucos militantes no local e a construção de perfis individuais qualificados para o jogo eleitoral. A questão do número de militantes realmente foi um problema. No meio do grande fluxo de migrantes percebe-se inúmeros militantes comunistas que, em Volta Redonda e região,

²⁷⁰ 3500 operários analfabetos pleiteiam a reabertura da Escola do Comitê Democrático de Volta Redonda. *Tribuna Popular*, 30/08/1946. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁷¹ Fechamento do Curso de Alfabetização do Comitê Democrático de Volta Redonda. *Tribuna Popular*, 10/9/1946, p.1. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁷² FISCHER, op. cit., p. 420.

²⁷³ DUARTE, op. cit., p. 203.

²⁷⁴ Millan, entrevista concedida a Lourdes e Cláudia Virgínia Cabral de Souza. Volta Redonda, 25 de janeiro de 1988.

construíram seu trabalho²⁷⁵. Além disso, a ilegalidade do PCB influenciou na dispersão de militantes comunistas por outros partidos e siglas.

A tabela a seguir foi construída a partir de nomes presentes em dois documentos da DPS, respectivamente de 1945²⁷⁶ e 1950²⁷⁷. O primeiro é um relatório que visava acompanhar as preparações para o comício de Luiz Carlos Prestes em Volta Redonda, que seria proibido pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio. O segundo, um relatório sobre as atividades comunistas em Volta Redonda e região que visariam parar a produção na CSN, o que também não chegou a ocorrer. Consideramos os dois relatórios os mais completos e detalhados sobre as atividades dos comunistas na região durante o período estudado.

²⁷⁵ SOUZA, 1989, op. cit., p. 52.

²⁷⁶ Departamento Federal de Segurança Pública, 03/11/1945. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁷⁷ Relatório sobre atividades dos comunistas em Barra Mansa e Volta Redonda, 09/08/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

Tabela 3

Nome	Anos	Cargos	Legendas	Votos Obtidos	Eleito?
Alcides Rodrigues Sabença	1945	Dep. Fed.	PCB	6.403	Sim
Henrique Manoel Ferreira	1947	Ver.	PSD	386	Sim
José Roque Moreira Gonçalves	1947	Dep. Est.	PCB	240	
Walkírio de Freitas	1947	Dep. Est.	PCB	2.124	Sim
Duílio Pelegrino	1950	Dep. Est.	PSP	92	
Francisco Valter de Souza Mota	1950	Dep. Fed.	PTN	374	
Francisco Valter de Souza Mota	1962	Dep. Est.	PST	3	

Fonte: Relatório sobre atividades dos comunistas em Barra Mansa e Volta Redonda, 09/08/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos; Departamento Federal de Segurança Pública, 03/11/1945. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos; CARDIANO, Fernando Pinto. *Eleições no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Imprensa Oficial, 1990.

Com exceção de Henrique Manoel Ferreira, que aparece nos dois relatórios, a maioria dos nomes apresentados é do relatório de 1950. A tabela foi criada por meio do cruzamento dos nomes com dados de eleições no Estado do Rio de Janeiro²⁷⁸ (deputados federais e estaduais) e com as fichas de vereadores da Câmara Municipal de Barra Mansa. Assim, ela não contém todos os nomes de candidatos comunistas presentes em Barra Mansa e seus distritos e, devido à migração de militantes, nem os nomes de candidatos somente desta região. Porém, consideramos a análise desta pequena amostra importante para a compreensão das estratégias eleitorais do PCB.

Dos nomes presentes nos documentos da DPS, sete foram candidatos e três foram eleitos. Os membros do partido se desdobravam entre a organização, mobilização social e o jogo político-eleitoral, provavelmente devido ao número não muito grande de filiados *atuantes* na região, o que exigia um constante reforço de militantes de outras áreas. Walkírio de Freitas, por exemplo, é citado no documento de 1950 como responsável por trazer grande quantidade de material propagandista, viajando em um carro com placa de Três Rios. Porém não sabemos se a cidade citada era sua área de atuação. Machado, um *português legítimo*, era “terrível, pois ele gostava muito do partido dele. Criticava o Brasil... Era vigoroso na maneira de se colocar”²⁷⁹, ele, por sinal, teria hospedado Walkírio na viagem citada.

As reuniões dos comunistas não eram feitas sempre no mesmo local ou bairro, porém, sempre ficaram à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, na “Cidade Velha”. Em 1945, no bairro Niterói. Posteriormente, em 1950, na Vila Mury, local de propriedade do “médico Dr. José Batista Mury” que segundo a polícia política só vendia lotes de terras a quem era adepto de Moscou²⁸⁰. Para além de um impedimento ou excessivo policiamento das atividades dos

²⁷⁸ CARDIANO, op. cit., pp. 13, 42, 49, 70 e 97.

²⁷⁹ M., entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 19 de outubro de 2009.

²⁸⁰ Relatório sobre atividades dos comunistas em Barra Mansa e Volta Redonda, 09/08/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

comunistas na área urbana da CSN, ou seja, à margem direita do Rio Paraíba, consideramos que a proximidade com bairros populares de trabalhadores, mesmo que não fosse parte da estratégia comunista, ajudou-os no reconhecimento de seus militantes como representantes das demandas desses bairros.

Alcides Sabença, eleito para a Assembléia Constituinte de 1946, era um carpinteiro da CSN. Como comenta o Sr. Silvestre:

“Parece que entre todos os candidatos daquela época ele foi o único que se elegeu com a votação de um único município. Aliás, um só distrito. Quer dizer: Se elegeu a deputado federal só com a votação dos metalúrgicos de Volta Redonda”²⁸¹

No ano de 1945, Sabença estava entre os militantes comunistas que participaram da fundação do SMVR²⁸² e sua luta dentro do sindicato é que o qualificou para ser um dos dois únicos deputados eleitos, pelo PCB do Estado do Rio de Janeiro, para a constituinte de 1946 com uma excelente votação de 6.403 votos²⁸³.

John French, ao comentar o caso do ABC paulista, pontua que, com a cassação do registro eleitoral do PCB, em 27/05/1947, houve uma nova postura do governo, que não queria aumentar a revolta dos trabalhadores com tal atitude²⁸⁴. Então, contraditoriamente, no “período em que o partido estava fora da lei” sofreu menor repressão policial do que no período anterior à data de cassação. O deputado Alcides Sabença, eleito pelo PCB na legalidade, foi alvo desse tipo de perseguição. Chegou a receber uma ameaça de morte do delegado de Volta Redonda, fato que recebeu insistente cobertura da imprensa comunista²⁸⁵.

Sabença não chegou a terminar seu mandato. Segundo a revista Arigó, ele veio “a renunciar o mandato em proveito de um Membro do Comitê Central do Partido”²⁸⁶. Já o Sr. Silvestre argumenta que “em consequência do Partido Comunista ser fechado, automaticamente eles cassaram o mandato do Alcides Sabença”²⁸⁷. Corroborando com a primeira versão temos o relato de Jorge Loretti, também deputado no mesmo período. Segundo ele, o PCB fez dois deputados: José da Silva, “um negro alto, homem muito correto, antigo militante que fora preso, e Alcides Sabença, operário de Volta Redonda”. Sabença foi “substituído por Henrique Cordeiro Oest, antigo tenente ligado ao Prestes e que foi com ele para o Partido Comunista.”²⁸⁸

Henrique Manoel Ferreira também se envolve com a fundação do SMVR e com atividades *comunistas* dentro da CSN. Em 1945, é citado em documento da DPS como um “operário que possui comprovada sagacidade e se tem revelado ótimo propagandista do credo

²⁸¹ Silvestre relata criação do Sindicato em Volta Redonda. *Gazeta do Aço*, 12 a 18 de junho de 1981, p. 1. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁸² SOUZA, 1989, pp. 37, 38.

²⁸³ CARDIANO, op. cit., p. 13.

²⁸⁴ Para uma maior compreensão sobre a cassação do registro do PCB e de como esse processo atingiu a dinâmica eleitoral e partidária no governo Dutra e no Estado de São Paulo ver capítulo oito. FRENCH, 1995, op. cit., pp. 177-215.

²⁸⁵ Os periódicos citados nesta nota encontram-se no APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos: Demissão para o delegado de Volta Redonda. *Tribuna da Paz*, 06/12/1946; Protesto Contra a Façanha do Delegado de Polícia de Volta Redonda: O ministro da Justiça deve demitir imediatamente o policial Ítalo Baroni. *Tribuna da Paz*, 8.12.46; Contra a Atitude Fascista do Delegado de Volta Redonda: Telegramas ao Senador Prestes e ao deputado Caíres de Brito. *Tribuna da Paz*, 10/12/1946.

²⁸⁶ SOUZA, 1989, pp. 37,38.

²⁸⁷ Silvestre relata criação do Sindicato em Volta Redonda. *Gazeta do Aço*, 12 a 18 de junho de 1981, p. 1. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

²⁸⁸ Ignez Cordeiro de Farias (Coord.). *Jorge Loretti*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 41.

vermelho entre seus colegas”²⁸⁹. Em 1949, em panfleto de sua autoria, critica disparidades salariais e custo de vida na região, principalmente dentro da CSN. A atividade propagandista sempre foi o seu forte. Mesmo após se tornar vereador em Barra Mansa continua “encarregado da distribuição de propaganda na cidade de Volta Redonda”²⁹⁰.

Como trabalhador da CSN, tinha moradia na cidade da empresa, mas abriu mão desse direito mudando “da casa da C.S.N. para Niterói Velho, onde passa os dias entre os comunistas”²⁹¹. Outro ponto na postura de Henrique que os arquivos evidenciam, é sua forte atuação durante período em que o sindicato era controlado por interventores, no governo Dutra. Aparentemente é sobre o silêncio do sindicato que se dá a ação do militante que se torna vereador.

Inserido no universo da política institucional, em um cenário de forte crescimento e competição eleitoral, prega a luta e mobilização para se alcançar objetivos, em clara oposição às políticas clientelistas que compreendiam as trocas de “benesses públicas por votos privados”²⁹². Em se tratando da questão da melhoria de condições de trabalho e salário dentro da CSN, argumentava ele: “(...) aumentos de salários não se conquistam em conversas, nem implorando as boas graças dos senhores diretores (...) e nem tampouco as do Sr. Engenheiro Braguinha, em cuja secção a maioria dos operários recebem o menor salário”. E continua: “Aumento se conquista é com organização por local de trabalho e com lutas sindicais vivamente elevadas, afim de manter um movimento sindical fora da órbita do Ministério do Trabalho”²⁹³. Passagem que também evidencia a estratégia do PCB para o período, com o abandono da luta sindical e a tentativa de efetivar ação paralelas.

A política clientelista não é algo novo no cenário local. Como debatido em capítulo anterior acreditamos que esta foi uma situação recorrente dentro dos muros da usina, conseguir benefícios, hipoteticamente coletivos, através de redes pessoais, amizades com superiores na hierarquia da empresa, apadrinhamento político, etc. O que nos leva a pensar em um *clientelismo de fábrica* que se combina ao novo cenário democrático de expansão das funções do Estado capitalista e suas políticas distributivas.

A atuação do vereador Henrique Manoel Ferreira na Câmara de Barra Mansa se combinava com os interesses do PCB, agora na ilegalidade, e com as demandas da classe trabalhadora. Como exemplo do primeiro ponto, temos sua atuação em relação ao Congresso Pró-Paz, evento realizado na Inglaterra. Seu trabalho era a coleta de assinaturas, o que lhe ocasionou problemas com outros vereadores na Câmara de Barra Mansa²⁹⁴ e a seus colaboradores em Volta Redonda²⁹⁵. Quatro pessoas foram detidas ao colherem assinaturas

²⁸⁹ Departamento Federal de Segurança Pública, 3/11/1945. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁹⁰ Relatório sobre atividades dos comunistas em Barra Mansa e Volta Redonda, 09/08/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁹¹ Setor Trabalhista – Informação. Departamento Federal de Segurança Pública, 02/08/1949. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁹² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O ex-leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 58, 59.

²⁹³ BOLETIM RESERVADO Nº80, 16/05/1949 – TRABALHISTA. COMUNISMO. DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

²⁹⁴ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 55.

²⁹⁵ Violência Policial em Volta Redonda. *Imprensa Popular*, 14/11/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Tipo: Panfletos.

pelo manifesto pró-paz ou Apelo de Estocolmo, uma campanha pela proibição das armas atômicas²⁹⁶.

Na Câmara, o vereador atuava em nome dos trabalhadores locais, não apenas os da CSN, através de ação parlamentar pautada no atendimento de carências (escolas sem estruturas, transporte público de má qualidade, abono de natal para o funcionalismo de Barra Mansa²⁹⁷, entre outros pontos). Isso o coloca dentro do perfil traçado por Santana ao dizer que no período os comunistas viam “o espaço institucional parlamentar como centro indispensável de ação” e, ao mesmo tempo, tentavam “vocalizar, ainda que de forma limitada, para um parlamento completamente adverso, as demandas da classe operária”,²⁹⁸.

O que levaria um militante comunista combativo a atuar pelo PSD? O que levaria o PSD a aceitar um comunista declarado? A tabela, anteriormente apresentada, revela a dinâmica do partido em seu período legal e ilegal. Henrique Manoel Ferreira é eleito pelo PSD, partido de direita e elitista. Não obtivemos documentação que permitisse uma análise mais detalhada das razões motivadoras de migrações partidárias, porém, segundo militante da UDN²⁹⁹ que vivenciou este período, o jogo de disputa política entre partidos credenciava indivíduos que poderiam obter grande número de votos a qualquer partido sem uma identidade ideológica muito forte. Segundo ele:

“os outros partidos queriam voto. Menos a UDN, menos a UDN e o PDC, esses não aceitavam os comunistas (...). Nós tínhamos um sentimento muito superior (...), um sentimento de patriotismo, de amor ao Brasil. (...) Os outros eram voto e poder!”.

No quadro de disputa política e competição eleitoral que se construía, se efetivariam trajetórias políticas ímpares. A análise de algumas dessas trajetórias nos evidenciaram o quão fechado era o ambiente político-partidário, em que partidos eram encarados como propriedades particulares e a entrada ou migração de possíveis filiados se pautava em dois pontos: número de votos que poderiam trazer e no risco que poderiam ocasionar em disputas internas dentro da instituição. As ambições pessoais e os laços de amizade poderiam ser imprescindíveis para a permanência ou troca nesse jogo.

2.4 Partidos, Contexto Político e Trajetórias

Segundo documento da DPS, elaborado em novembro de 1945, o PCB seria a principal força política no oitavo distrito de Barra Mansa, a futura Volta Redonda. O restante do quadro político-partidário era descrito da seguinte forma:

“UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL: Esta facção conta com um escritório eleitoral, sob a direção dos Srs: Capitão Dante Vilela e do engenheiro Jorge Menezes Werneck, os quais apesar das intensas atividades desenvolvidas entre o operariado, jamais conseguiu arregimentar apreciável número de adeptos, que pudesse constituir força respeitável entre o eleitorado local, que é calculado em cerca de 9.000 eleitores.

²⁹⁶ Para maior compreensão do movimento e da ação dos comunistas nesse movimento ver RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os “Combatentes da Paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Niterói, 2003.

²⁹⁷ CMBM. *Livro de atas s/n. (29/12/1927 a 28/11/1947)*, fl. 175.

²⁹⁸ SANTANA, 2001, op. cit., p. 50

²⁹⁹ M., entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 19 de outubro de 2009.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: Este partido, segundo afirmações abalizadas e comprovadas, atualmente encontra-se reduzido à mínima proporções, tendo em vista, segundo é voz corrente, a saída do Sr. Getúlio Vargas do poder, não obstante manter um escritório eleitoral, de pequeno ou nenhum movimento, não nos tendo sido possível, durante a sindicância efetuada, apurar-se quais os responsáveis diretos pela manutenção do mesmo naquele local.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO: Esta corrente é sem dúvida a que ocupa o segundo lugar entre as chamadas correntes fortes, com um coeficiente de cerca de 30% do eleitorado local. Cumpre-nos todavia observar que, entre os componentes e adeptos da mesma, são sensíveis as demonstrações de retraimento político-partidário, motivados pela saída do Sr. Getúlio Vargas do poder, fato que, não obstante a ausência de manifestações de caráter ostensivos, provocou entre os chamados “queremistas”, um estado de desânimo contagiante, ou indiferentismo, em relação ao movimento político que se processa atualmente no país. Todavia, há quem propale que “dias melhores virão”, sendo que, tenta-se esboçar uma “reação” articulada por elementos mais otimistas, da citada corrente, mediante folhetos mandados imprimir nas oficinas gráficas ‘Grinberg’, de Barra Mansa...”.³⁰⁰

Os dados sobre os vereadores eleitos na legislatura de 1947 a 1950 para a Câmara Municipal de Barra Mansa estão em fichas existentes no setor de Recursos Humanos da mesma. Porém não existem fichas para todos os candidatos eleitos e há fichas que não possuem informações completas, como o partido ou a cidade onde moravam os candidatos. Encontramos informações sobre dezessete vereadores dessa legislatura. Seis deles residiam em Volta Redonda, sendo pelo menos quatro diretamente ligados ao movimento sindical, à Companhia Siderúrgica Nacional ou outras empresas do ramo. O que podemos avaliar sobre a votação em Volta Redonda com os dados obtidos foi que o PCB, já na ilegalidade, aparentemente elege um único candidato, pela legenda do PSD. A chamada Coligação Democrática, que agregava PSD e UDN, elege dois moradores de Volta Redonda e o PTB outros dois. Os candidatos dos demais distritos de Barra Mansa pertencem majoritariamente ao PSD e à UDN.

A tabela a seguir foi construída a partir de três fontes. A primeira é uma publicação com dados de eleições no Estado do Rio de Janeiro³⁰¹; a segunda são as fichas de vereadores eleitos da Câmara Municipal de Barra Mansa; a terceira é um documento da Câmara Municipal de Volta Redonda³⁰² contendo informações de vereadores e suplentes. Este último contém a coluna “Assume?” que foi criada pois em alguns casos o candidato fica como suplente mas assume posteriormente como titular do cargo. Quando isso ocorre, a coluna “Anos” indica o período no qual candidato exerceu o mandato. Os candidatos a vereador no pós-1953 são candidatos que concorreram a cargos em Volta Redonda, pois o antigo distrito já se havia emancipado.

³⁰⁰ Departamento Federal de Segurança Pública, 3/11/1945. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

³⁰¹ CARDIANO, op. cit., pp. 35, 58, 83 e 87.

³⁰² Câmara Municipal de Volta Redonda, op. cit..

Tabela 4

Nome	Anos	Cargos	Legendas	Votos	Eleito?	Assume?
Allan Cruz	1954	Dep. Est.	PSD	2.897		
Bernardo Paulino de O. Bemfeito	1949	Sup. Ver	UDN			Sim
Bernardo Paulino de O. Bemfeito	1951	Ver.	UDN	171	Sim	Sim
Bernardo Paulino de O. Bemfeito	1954	Dep. Est.	PSB	1.570	Sim	Sim
João Alvarenga	1958	Ver.	PTB	411	Sim	Sim
Omar Goulart Villela	1947	Ver.	PTB		Sim	Sim
Omar Goulart Villela	1947	Dep. Est.	PTB	720		
Omar Goulart Villela	1954	Dep. Est.	PTB	941		
Paulo Monteiro Mendes	1947	Ver.	PTB	257	Sim	Sim
Paulo Monteiro Mendes	1950	Dep. Est.	UDN	2.239		
Paulo Monteiro Mendes	1954	Dep. Est.	UDN	2.774		
Vigiliato Peixoto	1954	Sup. Ver.	UDN	119		
Vigiliato Peixoto	1958	Dep. Est.	PTN	666		

Alguns nomes apresentados na análise que faremos a seguir não estão inclusos na tabela, pois sobre eles não possuímos os mesmos dados que sobre os demais. Mas acreditamos que todos os nomes citados ajudem na compreensão da formação política do distrito-cidade, bem como de algumas situações que evidenciam as estratégias utilizadas pelos seus representantes políticos.

Já numa análise superficial da tabela, visualizamos que determinados indivíduos migram entre partidos considerados ideologicamente opostos. O jogo político-eleitoral na região não era caracterizado por posicionamentos rígidos. Muitas vezes, o posicionamento ideológico e a filiação partidária se condicionavam às demandas e à ação da classe trabalhadora que compreendia as suas mobilizações, reivindicações, formas paternalistas e clientelistas de resolução de problemas. A combinação entre a expansão urbana, a vida fabril e a insegurança estrutural da classe trabalhadora combinada ao cenário de competição eleitoral condicionarão as estratégias políticas do período.

Omar Goulart Villela e Paulo Monteiro Mendes estarão presentes e a atuar na fundação do SMVR, em 1945, com “um grupo de homens ligados ao getulismo”³⁰³. Villela, como assessor jurídico da primeira chapa eleita, o segundo, como assessor de Edmundo Macedo Soares, ex-diretor técnico³⁰⁴ da CSN. Paulo Mendes veio a intervir favoravelmente na legalização do sindicato. Ambos estiveram dentre os fundadores do PTB em Volta Redonda. Paulo Monteiro Mendes consegue perpetuar sua carreira política e se elege deputado estadual, pela ARENA, em 1966 e, em 1970, se reelege pelo mesmo partido. Segundo João Alvarenga que também foi fundador do PTB na cidade, Paulo Mendes depois de eleito vereador, pelo PTB em 1947, deixa o partido³⁰⁵, a troca de partidos verificada é indicativa de que no contexto do pós-1945 existiram outros interesses para além dos ideológicos que poderiam condicionar a permanência em um partido.

Consideramos que o PTB pode nos fornecer um bom material de análise. Mesmo que os relatórios da DPS indiquem um PTB forte em 1945, ele só viria a ter grande expressão política na década de 1950, quando consegue conquistar o SMVR e, pós-emancipação de Volta Redonda, ter a maior bancada na Câmara composta por cinco vereadores das treze cadeiras disponíveis.

Allan Cruz, primeiro presidente eleito do Sindicato após a intervenção de Dutra até 1951, quer entrar para o PTB, mas se depara com certa resistência dentro do partido: “Era o Omar, acho que era Omar Goulart Villela (...).Ele disse que se eu entrasse eu podia liderar e tomar o partido dele. [riso]”. Omar Goulart Villela, em 1950, era deputado estadual pelo PTB. Este fato, embora não esteja presente na fonte que utilizamos sobre as eleições estaduais³⁰⁶, se evidencia tanto nas entrevistas como nas atas da Câmara de Barra Mansa³⁰⁷. Não contente com a postura do suposto *dono* do partido, Allan vai à Niterói, recorre ao Diretório Estadual, ao secretário do partido: “Ele falou: Allan, não tem jeito, eles não te aceitam lá. É uma bobagem que eles estão fazendo, mas eu não posso, pois é o diretório de lá, eu não posso”. O secretário do partido, então, recorre a Roberto Silveira que provavelmente intercede por Allan, mas o retorno, feito pelo secretário é negativo: “O Omar Vilela não te aceita de jeito nenhum. Já falei com ele, mas não aceita”. Resta a Allan, líder trabalhista que vê e utiliza CLT como uma bíblia dos trabalhadores, entrar em outra agremiação política: “Aí eu entrei para o PSD. Eu falei: Bom, eu preciso de um partido, eu preciso de uma cobertura. Eu preciso de um partido para dar uma cobertura”³⁰⁸. Allan Cruz não consegue se eleger deputado estadual pelo PSD, mas atuará no SMVR com o apoio do PTB estadual³⁰⁹ e terá um papel fundamental no processo de emancipação da cidade, ainda como presidente do sindicato.

Ao analisarmos a postura possessiva do petebista Omar Goulart Villela em relação ao “seu” partido, passamos a considerar que a não entrada do comunista Henrique Manoel Ferreira no PTB talvez possa ser compreendida pelo mesmo motivo. Quando da discussão sobre o Congresso Pró-Paz na Câmara de Barra Mansa, o vereador Antônio Alves do Amorim, do PR (Partido Republicano), comentou que

³⁰³ Silvestre relata criação do Sindicato em Volta Redonda. *Gazeta do Aço*, 12 a 18 de junho de 1981, pl. AMORJ. Coleção CSN (Regina Morel).

³⁰⁴ Companhia Siderúrgica Nacional. Diretores da CSN entre 1941 e 1987. AMORJ. Coleção CSN (Regina Morel).

³⁰⁵ Alvarenga, protetor do Morro dos Atrevidos, fala de sua formação e perseguições que enfrentou. *Gazeta do Aço*, 01 a 07 de maio de 1981, p.3. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

³⁰⁶ CARDIANO, Fernando, op. cit., p.83.

³⁰⁷ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 53.

³⁰⁸ CRUZ, op. Cit., p. 31.

³⁰⁹ Idem, p. 49.

“ aprendeu a admirar nesta casa a maneira com que o Vereador Henrique Manoel Ferreira defende o seu ponto de vista e do mesmo modo o Dr. Omar Goulart Villela que sabe sempre se levantar contra tudo o que cheira comunismo”.³¹⁰

No ambiente democrático, as alianças político-partidárias nem sempre tiveram apenas um sentido pragmático. Acreditamos que escolhas pessoais e crenças individuais influenciaram o quadro político local.

A eleição de Edgard Magalhães da Silva, pela UDN, para a legislatura de 1947 a 1950, na Câmara de Barra Mansa, vem evidenciar outra questão: como a concentração de poder e a concessão de benefícios podem qualificar indivíduos no cenário eleitoral. Na região ele era conhecido como Capitão Magalhães, homem temido como implacável e violento, “tido como o ‘Prefeito de Fato’ de Volta Redonda”³¹¹. Respondia diretamente ao alto escalão da CSN e concentrava muitas funções, tais como: conceder transferências de setor dentro da usina³¹², fiscalizar funcionários e o devido cumprimento de horários³¹³, tinha autonomia para fazer admissões e demissões, e, seguindo determinados critérios, indicava que funcionários obteriam a moradia da empresa³¹⁴.

O fato de conhecer a máquina burocrática da CSN e poder alterar trajetórias de trabalhadores através de sua ação credenciava o Capitão Magalhães, nas relações com seus subordinados, a um “contrato por doação”, uma lógica similar àquela exposta por Ângela de Castro Gomes, quando comenta que

“retribuir não é pagar uma dívida; é reconhecer uma obrigação que extrapola a dimensão utilitária. A obrigação para com quem dá reforça-se com o passar dos anos. A dinâmica do dar-receber-retribuir institui uma relação de re-conhecimento”.³¹⁵

Edgard Magalhães é um exemplo de ascensão política via paternalismo fabril, ou, como conceituamos acima, como um *clientelismo de fábrica*, fazendo suas bases políticas dentro da CSN, com base nas demandas dos operários. Porém, Volta Redonda não se resumia aos operários da CSN. Como ficavam os trabalhadores sem carteira assinada ou emprego? Como construíram suas concepções políticas? Acreditamos que o surgimento da primeira favela em Volta Redonda possa nos dar algumas pistas sobre isso.

Com a entrada em operação da usina, em 1946, a CSN reduz sua força de trabalho de 11.719 trabalhadores para 8.054³¹⁶. Estes mais de 3.000 trabalhadores dispensados alimentavam esperanças de continuar na usina e acionaram a empresa via sindicato para a obtenção de indenização, passando a disputa então para o campo jurídico. Uma ação sindical contra a demissão de funcionários da CSN motivada pelo fim do Plano A, de construção da usina, vai parar na Justiça do Trabalho. A CSN recorre ao Tribunal Superior de Trabalho e ganha “com base no artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho: o contrato de trabalho estabelecia que o contratado iria trabalhar na ‘construção’, e essa não constituía a atividade essencial da Companhia”³¹⁷. O surgimento do Morro do Atrevidos, atualmente chamado de Morro São Carlos, está relacionada ao desligamento desta mão de obra.

³¹⁰ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 56.

³¹¹ Lopes, op. cit., p. 90.

³¹² Djalma, hoje advogado, conta renúncia na presidência da CMVR. *Gazeta do aço*, 24 a 30 de julho de 1981, p.2. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel):

³¹³ MAGALHÃES, op. cit, p. 14.

³¹⁴ RAMOS, op. cit., p. 13.

³¹⁵ GOMES, 1988, op. cit., p. 250.

³¹⁶ MOREL, op. cit., p. 104.

³¹⁷ Idem, pp. 104-105.

Volta Redonda foi construída para ser a expressão do novo, tanto para o trabalhador como para o Brasil. A cidade era representativa da aspiração à modernidade do pós-1930, que se manifestaria em grandes transformações urbanísticas, pautado em uma legislação criada para esse fim, tal como a lei de loteamentos de 1937, que “respondia ao incremento de transações imobiliárias, sobretudo nas cidades”³¹⁸. Dentro desse contexto, o Morro dos Atrevidos, terra ocupada próxima aos terrenos da CSN, na margem direita do Rio Paraíba do Sul, evidenciava duas realidades opostas, em que

“A lei(...) não servia para transformar a realidade social ou para criar direitos confiáveis de moradia, mas para criar distinções entre um grupo com direito à segurança da moradia e outro cujo local de residência seria marcado pela insegurança e pela ambigüidade lega”³¹⁹.

O início da ocupação do morro, pelo que apuramos, ocorre em 1946 através dos próprios trabalhadores dispensados pela CSN, porém, a continuidade da ocupação não se deve apenas aos trabalhadores, houve certo apadrinhamento político. O Sr. João Alvarenga, outro fundador do PTB em Volta Redonda e que se elegerá vereador no ano de 1958, afirma: "Fui eu quem fez o morro dos atrevidos". Conta ele que, trabalhando para a resolução de problema de moradia de um conhecido seu, vai ao gabinete do prefeito de Barra Mansa, João Chiesse (1950 -1954), expõe a situação de seu amigo que não tinha onde morar e cita que: “tinha essa área da prefeitura e mostrei na planta. Ele deu 200 cruzeiros de ajuda no abaixo assinado e assinou ‘João Chiesse, Prefeito’. Aí eu falei se ele podia carimbar com o carimbo da prefeitura. Ele carimbou”³²⁰. Estava dada a autorização para a ocupação da área da prefeitura, “com aquele abaixo assinado, com aquela autorização do prefeito, eu enchi o morro [risos]”.

Comparando o caso acima com a análise que Brodwyn Fischer realizou sobre a situação da criação de favelas no Rio de Janeiro, constatamos que há muitas semelhanças, pois em Volta Redonda também se verifica que políticos tinham “suas próprias razões para atuar em favor das populações pobres”³²¹. No caso citado há pouco, notamos um certo orgulho do entrevistado ao se colocar como o autor da ocupação, em uma postura paternal, de proteção, para com os trabalhadores pobres que não tinham onde ficar. A divisão entre os incluídos e excluídos não era claramente definida entre os dois grupos (entre trabalhadores formais da CSN e trabalhadores informais e pobres), pois os padrões de mobilidade e o processo de migração misturavam os dois grupos³²². Mas muitos trabalhadores, principalmente os informais, permaneceriam à margem da lei e das implementações urbanas.

Como que os trabalhadores, vivendo sob condições precárias, se articulavam com o novo universo político? Como poderiam reivindicar melhorias nesse novo contexto, em que eram moradores-eleitores? A questão é complexa, e a contradição entre leis e realidade social se potencializava. Nem todos poderiam votar, já que os analfabetos estavam excluídos desse direito. Limitados pelas próprias leis em seus direitos às melhorias urbanas, muitos seriam limitados também em seus direitos políticos, embora a existência das carências locais fosse um atrativo para as campanhas políticas. Como exemplo disso, citamos a ata da Câmara de Vereadores de Volta Redonda, de 1957, em que há indicação ao prefeito para *melhoramentos*, como *água e luz*, para o Morro dos Atrevidos. Os “moradores da área, em abaixo-assinado,

³¹⁸ LOPES, op.cit., p. 37.

³¹⁹ FISCHER, op.cit., p. 435

³²⁰ Djalma, hoje advogado, conta renúncia na presidência da CMVR. *Gazeta do aço*, 24 a 30 de julho de 1981, p. 2. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

³²¹ FISCHER, op.cit.,p. 440.

³²² FISCHER, op.cit., p. 426.

reivindicavam o cumprimento de **promessas eleitorais**³²³. Isso revela que a passividade não era a lógica seguida pelos trabalhadores-moradores das áreas precarizadas.

Novamente, um político constrói uma relação pautada no contrato por doação com seus eleitores. Porém, o caso do Sr. João Alvarenga evidencia a criação de algo novo para a classe trabalhadora: a diferença entre lei e realidade social. Mesmo que a ocupação fosse uma atitude ilegal, os moradores permaneciam e construíam seus lares. Isso porque a remoção era politicamente impossível, e não porque eles fossem reconhecidos como ocupantes legais³²⁴. Não incluídos na concepção de “cidadania regulada”, estes trabalhadores se articulam e exigem melhorias, dentro dos limites da realidade experienciada, pautados na própria organização e posicionamento em relação ao jogo político. Desse modo, evidenciam uma forma de atuar não-regulada e autônoma, diante da nova vivência sócio-política que se constituía.

A insegurança estrutural da classe trabalhadora se mistura ao jogo político-eleitoral, aumentando o leque de estratégias e mediações para a luta pela sobrevivência de ambos os lados. A solução encontrada para o problema de moradia foi a transformação geográfica, com a ocupação do morro, pautada em um fiador político, o que evidencia a complexidade do momento. A concessão de bens públicos visando o benefício privado está presente, porém, combinada à organização e mobilização por direitos e melhorias no local.

Além da questão da moradia, a saúde também evidenciava a dualidade presente em Volta Redonda. Só havia um hospital, que era o da CSN. “O hospital da Companhia era para o pessoal da Companhia”³²⁵, afirma Dona Maria do Carmo Milheiro que na época trabalhava em uma olaria na cidade velha. A maioria dos trabalhadores deveria se encaminhar a Barra Mansa se quisesse ter atendimento médico. Por isso, muitos deles faziam uso de plantas e chás medicinais, além do constante emprego de “aparadeiras” nos partos.

Um hospital público deveria ser construído em Volta Redonda devido ao crescimento urbano e populacional e ao agravamento das condições de saúde. A iniciativa popular de arrecadação de dinheiro visava dar os primeiros passos na resolução do problema. Novamente, Dona Maria do Carmo Milheiro fica em evidência: “A gente foi o fundador daquele hospital, São João Batista. Porque era o dinheiro da gente... Que dava o dinheiro para fundar o hospital”³²⁶. Não sabemos dimensionar o quanto do hospital foi construído com dinheiro da população, nem quantas pessoas participaram do processo. O que sabemos é que o hospital foi construído, mas faltaram equipamentos necessários para a sua operação.

Álvaro Guedes, que assumiu o posto de primeiro secretário do SMVR em 1946, já sob intervenção, atuou junto a Vigilato Peixoto na tentativa de se conseguir equipamentos para o hospital. Lembra ele que:

“Naquele época, o Dr. Ademar de Barros, Governador de São Paulo e Presidente do PSP, é quem indicava o Ministro da Saúde, então o DR. Mário Pinotti. Resolvemos ir a São Paulo pedir ao Dr. Ademar a doação desse material, através do Ministério da Saúde.

Levamos um cartão do Dr. Murilo Cesar, então presidente do PSP em Volta Redonda e fomos recebidos com muita cordialidade com o governador. (...) falamos com o Dr. Mario Pinotti, que nos atendeu no que pleiteávamos. Equipado o Hospital com tudo o que era necessário ao seu funcionamento, marcamos data para inaugurá-lo, convidando, para tanto o próprio Ministro da Saúde (...).

³²³ SOUZA, 1992, op. cit., p. 70. Grifo nosso.

³²⁴ FISCHER, op.cit., p. 446.

³²⁵ Maria do Carmo Milheiro, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 31 de julho de 2009.

³²⁶ Idem.

E, graças a Deus, o Hospital São João Batista, desde sua fundação tem sido muito útil à população, de modo especial à classe menos favorecida”.³²⁷

Wanderley Guilherme dos Santos ao estudar a estrutura estatal surgida após a Era Vargas, expande a compreensão sobre o funcionamento de políticas clientelistas ao evidenciar que “entre os mandatários escolhidos por voto e o público anônimo encontram-se os tecnocratas, escolhidos, em tese, por mérito. É através desta instância intermediária que se cristalizam os padrões de relacionamento entre o público e o privado”³²⁸. Para ele, há um equívoco em imaginar práticas clientelistas como uma relação direta entre políticos e eleitores. Como estas se dão dentro de políticas distributivas, há uma burocracia a atuar na sua operacionalização.

Exemplificando tal raciocínio citamos a atuação do PSP, quando este firma pacto com o PTB para as eleições de 1950. O acordo era o seguinte: os pessepistas apoiariam Vargas para a presidência, com João Café Filho como vice-presidente. Ademar de Barros seria o candidato desses partidos para a presidência em 1955, e o PTB efetivaria “a aceitação de nomes indicados por Ademar para a composição de seu ministério”³²⁹, é justamente ao atuar nessa estrutura determinada pelo jogo político-eleitoral que os enviados de Volta Redonda obtiveram sucesso.

Acreditamos que o cartão do Dr. Murilo Cesar, então presidente do PSP local, abriu as portas da burocracia estatal acionando a estrutura da mesma para o atendimento dos requerentes políticos. Ou seja, a intenção de distribuir benesses, a bem-sucedida reiteração de costumes clientelísticos, depende de contingentes de pessoas que se imiscuem na estrutura burocrática, em mecanismos aos quais tem acesso de modo que não é nada aleatório ou casual.³³⁰

A construção do hospital consegue reunir uma diversidade de práticas, algumas de caráter autônomo, outras de clientela. Consideramos que estas serão características do período, em que a realidade social combinava organização, mobilização dos trabalhadores e paternalismo. Os casos citados conseguem demonstrar a variedade de práticas e estratégias utilizadas por vários grupos sociais. Porém, com a abertura político-eleitoral, essas práticas e estratégias eram validadas pelos trabalhadores que as concebiam como formas de sobrevivência. Será justamente em contexto tão diversificado que terá início processo de emancipação do oitavo distrito de Barra Mansa. O grupo social com maior sensibilidade na compreensão do contexto em transformação lideraria o processo, e nele, a atuação dos indivíduos e suas trajetórias não seriam desprezíveis.

³²⁷ Álvaro Guedes diz como viu Volta Redonda em sua formação. *Gazeta do aço*, 05 a 11 de junho de 1981, p. 2. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

³²⁸ SANTOS, 2006, op. cit., p. 59.

³²⁹ Carlos Eduardo Sarmiento (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999, p. 32.

³³⁰ SANTOS, 2006, op. cit., p. 59.

CAPÍTULO III - O COMPLEXO CAMINHO DA EMANCIPAÇÃO.

O grande crescimento urbano somado a um aumento extraordinário da população local trouxe novas questões para os moradores do 8º distrito de Barra Mansa. Embora Volta Redonda fosse citada em vários documentos como entidade autônoma, sem menção a seu município sede, politicamente se via atrelada a ele e enviava a seus cofres os impostos referentes a CSN e a todas as empresas que compunham o parque industrial nela localizado.

No ambiente de competição eleitoral inaugurado no pós-1945 a participação política popular se torna uma necessidade sistêmica, e é neste contexto que a canalização dos desejos de melhoria das condições de vida forçosamente se colocariam mais evidentes, principalmente por parte dos trabalhadores, mas, paralelamente, também aparecia como parte das estratégias e discursos políticos de partidos e candidatos. O reflexo mais concreto na política local pode ser dimensionado pela composição da Câmara de Barra Mansa que tanto na legislatura de 1947-1950 quanto na de 1950-1955 possuiu vereadores residentes em Volta Redonda. O 8º distrito que já possuía população maior do que a de seu município sede, seria um dos locais privilegiados de campanha, tanto pelo número de trabalhadores que por lá se fixaram como pelo espectro de modernidade e progresso criado ao redor da CSN.

As fichas de candidatos encontradas na Câmara Municipal de Barra Mansa não estão completas, faltam algumas informações como endereço dos candidatos e o partido aos quais eram filiados. Mas, com base em informações parciais, podemos verificar que na legislatura de 1947-1950 tínhamos seis vereadores diretamente ligados ao 8º distrito. Já na legislatura de 1950-1955, há cinco vereadores na mesma condição. Ainda sobre a composição destas legislaturas nota-se uma diversificação partidária: na primeira legislatura citada, os candidatos se localizavam dentro de três legendas (PSD, PTB e UDN), e na legislatura iniciada em 1951 há o acréscimo do PSP (Partido Social Progressista) e do PDC (Partido Democrata Cristão), ambos com um representante cada. Ao contrário da legislatura iniciada em 1947, na posterior, ao analisarmos os documentos, não constatamos a presença de comunistas sob outras legendas.

O quadro era complexo: interesses particulares, demandas urbanas, influência do sindicato, eleições e lutas partidárias. Acreditamos que a composição política da região com seus partidos, influentes personalidades e acordos políticos tenham grande peso no processo emancipatório, mas não acreditamos ser desprezível o peso da participação popular que se pautava na melhoria das condições de vida e que se potencializava sob o crescimento vertiginoso de Volta Redonda.

3.1 Demandas Urbanas, Clientelismo e Mobilização dos Trabalhadores

Enquanto a área da CSN representava progresso e modernização, a de Volta Redonda “Velha”, parte do núcleo de formação da cidade, era representativa do descaso e precarização. Tanto nos relatos de moradores como na atuação dos vereadores da Câmara de Barra Mansa a crítica ao abandono e a busca por melhorias nas condições estruturais do local serão uma constante.

O Sr. Jamil Riskala, advogado e maçom e um dos pioneiros na luta pela emancipação do 8º distrito, nasceu em Barra do Piraí, cidade vizinha, mudou-se para Volta Redonda em 1944. Ele descreve a situação encontrada na Avenida Paulo de Frontin (que ainda é um dos eixos principais de ligação entre os dois núcleos mais antigos da cidade): “Você andava na

Avenida Paulo de Frontim, no tempo seco, com poeira; no tempo de chuva (...) você tinha que andar nos trilhos dos caminhões, dada a quantidade de lama!”. Para além do asfaltamento, água e esgoto também eram vistos como problemas graves: “(...) o esgoto era a céu aberto, ou aqueles que tinham uma noção de higiene faziam fossa. E poços. A água geralmente era salobra. Você tomava banho e o sabonete não fazia espuma. E por quê? Porque toda esta região estava praticamente sobre um pantanal”³³¹. Ainda sobre o relato do Sr. Jamil, a única construção que possuía água encanada, na área, era a delegacia, porém esta era agraciada por um ramal de água que foi **cedido** pela CSN.

O relato do Sr. Jamil é de 1945, mas não é muito diferente do de outros migrantes que se deslocaram para a região em período posterior. A Sra. Orsina Prado ao narrar o trabalho de coleta de assinaturas para serem anexadas ao processo de emancipação do distrito em 1953, descrito em entrevista concedida na década de 1980, relata:

“Andei por cantões que hoje são saneados, como: Retiro, Vista Alegre, Santo Agostinho, Voldac e etc., mas naquela época não existiam casas próximas uma das outra, o que sempre víamos era lama, uma casa aqui outra acolá, poeira, e fazíamos todo o percurso a pé ou de bicicleta...”³³².

Os cantões citados pela Sra. Orsina são todos áreas fora do domínio da CSN. A inexistência de uma infra-estrutura para estas áreas é prova da contradição existente entre condições de vida e crescimento populacional. As áreas que mais recebiam moradores seriam os locais não tutelados pela empresa. Para os que em Volta Redonda chegavam, muitos em busca da melhoria ou superação da insegurança estrutural que cercava suas vidas, o progresso não era representado apenas pela CSN. Poderia ser visto na água tratada e encanada, no sistema de esgoto, no acesso à saúde, na qualidade do transporte e na presença da pavimentação e asfaltamento das ruas. Portanto, concordamos com Paulo Fontes quando ele acredita que os trabalhadores migrantes consideravam estes fatores como “claro indicador de melhoria urbana e ‘progresso’”³³³.

A dualidade encontrada pelos trabalhadores-moradores de Volta Redonda evidenciava que o progresso não chegava a todos os locais do distrito. Volta Redonda possuía uma estrutura dual, os trabalhadores da CSN, os **incluídos**, tinham acesso às implementações e melhorias realizadas pela empresa, os trabalhadores que não eram da empresa, os **excluídos**, necessitavam encontrar formas diversas de superação para seus problemas. É nesse quadro que a atuação política se efetiva. As eleições e a atuação dos políticos eleitos evidenciam novas estratégias eleitorais que não poderiam ficar distantes das reivindicações e necessidades da população, até mesmo porque a mobilização e organização dos trabalhadores passam a estar presentes.

As atas da Câmara de Barra Mansa podem ser um exemplo de como as melhorias das condições de vida no distrito passam à pauta de assuntos debatidos pelos representantes do povo. Em 1950, encontramos solicitação do vereador Antônio Gomes Carreira, morador de Volta Redonda, à Prefeitura de Barra Mansa: “para que fossem encascalhadas as ruas Gustavo Lira, Av. Amaral Peixoto e Paulo de Frontin, em Volta Redonda, afim de terminar com o lamaçal que as chuvas que tem caído ultimamente vêm ocasionando”³³⁴. No mesmo ano, encontramos um debate na Câmara sobre a cobrança abusiva no valor do licenciamento de bicicletas³³⁵. Vale lembrar que o transporte na Cidade Nova, cidade da CSN, era feito por

³³¹ SOUZA, 1992, op. cit., p. 88, 97

³³² ORSINA: 1ª MULHER POLÍTICA DE V.R. *Opção*, s/d de março de 1978. Ano V, s/n, p. 8.

³³³ FONTES, op. cit., p. 165.

³³⁴ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 88.

³³⁵ Idem, fl. 8.

coletivos da empresa, mas como a CSN tinha noção do grande número de trabalhadores empregados por ela que residiam fora de sua cidade, esta contemplava uma política de “financiamento de bicicletas para os funcionários”, o que atesta “a percepção da empresa sobre o conjunto da cidade como um instrumento de trabalho onde acessibilidade do trabalhador era fator de produtividade”³³⁶.

A questão das bicicletas se arrasta para a outra legislatura da Câmara. Em 1952, o vereador Wladyr de Castro Ferraz, morador de Volta Redonda e maçom, apresenta anteprojeto para a isenção de taxa às bicicletas³³⁷. As bicicletas são apenas um dos problemas relacionados ao transporte na região.

A ligação entre Barra Mansa e Volta Redonda era feita por empresa cujo proprietário era o Sr. José de Matos, citado diversas vezes nas atas da Câmara por não apresentar serviço satisfatório. Se pensarmos que Volta Redonda possuía pequena área comercial em seus núcleos originários e que a área construída pela usina não se destinava às atividades do comércio, constatamos que o grande ponto comercial para os moradores de Volta Redonda era a sua sede, o município de Barra Mansa, daí o transporte entre o distrito e o município sede ter maior relevância.

Em 1951, o vereador Bernardo Paulino de Oliveira Bemfeito, novamente encaminha reclamação contra a empresa do Sr. José de Matos, por considerar que o proprietário não presta serviço de qualidade, “não colocando na linha veículos suficientes ao grande número de passageiros, o que os obriga a ficar horas a fio a espera de condução”³³⁸.

Interessante é notarmos que quanto mais próximo do ano de emancipação de Volta Redonda (1954), maior número de solicitações e requerimentos que pleiteiam melhorias no distrito se apresentam na ata da Câmara de Barra Mansa. Em 1953, há um requerimento do vereador Wilson de Paiva (PTB), "solicitando ao Sr. Prefeito a construção de um 'mercadinho', em Volta Redonda", além disso o vereador Wladyr de Castro Ferraz (PTB) se preocupa com educação, "solicitando ao Sr. Prefeito Municipal providências para que seja instalada uma escola municipal no bairro Cantão, rua 249, em Volta Redonda.". Bernardo Paulino de Oliveira Bemfeito.: "Requeriu fosse feita uma indicação ao Sr. Prefeito, afim de que S. Excia. estudasse a possibilidade de ser construída uma caixa d'água suplementar na parte mais alta do Eucaliptal, para abastecimento do bairro São Jorge. (...)" e segue pedindo que se oficie à Light a melhoria da iluminação pública e particular daquele bairro³³⁹.

Todos os vereadores citados acima são moradores de Volta Redonda. Acreditamos que o aumento das reivindicações não possam ser explicadas através de uma única razão causal, estas poderiam ser motivadas: pela pressão exercida pelos trabalhadores-moradores que buscavam melhores condições de vida; ou por uma estratégia política comum aos vereadores de Volta Redonda, que ao encaminharem grande número de requerimentos e solicitações e os verem negados pelo prefeito estariam criando um **fato político** que justificasse a emancipação; ou ainda ser produto de ambas: pressão/apoio dos trabalhadores-moradores e estratégia de emancipação conduzida pelos políticos locais.

A precariedade na estrutura urbana motivou atuação e adaptação não só dos trabalhadores, mas de outros grupos, sendo a maçonaria um deles. Os maçons de Volta Redonda tinham de se deslocar para Barra Mansa (“Loja Independência e Luz”) a fim de freqüentar as reuniões. Segundo Sayão Lobato (um dos fundadores da “Loja Maçônica Independência e Luz II” em Volta Redonda), um dos motivos de fundação de uma nova loja em Volta Redonda foi a precariedade no transporte, de Barra Mansa para o 8º distrito, encontrada por seus associados. Segundo ele:

³³⁶ LOPES, op. cit., p. 99.

³³⁷ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 138.

³³⁸ Idem, fl. 106.

³³⁹ Câmara Municipal de Barra Mansa (CMBM). *Livro de atas n.5 (06/07/1952 a 06/07/1953)*, fls. 196–200.

“Havia uma dificuldade muito grande de transporte entre as duas cidades (...). Saíamos daqui com chuva ou frio, e muitas vezes, perdíamos a última condução para Volta Redonda, que era às 22 horas. Éramos, então obrigados a voltar a pé, automóvel naquela época de guerra era objeto de luxo. E quantas vezes fizemos isso!”³⁴⁰.

O vínculo entre os emancipacionistas e maçons não é difícil de ser estabelecido. Na pesquisa de Regina Morel que consideramos referência para os estudos sobre Volta Redonda, há menção ao movimento inicial pela emancipação, iniciado dentro da maçonaria. Além disso, faz-se referência a políticos do PSD em articulação “com grupo de profissionais liberais e comerciantes locais reunidos na Loja Maçônica Independência e Luz”³⁴¹. Alkindar Costa, memorialista local que se dedica à história de Volta Redonda, afirmar que:

“As idéias e planos isolados de emancipação, passaram a ser coordenados e, em 1950 Lucas Evangelista de Oliveira Franco, em uma reunião da Loja Maçônica Independência e Luz II, destacou a necessidade do desmembramento de Volta Redonda, tornando-a uma cidade progressiva, liberta da categoria de Distrito de Barra Mansa”³⁴².

A importância da maçonaria para a realização da emancipação do distrito não foi desprezível. Porém, acreditamos que este não é o foco principal de nossa pesquisa. Além disso, a documentação da maçonaria não se encontra acessível e o que analisamos se limitou a alguns periódicos, revistas, entrevistas (obtidas ou realizadas) e obras historiográficas sobre Volta Redonda. Há muitas referências a maçons que atuaram pela independência do distrito, como o coletor estadual Lucas Evangelista Franco, presentes na literatura produzida sobre a emancipação do distrito, porém nos documentos que analisamos, principalmente nos pós-1954, notamos que há uma disputa pela paternidade da emancipação volta-redondense, da qual a maçonaria também faz parte:

“A partir de 1952 iniciou-se dentro da Maçonaria, sob a liderança do nosso Irmão Lucas Evangelista de Oliveira Franco, o movimento pró-autonomia do 8º distrito de Barra Mansa, para sua transformação no Município de Volta Redonda. Essa campanha tomou corpo, ganhou as ruas, e tendo contado com o trabalho dos políticos, dentre os quais havia maçons, culminou com a emancipação de Volta Redonda no dia 17 de julho de 1954.”³⁴³

Em janeiro de 1952, a Sociedade Amigos de Volta Redonda transforma-se em Centro Cívico Pró-Emancipação, “que deu início à coleta de assinaturas que deveriam acompanhar memorial a ser enviado à Assembléia Legislativa Fluminense, solicitando a realização de um plebiscito que definisse a posição dos eleitores sobre a emancipação”³⁴⁴. Há mudança de ação entre a Sociedade Amigos de Volta Redonda e o Centro Cívico Pró-Emancipação, pois o primeiro não fazia discurso emancipacionista e objetivava a reivindicação de melhorias para o 8º distrito, principalmente para a “Cidade Velha”. Segundo o Sr. Jamil Riskala: “buscávamos obter de Barra Mansa os melhoramentos que nós achávamos que tínhamos direito - ruas

³⁴⁰ Loja Maçônica Independência e Luz II. 1948-1981, 33 anos, Maçonaria, Volta Redonda. *Revista Agora*, s/v, s/n, 1981, p. 11,12.

³⁴¹ MOREL, op. cit., p. 251.

³⁴² ALKINDAR, Costa. Volta Redonda ontem e hoje. Visão histórica e estática. CD-ROM, 2004, p. 172.

³⁴³ Loja Maçônica Independência e Luz II. 1948-1981, 33 anos, Maçonaria, Volta Redonda. *Revista Agora*, s/v, s/n, 1981, p. 5.

³⁴⁴ MOREL, op. cit., p. 255.

calçadas, água, esgoto, árvores e iluminação...”³⁴⁵. Interessante se torna a comparação de Volta Redonda com a cidade de São Paulo no tocante à similaridade da existência, em um primeiro momento, dos Comitês Democráticos e, posteriormente, o surgimento de organização de estrutura parecida à Sociedade Amigos do Bairro.

De acordo com estudo de Adriano Duarte, a criação da SAB (Sociedade Amigos do Bairro) fazia parte de uma estratégia de aumento da composição social dos Comitês Democráticos Populares (CPDs). No caso de Volta Redonda, não constatamos um claro vínculo entre o Comitê e a Sociedade, porém houve consequência similar à indicada por Duarte: o esvaziamento do “ativismo local de suas conotações de esquerda”³⁴⁶. Como o PCB se distanciou da luta política a partir de 1948, buscando novas estratégias paralelas de ação até 1952³⁴⁷, ocorreu a desmobilização dos CDPs e com ele sua forma de agir, ou seja, a combinação entre a mobilização legal (através de encaminhamento de “abaixo-assinados e petições aos órgãos competentes”) e popular (organização de passeatas e visitas coletivas). Perdia-se o “papel pedagógico de visibilidade e mobilização popular”³⁴⁸.

Acreditamos que a luta realizada pela Sociedade Amigos de Volta Redonda pode não ter possuído vínculo direto com a mobilização da população local. A luta pela emancipação de Volta Redonda aparenta ser uma luta de bastidores, em que a influência político-partidária e laços pessoais tiveram peso maior do que o apoio popular, embora o último tenha existido. Somos levados a crer que a lógica de atuação da Sociedade Amigos de Volta Redonda não primava pela mobilização popular e este aspecto influenciou todo o processo emancipatório do distrito.

O mecanismo presente na forma de atuar das SABs era o da lógica clientelista. Segundo análise de Adriano Duarte, uma das interpretações poderia ser de que as benfeitorias, mesmo envoltas em uma luta coletiva, deveriam aparecer como dádivas intermediadas por “políticos generosos”³⁴⁹. Ao estudarmos o processo de emancipação do distrito notamos que essa é a lógica presente nas descrições sobre o processo de emancipação de Volta Redonda. Desde as primeiras tentativas há a construção de grandes figuras emancipacionistas, construção de “heróis” da emancipação. A atitude descrita para Lucas Evangelista Franco quando pronunciou: “Agora é comigo!”³⁵⁰, perante um de seus aliados que se declarava incrédulo com a causa e que informava-o sobre a derrota da primeira tentativa de emancipação na Assembléia Legislativa Fluminense, demonstra essa construção. Após esse episódio, mesmo com a morte de Lucas Evangelista a emancipação acontece.

A questão é complexa. Mesmo diante da força desse discurso construtor de “heróis”, não há como conceber uma situação de anomia por parte dos trabalhadores, haja visto que anos antes eles já se mobilizavam e atuavam por seus interesses, dentro e fora da usina. Se a emancipação engendraria maior poder de solução de seus problemas acreditamos que eles também deveriam estar envolvidos. Partilhamos da mesma opinião de José Álvaro Moisés quando este concebe clientelismo “(...) como expressão de forças sociais marcadas pelas peculiaridades históricas próprias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pela sua busca de articulação”³⁵¹. Para nós a complexidade histórica do pós-guerra implicava uma dinâmica social em que clientelismo e mobilização dos trabalhadores poderiam engendrar sinergia e autonomia de ação.

³⁴⁵ SOUZA, 1992, p. 41.

³⁴⁶ DUARTE, 2008, op. cit., p. 207.

³⁴⁷ SANTANA, 2001, op. cit., p. 33.

³⁴⁸ DUARTE, 2008, op. cit., p. 208..

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ ALKINDAR, op. cit. p. 163.

³⁵¹ José Álvaro Moisés [et. Al], op. cit., p. 25.

Mesmo admitindo que clientelismo é um conceito relacional, notamos que na maioria das vezes em que é usado há a implicação de supor que a ação política está em apenas um dos lados da relação. À população caberia o papel de “massa amorfa”, de passividade, enquanto aos políticos caberiam o papel de ação, da **luta** por benefícios e da concessão de favores, do usufruto da lógica da outorga. Se concebermos clientelismo como sinônimo de manipulação, “como se fosse capaz de descrever a realidade, o que se perde são as especificidades que o conflito de classe pode assumir em cada caso concreto, e os arranjos e as negociações políticas que dão forma a esses conflitos”³⁵². Nesse sentido, refutando clientelismo como mera manipulação é que acreditamos que clientelismo e mobilização dos trabalhadores, para o caso de Volta Redonda, eram cartas que poderiam ser utilizadas pelos atores sociais.

Colocadas estas considerações de cunho teórico acreditamos que possamos analisar como se deu a articulação entre as classes sociais ao redor do tema da emancipação.

3.2 Participação Popular e Interação Classista: Anomia?

A participação popular na emancipação é tema trabalhoso. De acordo com a maioria das obras oficiais, muitas editadas pela própria prefeitura, a população sempre **apoiou** a emancipação. Porém, não a encontramos a atuar na luta emancipatória direta, na organização e discussão de possibilidades do movimento. Aparentemente, não foi agente político do processo, os principais agentes da emancipação são profissionais liberais, figuras políticas, filiadas a partidos ou organizações como a maçonaria. Não se credita apatia aos trabalhadores, mas estes não são os emancipadores da cidade, embora sempre sejam citados como apoiadores, inclusive com mobilizações em prol da emancipação.

Se, de um lado, não se nega mas não se coloca a participação popular como evidente, de outro, existem pesquisas que apresentam a emancipação de Volta Redonda como um ato de emancipação de seu povo. Como se toda a população estivesse imersa em uma realidade desmobilizante, até o momento, e a emancipação passaria a ser o símbolo de rompimento com essa realidade, ou mesmo ser uma unificação da comunidade que tentava romper com as demais diferenciações excludentes³⁵³. A obra de Simone Alves Medeiros é um exemplo. A autora coloca a emancipação como se fosse um estágio superior de consciência para a população voltaredondense, mas para a análise da emancipação tem por base depoimentos, creditados ao “Projeto História Oral de Volta Redonda”, que em sua maioria utiliza relatos dos grandes medalhões da política local, muitos integrantes da maçonaria e do processo político de emancipação do distrito, citados apenas pelas iniciais de seus nomes.

A festa na Fazenda Retiro relatada pela autora, feita após a emancipação do distrito, é um bom exemplo da complexidade da análise sobre a questão da participação popular:

“É interessante vermos que a mobilização popular foi longa, porém vitoriosa. Este movimento poderia não ter frutificado, devido a vários entraves na sua caminhada, mas pelo contrário, foram se construindo ações diferenciadas até conseguirem o que tanto almejavam. Até mesmo as comemorações após a conquista foram construídas pela comunidade. Além da festa ao ‘estilo caipira’, também ocorreu a solenidade oficial, onde um Hino foi composto e musicado para a cidade e cantado por um coro composto de vozes de inúmeras pessoas de diferentes igrejas da comunidade”.³⁵⁴

³⁵² DUARTE, 2008, op. cit., p. 213.

³⁵³ MEDEIROS, Simone Alves de. A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973). Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em educação da UFF, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Confluência: Trabalho e Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 157.

³⁵⁴ Idem.

Segundo obra (apoiada pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda) de Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama, que tem como foco a trajetória de Sávio Gama, seu pai e primeiro prefeito de Volta Redonda, a festa comemorativa da emancipação possui conotação diferente. Seria fruto do esforço e dedicação de Sávio Gama que aplica recursos de seu próprio bolso na causa emancipacionista. Poderia se tratar, portanto, de uma tentativa de cooptar a mobilização popular, Sávio Gama seria o principal candidato a prefeito da nova cidade, e foi o realizador e o financiador do evento. Segundo Maria Cecília:

“(…) Podemos dizer que ele financiou a emancipação de Volta Redonda, além de usar em benefício da causa, não só as suas amizades e conhecimentos políticos, como sua Fazenda do Retiro para reuniões, comícios, churrascos e, finalmente a grande festa da vitória, comentada pela maioria dos amigos que lá estiveram.”³⁵⁵

A emancipação de Volta Redonda é tingida por disputas. A construção da memória local e da aparente tentativa de se estabelecer uma versão oficial da história da cidade complica bastante o entendimento do período. A análise da mobilização e articulação ao redor da caminhada emancipacionista desenvolvida na Assembléia Legislativa Fluminense deve nos ajudar a fugir da discussão sobre a memória local e suas versões e nos apresentar outras possibilidades de análise da participação popular.

O caminho para uma emancipação política e administrativa seguia alguns requisitos estipulados pela Constituição de 1946, como “conseguir a realização de um plebiscito, que deveria ser autorizado pela Assembléia Legislativa. Em caso de derrota no plebiscito, uma nova consulta popular só poderia ser realizada no prazo de cinco anos”³⁵⁶. Em Volta Redonda o processo de autorização para a realização do plebiscito foi iniciado com a entrega, em 1952, de um memorial organizado pelo Centro-Cívico Pró-Emancipação, com 6.019 assinaturas válidas à Assembléia Legislativa³⁵⁷. O plebiscito é autorizado e realizado em 1953, e o resultado foi de 2.809 votos a favor, com 24 votos contra³⁵⁸, ou seja, o número de votantes no plebiscito é menor do que o número de pessoas que assinaram o memorial para a Assembléia, fato minimamente estranho que levanta alguns questionamentos.

Em 1950, o distrito contava com 35.964 habitantes. Para além do número reduzido de participantes no abaixo-assinado que acompanhou o memorial, o que nos surpreende é o número bem inferior que o plebiscito apresentou. E foi com esse número que a emancipação foi aprovada pela Assembléia. Acreditamos que as forças políticas locais, lideradas pelo PSD de Sávio Gama, envolvidas no processo de emancipação do distrito tivessem o pragmatismo como forma de ação.

Segundo relato da Sra. Orsina Prado, eleita vereadora petebista por Volta Redonda com 247 votos, que participou tanto da coleta de assinaturas para o memorial quanto do processo plebiscitário: “(…) todos os dias, de casa em casa, de bairro em bairro, com todas as dificuldades, acabamos por encontrar o número indicado de eleitores”³⁵⁹. Essa foi a lógica empregada na coleta de assinaturas do abaixo-assinado e acreditamos ser a mesma utilizada no plebiscito, pois “atingindo a quantidade mínima estipulada pela Lei Orgânica das Municipalidades, deveria a Câmara de Deputados Estaduais aprovar o projeto de Emancipação Política”. O trabalho da Sra. Orsina na Assembléia foi de fiscalizar os

³⁵⁵ GAMA, Maria Cecília Fontainha de Almeida. Sávio Gama: Fotos que contam a sua história. Volta Redonda: PMVR/SMC, 2004, p. 71.

³⁵⁶ FONTES, op. cit., p. 285.

³⁵⁷ ALKINDAR, op. cit., p. 165.

³⁵⁸ MOREL, op. cit., p. 257.

³⁵⁹ ORSINA: 1ª MULHER POLÍTICA DE V.R. *Opção*, s/d de março de 1978. Ano V, s/n, p. 8. Grifo Nosso.

deputados, avisando ao “Wandir de Carvalho ou Sávio Gama qual o deputado que deixava o plenário durante a votação, provocando a falta de quorum e conseqüente suspensão votacional”³⁶⁰.

Antes de passarmos às possíveis explicações do baixo número de participantes no plebiscito, gostaríamos de analisar alguns nomes presentes no parágrafo anterior. Wandir de Carvalho era conhecido loteador, mesmo antes da emancipação da cidade. Na política, se envolveriam diretamente seus irmãos Wammyr de Carvalho e Wanildo de Carvalho. O primeiro será suplente de vereador pelo PTB na Câmara de Volta Redonda, na primeira legislatura³⁶¹. O segundo concorrerá ao cargo de Deputado Estadual em 1962, também pelo PTB³⁶² e posteriormente será prefeito de Volta Redonda. Sávio Gama, como já citado anteriormente, era presidente do PSD em Barra Mansa, e um dos principais articuladores políticos e financiador da emancipação. A relação entre PTB e PSD na articulação política pela emancipação de Volta Redonda se estreitará ao longo do processo na Assembléia Legislativa, mas já se demonstrava efetiva dentro do distrito, haja visto que vários vereadores moradores de Volta Redonda, atuando sob ambas legendas se articulam pela emancipação. A citação dos nomes de Wandir e Sávio a atuar juntos na Assembléia pode nos evidenciar o quanto houve de envolvimento pessoal e de participação partidária.

Voltando à participação popular, concordamos com Regina Morel que uma das explicações plausíveis para o baixo número de assinaturas e votantes em relação ao número de habitantes deve ter causa no fato de que “só puderam votar aqueles residentes portadores de título eleitoral”³⁶³. Ademais, como Volta Redonda era um distrito composto basicamente de migrantes, consideramos haver similaridade com o caso do bairro São Miguel Paulista, estudado por Paulo Fontes, pois, assim como lá, os recém-chegados poderiam influenciar no menor número de inscritos para votar e que “a provável maior presença de analfabetos sem direito de voto” rebaixava ainda mais a proporção de eleitores³⁶⁴. Em entrevista que realizamos, isso ficou evidente, pois quando interpelamos a Sr. Maria do Carmo do Rosário, moradora da “Cidade Velha”, sobre sua participação na emancipação e na eleição municipal ela declarou que: “Na época não votava não, depois é que tirei meu título (...). Ser cidadã, ao menos meu nome eu sei tirar”³⁶⁵.

Um pequeno percentual de participação da população é notado no plebiscito. Se comparado aos 35.964 habitantes da cidade, são 8%. Mesmo que concebêssemos que a população local se restringia aos 11.516³⁶⁶ eleitores participantes do primeiro pleito eleitoral (1954), teríamos um percentual de 24% da população a participar do plebiscito. Acreditamos que esses percentuais levaram Morel a conceber que essa situação “reflete também o baixo nível de mobilização da população local”³⁶⁷. Porém, consideramos que o número de participantes possa não indicar o número de mobilizados.

Como somos partidários de que o espaço urbano e fabril se articulavam como duas vertentes complementares, consideramos que as estratégias utilizadas nos bairros e nos próprios lares dos trabalhadores eram tão importantes como o processo político no momento da emancipação. Então, não podemos desconsiderar alguns pontos, tais como: a força da identidade construída e vivenciada pela população do distrito, o apoio da CSN à emancipação e a influencia do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Câmara Municipal de Volta Redonda, op. cit., p. 4.

³⁶² CARDIANO, op. cit., p. 98.

³⁶³ MOREL op. cit., p. 257.

³⁶⁴ FONTES, op. cit. p. 179.

³⁶⁵ Maria do Carmo Rosário Claudino do Rosário, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de agosto de 2009.

³⁶⁶ MOREL, op. cit., pp. 258, 259.

³⁶⁷ Idem, p. 257.

“Eu dizia: ‘Fala para todo mundo que você é de Volta Redonda graças a Deus.’ Nós não éramos município, aqui era distrito. Era uma vergonha porque Barra Mansa não olhava aqui para nós. Mas eu sempre fiz questão que minha filha nascesse aqui”³⁶⁸. O relato demonstra o quanto a identidade dos voltarredondenses já havia se constituído em contraposição à cidade de Barra Mansa, e o apelido **arigó** que era utilizado para identificar os mineiros que vieram para trabalhar na CSN acabava por ser uma identificação para os moradores do distrito, o que “(...) acentuava, entre os moradores (...), uma certa imagem de ‘segregação’ e estigmatização, por outro, reforçava a construção da idéia de uma comunidade específica com uma identidade comum”³⁶⁹.

A polarização de identidades chegou a adentrar o lazer. Sempre houveram disputas entre as escolas de samba de Volta Redonda e Barra Mansa. Em fevereiro de 1954, antes da emancipação, a escola de samba do Sr. Djalma (Unidos do Acampamento) que já havia se consagrado campeã em Volta Redonda disputaria o carnaval em Barra Mansa, o que era comum. Ao se reunir com o Sr. Sebastião Alves, provável organizador do carnaval no município sede, recebeu a informação de que o prefeito de Barra Mansa gostaria que as escolas apresentassem carros alegóricos e estes contariam pontos. No desfile, as escolas de Barra Mansa não apresentaram os carros e, segundo o Sr. Djalma, seus representantes até vieram cumprimentá-lo, pois a Unidos do Acampamento foi a única a ter um carro. Porém a comissão de carnaval avisa pelo alto-falante que os carros alegóricos não contariam mais pontuação e não havia ninguém do distrito no júri. O Sr. Djalma reage:

“Perdi a linha, o carretel... Fui lá em frente da comissão no palanque. Eu disse: ‘Mas escuta, houve uma reunião da comissão com as escolas de samba, dizendo que carro alegórico ia contar ponto. Gastei naquela época 36 mil cruzeiros, que era dinheiro, e agora você vem me dizer que carro alegórico não vai contar ponto’. Já sei que nós vamos perder para as escolas de samba de Barra Mansa. E ainda mais, se tiver um bloco de sujo... Mas não é bloco de sujo limpo, não. Bloco de sujo de merda, de cocô, disputar com a minha escola vai ganhar. Nós vamos perder para esse bloco. (...) Quando foi segunda feira, às duas horas saiu o resultado: Primeiro lugar, Boêmios do Morro [Barra Mansa], segundo lugar, Acampamento”³⁷⁰.

Para além da identidade contrária à identidade barramansense, encontrada no exemplo acima e que permeava a vida cotidiana, não será desprezível o apoio que a própria CSN dará à emancipação (trataremos deste assunto no próximo tópico) e a usina tinha razões econômicas e sociais para sustentar seu apoio, além disso, ela não cerceará a ação do sindicato que também terá se incorporado ao discurso emancipacionista. Aliás, o sindicato era pólo de atração dos trabalhadores e dos comunistas, mesmo na gestão de Allan Cruz (iniciada em 1951), acusada de possuir caráter assistencialista. Allan Cruz, filiado ao PSD, partidário da emancipação e amigo de Sávio Gama, argumenta: “Nós conseguimos emancipar Volta Redonda participando o sindicato. Volta Redonda foi emancipada, grande parte deve-se ao sindicato, compreendeu? Nós buscamos um líder que poderia dar a força, fomos buscar o Sávio Gama, não é?”³⁷¹.

Por todos esses fatores que vão desde a criação de uma identidade popular alternativa a do município sede, passando pelo apoio da CSN à emancipação e pelo apoio do sindicato, acreditamos que o envolvimento dos trabalhadores-moradores não foi pequeno, mesmo

³⁶⁸ RAMOS, op. cit., p. 17.

³⁶⁹ FONTES, op. cit., p. 174.

³⁷⁰ Djalma, hoje advogado, conta renúncia na presidência da CMVR. *Gazeta do aço*, 24 a 30 de julho de 1981, p. 10. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

³⁷¹ CRUZ, op. cit., p. 41.

porque a emancipação poderia soar como uma das alternativas possíveis de melhoria de suas condições de vida. Talvez o baixo índice de participação (nas assinaturas que acompanharam o memorial e no plebiscito) possa ser explicado pela atuação da liderança política. Esta guiava-se pela estratégia de utilização de ações pragmáticas, pautadas em fazer o mínimo necessário para a concretização do processo, o que evitava maior desgaste político. Portanto, se preocupava mais com as questões da esfera político-burocrática do que em demonstrar, ou evidenciar que tinham o apoio popular, embora o momento pós-emancipação dependesse deste apoio para o sucesso desta mesma liderança no pleito eleitoral.

Com a grande diversificação verificada na composição social do distrito, que trazia em seu bojo o surgimento de uma complexidade de interesses de grupos diversos (trabalhadores, políticos, empresários que se instalam na localidade, comerciantes, especuladores e loteadores), a CSN gradativamente vai perdendo seu monopólio político, e os grupos mais organizados politicamente serão os mais aptos a assumirem a liderança da política local.

Mesmo que os líderes políticos do movimento pela emancipação viessem a ser os grandes beneficiados, pois executariam políticas que atendessem a seus interesses e a de seus grupos de apoio, a população local via na emancipação a forma de melhoria de suas condições de vida. Experiências anteriores, como as realizadas pelo Comitê Democrático, a eleição de candidatos que representavam o distrito, as manifestações por melhores condições de trabalho e vida e até mesmo a eleição de um comunista para a Câmara de Vereadores de Barra Mansa demonstram que a representação política também era vista como forma de mudança da realidade, de atendimento de demandas. Essa atitude, aos nossos olhos, credencia a luta dos trabalhadores do distrito a ser reconhecida como forma de expansão de sua cidadania. As questões urbanas se transformavam em um “pólo importantíssimo de aglutinação de luta por direito”³⁷².

Diante desse complexo quadro é que acreditamos que a emancipação de Volta Redonda foi conseguida através de uma complicada teia de alianças. Pois se era preciso uma grande organização política-partidária para fazê-la, os trabalhadores não a tinham. O momento vivido pela emancipação propiciava tanto que “elementos unificadores de classe, expressos em bandeiras de luta e campanhas gerais, se articulassem de forma orgânica ao processo político”, quanto ocorresse o afloramento de “tensões e conflitos existentes em seu interior, envolvendo distintas concepções, estratégias e parâmetros éticos”³⁷³. As lutas realizadas pelos trabalhadores para suprir suas necessidades, às vezes básicas, revelam a dimensão da “insegurança estrutural”³⁷⁴ que envolvia a todos. Na busca por estratégias de superação dessa realidade, em um cenário político-eleitoral, a emancipação poderia ser indício da construção de um novo caminho, de superação das dificuldades. Para atingi-la, concebia-se a participação e interação de outras classes sociais e representações políticas, possibilitando alianças entre esses grupos sem que os trabalhadores permanecessem passivos e subordinados aos líderes carismáticos do período³⁷⁵.

Acreditamos que o caso da emancipação possa ser um exemplo de interação e mobilização entre classes, pois se os trabalhadores não possuíam as ferramentas que viabilizariam a emancipação do distrito, tiveram de conciliar seus interesses com a classe que já havia se organizado politicamente. Porém, esta última receberia os louros da emancipação. Dizemos isso, pois ela, ao longo das eleições no novo município, consegue emplacar vários “emancipadores” como políticos eleitos da cidade. Esses, ao estabelecerem uma política de atendimento das demandas populacionais, antes (quando muitos deles ainda eram vereadores

³⁷² FONTES, op. cit., p. 290.

³⁷³ FORTES, op. cit., p. 441.

³⁷⁴ Reflexo da vida da classe trabalhadora se comparada a outras classes, pois esta não possui recursos próprios e enfrenta uma maior situação de insegurança social e econômica em seu cotidiano. SAVAGE, op. cit., p. 33.

³⁷⁵ FORTES, op. cit., p. 439.

de Barra Mansa), durante e depois do processo emancipatório, construíram uma relação com sua **clientela política**. Se clientelismo é um termo relacional, por que não podemos analisá-lo com olhar menos pejorativo, como elemento da realidade que se apresentava?

Wanderley Guilherme dos Santos refuta a visão de uma relação clientelista direta entre políticos e eleitores, depositando o poder da distribuição dessa política nas mãos dos tecnocratas, da instância intermediária³⁷⁶. No entanto, consideramos que mesmo que os políticos não sejam os executores diretos dessa distribuição de benefícios, são encarados pela população como os responsáveis por ela. Para elucidar essa lógica de clientela, utilizaremos o relato do Sr. Jorge Loretti, atuante na política estadual desde a década de 1940 e que, do alto de sua experiência de mais de 40 anos de vida política, declara:

“Vamos colocar as coisas com precisão: eleições municipais são eleições de clientela. Os vereadores que devem ser eleitos não estão pensando absolutamente nas posições políticas do presidente da República (...), muito menos no quadro institucional. Estão preocupados em botar uma bica d'água, calçar uma rua, porque isso é o que lhes dá voto. E o povo também tem essa preocupação.

A política envolve muito profissionalismo. E esses vereadores e deputados que são sucessivamente reeleitos vivem ininterruptamente no sentido de obter votos e ter êxito na eleição; seu trabalho é só esse. Por isso eu dizia que é uma eleição de clientela”³⁷⁷.

O relato de Loretti evidencia a lógica do pragmatismo político-eleitoral, o atendimento de demandas, muitas vezes, está envolto na conquista de clientela, mas este é apenas um dos lados do problema. Acreditamos que o cenário político-eleitoral do pós-1945 abriu caminho para as reivindicações pautadas em movimentos organizados e essas mobilizações podem ser encaradas como fruto da relação entre a população e os políticos de então.

O momento pós-emancipação evidencia a mobilização e reivindicação da população, que não permaneceu passiva à espera dos benefícios de uma política que a encarava como clientes. Se utilizarmos somente a Ata da Câmara de Volta Redonda, notamos: um abaixo-assinado com 1.316 assinaturas dos moradores do Acampamento Central, solicitando uma nova linha de ônibus para o bairro, isso em 1955, um ano após a emancipação; em 4 de junho de 1957, nova solicitação de melhoramentos urbanos (água e luz), porém agora são os moradores do Morro dos Atrevidos que se mobilizavam devido ao não cumprimentos de promessas eleitorais; e “em 3 de junho foi lido no plenário, abaixo assinado de 1500 moradores do Conforto solicitando providências relativas à poluição causada pela Cia de Cimento Vale do Paraíba”³⁷⁸.

Duas das reivindicações partem de bairros agraciados pela política paternalista da usina (como o Conforto e o Acampamento Central, este mais precário), se utilizarmos caminho unilateral e concebermos os moradores desses locais enquanto clientes da CSN, pois a empresa os agraciava com água, luz e urbanização, não conseguiremos entender como esses mesmos moradores-eleitores reivindicam melhorias, refutando a idéia de que na cidade da usina tudo estava dentro de um ambiente paternalista e sem mobilizações.

No contexto de emancipação do distrito que englobava um desejo comum, pautado na autonomia política e implementações urbanas, o envolvimento dos trabalhadores conseguiu imprimir perspectiva que “ultrapassava a sua dimensão estritamente econômica-corporativa e atingia a dimensão política”³⁷⁹. Assim, diante da realidade que se apresentava, mobilização e

³⁷⁶ SANTOS, op. cit., p. 59.

³⁷⁷ Ignez Cordeiro de Farias (Coord.), op. cit. p. 43.

³⁷⁸ SOUZA, 1992, op. cit., p. 70.

³⁷⁹ José Álvaro Moisés [et al.], op. cit., p. 23.

clientelismo faziam parte das estratégias políticas e sociais. Contudo um estranhamento se faz necessário. Um dos atores principais da década de 1940, o PCB, aparentemente não participou ativamente do processo político-partidário pró-emancipação. Onde estavam os comunistas durante o processo?

3.3 Tentando Seguir o Rastro dos Comunistas

A presença dos comunistas para a época da emancipação é questão intrigante, não encontramos volume considerável de documentos como os encontrados para a década de 1940.³⁸⁰ Sobre o tema específico da emancipação, a documentação sobre os comunistas é praticamente inexistente. Não há referência a esse tema nos documentos encontrados. Porém possuímos registros de sua atuação em outras áreas e acreditamos que cruzando as informações com a bibliografia sobre o tema possamos chegar a possibilidade plausível de ação. Começamos pela atuação dos comunistas em Volta Redonda, no pós-1948, ano em que os mesmos soltam um manifesto que reconhece o fechamento do regime durante o governo Dutra³⁸¹.

Allan Cruz, eleito presidente do SMVR em 1951, relata que possuía divergências com os comunistas dentro do sindicato, principalmente nas assembleias. Os comunistas não faziam parte da chapa sindical eleita, porém, segundo Allan, os comunistas “faziam uma encrenca muito grande, porque eles pediam coisas absurdas que a gente não ganhava na Justiça. Eles pediam às vezes reivindicações que não podiam, compreendeu? Não tinham direito”³⁸². Ainda segundo ele, foi através de suas discussões e estratégias que as reivindicações comunistas começaram a cessar. O nosso interesse maior no relato acima está em constatar que os comunistas estavam presentes entre os trabalhadores na década de 1950, polarizando discussões e tentando sair da lógica da legalidade, ou de uma cidadania regulada pelo que era estipulado pelas leis. Acreditamos na possibilidade de que este discurso tenha surtido efeito entre os trabalhadores e essa situação não seria aceita nem pela direção da CSN nem pelo governo federal.

No governo Dutra, durante a escalada repressiva contra o PCB, encontramos o caso de um assassinato de militante comunista em Volta Redonda. Em 1951, é preso e assassinado Júlio Cajazeiras. O jornal *Imprensa Popular* coloca o assassinato como parte da escalada local de repressão policial³⁸³. Já em 1953, com a implementação do Plano B de expansão da CSN, o ritmo de trabalho aumenta, acidentes e insatisfações aparecem em vários locais da usina. A situação assim foi denunciada pelo periódico *Imprensa Popular*:

“Isto acarreta um excesso de trabalho forçado e os operários são obrigados pelos ianques a trabalhar até 20 horas consecutivas nas pontas das chaminés e em outros lugares de grande perigo. Este esforço sobre humano tem ocasionado a morte quase diária de um operário, enquanto outros adoecem gravemente ou ficam loucos, como o caso do trabalhador Francisco que teve acesso de loucura por excesso de trabalho”³⁸⁴.

³⁸⁰ A documentação mencionada encontra-se nos seguintes arquivos: APERJ, Fundo DPS; no AMORJ, Coleção CSN, Acervo Regina Morel e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), arquivo Getúlio Vargas.

³⁸¹ Manifesto de Janeiro de 1948. SANTANA, op. cit., p. 68.

³⁸² CRUZ, op. cit., p. 31, 32.

³⁸³ PRESO UM DOS ASSASSINOS DE JULIO LOPES CAJAZEIRA: O tenente fascista Hélio Régua Barcelos, porém, encontra-se em liberdade – Substituído o comandante da 1º BIB – Nomeado delegado em Barra Mansa conhecido facínora de Cabo Frio. *Imprensa Popular*, 05/02/1952. APERJ, Fundo PDS, Notação: 528, Tipo: Recortes de Jornal.

³⁸⁴ Engenheiros Ianques Implantam o Trabalho Forçado em Volta Redonda: Há operários que trabalham até 20 horas consecutivas nas pontas das chaminés e em outros lugares de perigo – O trabalhador Francisco

O ritmo exagerado e os acidentes inspiraram ações como a seguinte pichação no alto-forno: “Enquanto o alto-forno jorra milhões de toneladas de ferro, os chefes ganham a Girafa e nós ganhamos as Minhocas”³⁸⁵. A girafa era a premiação sobre a participação nos lucros da empresa e como fica evidente, os operários não a recebiam. Consideramos que a pichação pode ter sido realizada por integrantes do PCB, pois o regime encontrado dentro da empresa era quase um estado policial. Ou seja, era necessário um aparato para planejamento e execução de tarefa tão arriscada. Porém, mesmo que a ação tenha partido de um trabalhador insatisfeito sem vinculação partidária, o exemplo dele não deveria ser seguido e como para o governo a responsabilidade por esse tipo de ação sempre caía sobre os comunistas, a tendência repressora aumentava.

Em documento encontrado no Arquivo Getúlio Vargas, podemos visualizar com maior clareza as estratégias comunistas para o pleito eleitoral nacional de 1954. Há referência a um conjunto de legendas, de possíveis alianças a outros partidos. O documento possui nomes de possíveis candidatos comunistas para o Senado, deputados, vereadores e já na primeira página há a citação de Feliciano Eugênio Neto, trabalhador da CSN e dirigente comunista, que concorreria a deputado estadual com legenda ainda a ser decidida³⁸⁶. Contudo, verificamos que o Sr. Feliciano não concorreu a deputado estadual em 1954, mas sim em 1950, sob a legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), quando obteve 917 votos³⁸⁷. O documento continua com lista de possíveis candidatos a vereador por Barra Mansa, nenhum deles foi eleito³⁸⁸. Não há menção sobre Volta Redonda, mas como o documento não possui dia e mês, existindo somente o ano de sua publicação, acreditamos que a emancipação do distrito tenha ocorrido depois.

O mesmo documento evidencia uma estratégia comunista que revela o interesse do PCB nas eleições de 1950. Segundo ele, a estratégia eleitoral nacional do PCB se baseava nos comunistas possuidores de títulos de eleitor, pois militantes maiores de 18 anos se apressavam para tirar seus títulos objetivando exercer seu direito ao voto e fazer parte da lista de eleitores para obter a legalização de legenda perante a Justiça Eleitoral. Com isso, o PCB conseguiria o registro de qualquer organismo político a ser utilizado para contornar a ilegalidade do partido³⁸⁹.

Mesmo sob um meio repressor, acreditamos que o raciocínio dos comunistas em Volta Redonda possa ser similar ao dos comunistas de São Miguel Paulista, ou seja, a sua postura era de se aliarem a outras forças consideradas progressistas e participar da campanha. “Além das possibilidades de influenciar a eleição de um futuro prefeito na localidade e de eleger vereadores”³⁹⁰, havia entre os pecebistas e militantes de esquerda o debate sobre a mudança de destino do local emancipado, dos planos a serem implementados no distrito transformado em cidade, o que no caso de Volta Redonda era um elo conciliador de classe.

Pautando-nos no interesse político-nacional do PCB nas eleições, consideramos que pode ter ocorrido uma potencialização do interesse político pecebista na emancipação do

Enlouqueceu – Pichamento num alto forno. *Imprensa Popular*, 29/11/53. APERJ, Fundo PDS, Notação: 1967, Tipo: Recortes de Jornal.

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ CPDOC/FGV: Arquivo Getúlio Vargas. Localização eletrônica: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\GV_Confid\GV_Confid_2.DocPro&Pasta=&PagLog=&Pesq=&PagFis=, p.1. Acessado em 05/05/09.

³⁸⁷ CARDIANO, op. cit., p. 47.

³⁸⁸ CPDOC/FGV: Arquivo Getúlio Vargas. Localização eletrônica: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\GV_Confid\GV_Confid_2.DocPro&Pasta=&PagLog=&Pesq=&PagFis=, p.4. Acessado em 05/05/09.

³⁸⁹ Idem, p.7.

³⁹⁰ FONTES, op. cit., p. 293.

distrito. Não nos esqueçamos que foi justamente em Volta Redonda que o PCB conseguiu votação expressiva para a eleição de um deputado federal constituinte, Alcides Sabença, em 1946, e, posteriormente, elegem um vereador em Barra Mansa, pelo PSD, o Sr. Henrique Manoel Ferreira, em 1947. Com base nas listas de possíveis candidatos do PCB e em seu sucesso eleitoral no distrito, acreditamos que os comunistas poderiam estar se articulando pela emancipação, embora não os detectemos entre o grupo de emancipadores (a maioria maçons) ou no processo político-partidário pró-emancipação, realizado localmente na Câmara Municipal de Barra Mansa e dentro da Assembléia Legislativa Fluminense.

3.4 Comparações: os Movimentos de Emancipação em Volta Redonda e em Outras Áreas Industriais.

Durante a pesquisa realizada sobre Volta Redonda tivemos acesso a outros materiais que também descreviam processo de emancipação de antigos distritos, tenham eles alcançado seus objetivos ou não. Acreditamos que a realização de comparação entre esses casos possa ser uma contribuição interessante. Os processos de emancipação com os quais pretendemos articular nossa comparação são os ocorridos em Contagem, Ipatinga, Osasco e São Miguel Paulista. Os locais citados não são considerados **modelos** tipológicos, mesmo quando apresentam similaridade em seus processos constitutivos. Concebemos essas comparações como fruto da curiosidade do pesquisador e gostaríamos de no futuro, com base em material mais elaborado continuarmos esse processo.

Contagem e Osasco foram tema de artigo de Weffort³⁹¹ que objetivava analisar as greves ocorridas nessas cidades em 1968. O autor deixa evidente que seu artigo foi escrito com a utilização de dados parciais e muitas vezes incompletos³⁹². Porém, durante a construção do histórico das cidades, o autor deixa informações interessantes sobre como se deram suas emancipações (Osasco em 1962, Contagem em 1963). Como as duas cidades eram distritos de grandes capitais, respectivamente São Paulo e Belo Horizonte, e possuíam localização geográfica que ajudou no processo de diversificação social de sua composição em relação a Volta Redonda, consideramos ser interessante compará-las com nossa cidade do interior.

A cidade de Ipatinga³⁹³, emancipada em 1962, nos chamou a atenção pela sua similaridade com Volta Redonda, que contemplou a criação de uma grande indústria como a USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) e a implementação de uma comunidade industrial isolada. Já o de São Miguel Paulista³⁹⁴, por seu insucesso na emancipação, embora comungue da mesma condição das cidades analisadas por Weffort: um distrito de uma grande capital (São Paulo). Além disso, São Miguel possui sua primeira tentativa de emancipação em 1953, mesmo ano do sucesso na emancipação voltaredondense.

Tanto em Volta Redonda e São Miguel quanto em Ipatinga, as empresas que se estabelecem não encontram no local grande quantidade de pessoas. A mão de obra se desloca para a região e cresce um núcleo populacional ao redor da empresa. Cria-se uma cultura de identificação, reforçada pelo isolamento, entre os trabalhadores. Cultura esta que não passa despercebida pelas empresas que criam e aplicam a noção de família empresarial, como a

³⁹¹ WEFFORT, Francisco. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972.

³⁹² Idem, p. 10.

³⁹³ CHRYSOSTONOS, Maria Isabel de Jesus. Um projeto de cidade-indústria no Brasil Moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964). In: Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 109-134, jan./jun. 2008, pp. 109-134.

³⁹⁴ FONTES, op. cit., 2008.

família siderúrgica em Volta Redonda, família nitrina em São Miguel e conceito bem similar em Ipatinga: o “Homem Usiminas”, criatura e criador da “Cultura-Usiminas”³⁹⁵.

A similaridade entre os casos se dá principalmente pelo fato dos organizadores dos movimentos pró-emancipação enxergarem a falta de implementações urbanas como sinônimo de abandono do poder político local: “sem rede de água, esgoto e energia elétrica, além de grande precariedade de transporte urbano”³⁹⁶. Contudo, enquanto para o caso de Volta Redonda consideramos difícil a detecção da participação popular na organização política do movimento emancipacionista, a pesquisa de Paulo Fontes consegue evidenciar essa relação direta entre a organização da emancipação e o movimento pela mesma³⁹⁷.

Não conseguimos dimensionar, pelo material a que tivemos acesso, como a participação popular se processou em Ipatinga, mas havia “um espaço de poder, espaço este que foi sendo construído por grupos que passaram a ter interesses particulares na área”³⁹⁸. Acabamos concebendo a possibilidade da emancipação em Ipatinga ter similaridade com a de Volta Redonda quando analisamos que os grupos de maior organização político-partidária aparentam ser os mesmo que terão maior sucesso político na gestão municipal, porém a questão de como a empresa sediada na cidade se comportou diante do processo é ponto em aberto.

A postura das indústrias de Volta Redonda e São Miguel se demonstraram diferentes. A maior empresa do distrito de São Miguel era a Nitro Química, uma empresa privada, que se posicionou contra o movimento pela emancipação e “parece ter desempenhado papel fundamental para a derrota dos autonomistas no plebiscito”³⁹⁹. Sua oposição não se limitou a uma declaração. Fez ameaças e promessas aos trabalhadores, além de tentar controlar e aplicar estratégias de sabotagem da eleição. Muitos locais de votação ficaram dentro das dependências da empresa o que facilitava a ação de cooptadores da mesma; e a empresa chega a alugar vários táxis do bairro, o que tirava parte do transporte dos participantes do plebiscito⁴⁰⁰. Como o bairro se estruturou ao redor dessa empresa o peso de sua decisão e estratégias não poderia ser desprezível. A postura da empresa, juntamente ao confuso cenário político que se desenha (eleições municipais, estaduais e interesses econômicos) são fatores que corroboraram para o insucesso da emancipação de São Miguel Paulista.

Em Volta Redonda, a CSN se posiciona ao lado do movimento emancipacionista. Consideramos, como também o fez Morel⁴⁰¹, que parte da estratégia da usina na contenção de custos passava pela diminuição de sua política de socialização de benefícios, a ela destinada no papel de empresa estatal. A empresa queria se desvincular de suas responsabilidades com os equipamentos urbanos e tinha motivos econômicos para isso.

Desde o início da década de 1950, a empresa vinha perdendo sua isenção tributária e seus incentivos fiscais locais: em 1951, perde isenção tributária federal; em 1952 e 1953, perde isenções estaduais no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. “Os tributos municipais por sua vez, sempre estiveram sob negociação tanto com a Prefeitura Municipal de Barra Mansa, até 1954, quanto com a de Volta Redonda, depois da emancipação do município”⁴⁰².

³⁹⁵ CHRYSOSTONOS, op. cit., p. 131.

³⁹⁶ Idem, p. 132.

³⁹⁷ “Dezenas de reuniões, manifestações, comícios e atividades pleiteando a autonomia seriam realizadas mobilizando a população local em um intenso debate sobre as alternativas e destinos da comunidade”. FONTES, op. cit., pp. 284- 296.

³⁹⁸ Chrysostonos, op. cit., p. 118.

³⁹⁹ FONTES, op. cit., p. 288.

⁴⁰⁰ Idem, p. 289.

⁴⁰¹ MOREL, op. cit., p. 258.

⁴⁰² Lopes, op. cit, p. 101.

Morel ainda descreve processo de racionalização da produção que visava diminuir o impacto da perda de isenções pela usina⁴⁰³. Lopes acrescenta que as “novas casas”, chamadas de balancinhos (pequenos prédios geminados) pela população, construídas durante a execução do plano de expansão B, iniciado em 1953, dentro da lógica de racionalização, diminuição e aproveitamento do espaço urbano, demonstravam “o esgotamento progressivo do modelo paternalista de gestão da urbanística patronal”. Assim:

“o relatório desse plano de 1953 refere-se explicitamente às pretensões da Direção Industrial da empresa de ‘promover a venda dos imóveis da cidade existente, dos terrenos da futura cidade e passar à Administração Municipal o encargo da manutenção dos logradouros públicos e dos melhoramentos urbanos’⁴⁰⁴.

Ao nos depararmos com a postura das indústrias em ambos os casos, somos levados a acreditar que a decisão das mesmas em relação ao movimento de emancipação foi fundamental para o resultado obtido.

Mesmo que na composição social de Contagem os trabalhadores não tenham vivenciado o isolamento industrial, encontramos similaridade no processo emancipador desta cidade com o de Volta Redonda. Como vimos, um dos motivos de apoio da CSN à emancipação de Volta Redonda se pautou na redução do preço de seus custos e esse parece ser o mesmo raciocínio dos industriais de Contagem que objetivavam a emancipação. Eles queriam que a “‘Cidade Industrial’ - cidade planificada pelo governo estadual e dotada de recursos urbanos”⁴⁰⁵, fosse incorporada à nova cidade emancipada.

A participação dos industriais de Contagem no movimento emancipacionista evidencia a complexidade da composição social desses movimentos. Weffort já havia constatado que a importância do sindicato em meio a vida social local dificilmente poderia ser encontrado em uma sociedade de composição social diversa⁴⁰⁶. Não encontramos dados no material de pesquisa que refutem tal raciocínio. Aliás, compreendemos que ele pode ser aplicado nos casos de Volta Redonda e São Miguel, pois os sindicatos realmente se envolveram no movimento emancipacionista e credenciamos a eles a possibilidade, mesmo em momentos e distritos diferentes, de grande atividade mobilizatória.

Tanto no caso de São Miguel⁴⁰⁷ quanto no de Volta Redonda fica evidente a participação do sindicato e, conseqüentemente, a possibilidade da participação dos trabalhadores (filiação a ele ou não). Mas o ponto mais curioso da composição social desses movimentos é a constante mobilização da classe média que, no caso de Volta Redonda, se apoiou no aparato de rico empresário. De acordo com nossa análise, esses setores conseguiram uma organização político-partidária mais efetiva para as estruturas do poder oficial que os trabalhadores. Atuando dentro do jogo político-eleitoral, em um contexto de abertura democrática, de competição pelo voto e sensibilidade em relação aos movimentos populares organizados.

No caso de Osasco e Contagem a campanha pela autonomia municipal sempre esteve sob a liderança das classes médias locais, o que muda de uma cidade para a outra são os elementos que compunham essas classes. Osasco com uma classe média feita de comerciantes e profissionais liberais e Contagem com uma composição pautada nos industriais locais⁴⁰⁸. Se repararmos a composição social do grupo mais organizados de Volta Redonda, muitos deles

⁴⁰³ MOREL, op. cit., pp. 149-232.

⁴⁰⁴ Lopes, op. cit., p. 106-107.

⁴⁰⁵ WEFFORT, 1972, op. cit., p. 19.

⁴⁰⁶ Idem, p. 8.

⁴⁰⁷ FONTES, op. cit., p. 294.

⁴⁰⁸ WEFFORT, 1972, op. cit., p. 19.

irmanados na maçonaria, veremos que existiam operários, mas não podemos menosprezar o peso que a classe média tinha dentro do movimento.

Pautando-nos no caso da emancipação de Volta Redonda concordamos com Paulo Fontes ao dizer que: “o sucesso dos processos de autonomia exigia uma grande e permanente mobilização popular, demandando uma forte assessoria jurídica e pressão política”⁴⁰⁹. No entanto, acreditamos na possibilidade de que os grupos que possuíam a assessoria jurídica e realizaram a maior pressão política institucional conseguiram articular sua ação, muitas vezes, devido a seus contatos e amizades pessoais, o que os credenciou ao controle da futura cidade.

3.5 Sávio Gama: Estratégias de Ação, Política e Alianças.

O foco principal dessa parte final do capítulo não é a análise da emancipação cronologicamente montada, descrevendo seus atores na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, mesmo porque acreditamos que outras obras façam isso com maior destreza⁴¹⁰. Objetivamos tentar mostrar como um dos principais nomes envolvidos com a criação da cidade de Volta Redonda teve base de ação em seu capital humano, capital político, construído ao longo de sua vida pessoal e sua rede de amizades e interesses comuns. Temos consciência de que Sávio Gama não é unanimidade nem mesmo entre os próprios emancipadores. Como já mencionamos anteriormente a memória para a emancipação da cidade ainda é alvo de disputas, mas acreditamos que ele simbolize um tipo de ator muito presente no período estudado. Por isso é que justificamos nosso interesse específico em sua trajetória, em suas estratégias de ação.

Sávio Gama se tornará prefeito de Volta Redonda em 1954, posteriormente, em 1982, se torna Diretor de Coordenação da CSN e Diretor de Serviços Sociais, da mesma empresa, de 1983 a 1984. Essa integração entre figuras políticas, ou de influência política local e a CSN se repetirá em outros casos, como Wandyr de Carvalho que se torna Diretor Secretário em 1962 e Paulo Monteiro Mendes, Diretor Secretário de 1954 a 1960⁴¹¹.

Em meio a um grande número de migrantes, trabalhadores representantes da “parte excedente da oferta da mão de obra existente na sociedade”⁴¹², que atendendo ao chamado de pólos dinâmicos da economia do país, em nosso caso - Volta Redonda, vieram construir a CSN, surge a figura de Sávio Gama. De família distinta da alta sociedade carioca, formado engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional, chega a fazer parte do grupo chamado “meninos de ouro”, frequentadores do Jôquei Clube do Rio de Janeiro. “Dentre os amigos destacamos: Edgard Bandeira Fraga de Castro, Beca de Castro, Assis Chateaubriand, Sérgio Chemont de Brito, Ciro Freitas Vale, Miguel e Zózimo Barroso do Amaral”⁴¹³.

Seu pai, Oscar, de descendência portuguesa, constrói e administra a Empresa da Urca, no Rio de Janeiro e Sávio inicia seus trabalhos na empresa em 1925. Em 1932, seu pai falece e a Empresa da Urca é extinta em 1935. Contudo, preparou-se a continuidade com a criação da Companhia Construtora e Imobiliária do Rio de Janeiro, de propriedade da própria S.A. Empresa da Urca e de Sávio Gama⁴¹⁴. As empresas da família foram as responsáveis pelo Aterro da Urca, feito por Oscar, pelo Fundão na Ilha do Governador⁴¹⁵, pelo Aterro do

⁴⁰⁹ FONTES, op. cit., p. 285.

⁴¹⁰ Dentre elas destacamos duas: ALKINDAR, op. cit. e MOREL, op. cit..

⁴¹¹ Companhia Siderúrgica Nacional. Diretores da CSN entre 1941 e 1987. APERJ, Coleção CSN (Regina Morel).

⁴¹² José Álvaro Moisés [et al.], op. cit., p. 24.

⁴¹³ GAMA, op. cit., p. 54.

⁴¹⁴ Idem, pp. 20-21.

⁴¹⁵ Idem, p. 18.

Flamengo e pelo bairro Aterrado, em Volta Redonda⁴¹⁶, estes de autoria de Sávio Gama. A empresa de Sávio expande seus negócios e começa a atuar na construção, compra, venda e locação de imóveis, gerindo e administrando bens⁴¹⁷.

Sávio se encontra com a região em 1935, com a compra de uma propriedade rural de “1.200 alqueires geométricos, nos Município de Barra Mansa e Resende. Comprou a Fazenda do Retiro do Dr. Alberto Guilherme Roesch”, sendo que a referida fazenda pegava grande parte da área da futura Volta Redonda.

“Foi desta Fazenda, na década de 40, onde foi hóspede algumas vezes, juntamente com D. Darcy, Ernani e Alzira, entre outros amigos de Sávio Gama, que o Presidente Getúlio Vargas vislumbrava a possibilidade de aqui instalar a Usina Siderúrgica Nacional. A volta do Rio Paraíba tão bem delineada aos seus olhos, os estudos que houvera feito, o fato de ser tão próxima do centro nervoso do país, a cidade do Rio de Janeiro, tudo isso contava e acumulava-se no cérebro genial do Presidente Vargas”⁴¹⁸.

Os laços de amizade com grandes nomes da política nacional parecem ter sido facilitados pelo berço e posição social, ainda mais sendo um grande proprietário de terras em área ao lado de um dos maiores canteiros de obra nacional, a construção da CSN. No já citado livro de autoria de sua filha existem algumas fotos, provavelmente de 1939, em que Sávio Gama e sua família estão ao lado de Ernani do Amaral Peixoto, Alzira Vargas do Amaral Peixoto e Darcy Vargas⁴¹⁹ em uma das várias visitas que estes fizeram à fazenda de propriedade de Sávio Gama. Os laços aparentam serem tão estreitos que, segundo Maria Cecília, D.Darcy Vargas, então viúva, chega a pedir ao “amigo Sávio que lhe arrumasse um apartamento para fazer dele sua moradia. D.Darcy morreu lá-; 'Messidor', na Rua Almirante Tamandaré”⁴²⁰.

As afinidades pessoais, os laços familiares e de amizade não tardariam a se instrumentalizar na integração de Sávio à política. Se partirmos do pressuposto que os “locais mais afastados continuaram sempre sob a direção e o comando dos políticos que o Amaral formara”⁴²¹, e que “(...) a estratégia do partido, liderado no Rio de Janeiro por Amaral Peixoto, era montar uma rede de diretórios municipais”⁴²², pois as bases do partido se localizavam no eleitorado do interior, não nos surpreenderemos com a entrada de Sávio na vida política.

Em 1945, foi um dos fundadores do PSD em Barra Mansa, e era o presidente do Diretório até a emancipação político-administrativa de Volta Redonda em 1954. Além disso, concorre à prefeitura de Barra Mansa em 1950⁴²³, mas não obteve sucesso em sua empreitada. Consideramos que a postura do vereador Bernardo Paulino de Oliveira Bemfeito, do PSD, é reveladora da posição e poder de Sávio na política local. O vereador se pronuncia na Câmara Municipal de Barra Mansa, em 1952, quando se levanta contra as críticas que os vereadores barramansenses sofreram ao enviar carta se posicionando contra a mudança de legenda de alguns deputados petebistas para o PSP. O maior crítico da atitude tomada pelos vereadores na Assembléia Legislativa Fluminense foi o deputado Felipe da Rocha, ao qual o vereador

⁴¹⁶ Diário do Vale, localização eletrônica: <http://www.diarioon.com.br/arquivo/4848/cadernos/especial3-21434.htm>, p.1. Acessado em 27/7/2009.

⁴¹⁷ GAMA, op. cit., p. 22.

⁴¹⁸ GAMA, op. cit., p. 34.

⁴¹⁹ Idem, pp. 44, 45 e 46.

⁴²⁰ Idem, p. 22.

⁴²¹ Ignez Cordeiro de Farias (Coord.), op. cit. p. 48.

⁴²² MOREL, op. cit., p. 254.

⁴²³ GAMA, op. cit., p. 69.

Bernardo destina essas palavras: “(...) não desejo lhe dar satisfações e nem confiança quanto a minha atitude, porque só devo prestar contas ao meu partido: ao glorioso Partido Social Democrático e ao meu **chefe**, o Dr. Sávio Cotta de Almeida Gama”⁴²⁴. No entanto sua rede de influências e poder econômico o colocavam como empreendedor em várias frentes.

Grande parte da fazenda que havia comprado anos antes se transformaria em loteamentos e Sávio atuará como loteador no distrito. Em 1950, mesmo ano em que perde a eleição, estará enviando solicitação a Câmara de Barra Mansa buscando encampação de serviço de luz no bairro Retiro⁴²⁵. Além de loteador, em 1951, torna-se o titular do Cartório do 4º Ofício em Barra Mansa e só abrirá mão deste cartório em 1954 quando o dá de presente para parentes próximos recém-casados⁴²⁶. Não tivemos tempo hábil para analisar a relação entre a legalização, compra e venda de lotes e o funcionamento dos cartórios, mas acreditamos que possa ser um bom aspecto para futuras análises.

Segundo D. Bergonsil, irmã do vereador Bernardo Paulino de Oliveira Bemfeito, a prática de dar ou receber cartórios contemplava uma estratégia de troca de favores, no caso por ela descrito, em troca de emprego⁴²⁷. Porém, a probabilidade de outras coisas poderem ser trocadas não é algo irrefutável, ainda mais quando acompanhamos o depoimento de outras testemunhas da época, como o Sr. Silvestre Pereira Rosa que descreve um dos resultados do plebiscito da emancipação do distrito. Segundo ele, no processo de emancipação de Volta Redonda o Sindicato dos Metalúrgicos teve papel relevante: “Uma forte atuação na criação do plebiscito. Eu saí em Comissão. A apuração foi na Escola Técnica. E o sindicato ajudando, né? Em troca disso o Allan Cruz ganhou um cartório. E o Walter assumiu. Foi eleito Presidente do Sindicato”⁴²⁸. Walter Milen era o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

No pós-emancipação são criados dois cartórios em Volta Redonda. O próprio Allan Cruz descreve que após terminar seu trabalho com loteamentos, pois era conhecido no distrito, o que facilitaria a venda dos lotes de um amigo: “(...) eu nunca imaginei de ser nomeado para um cartório. Um dia chega o professor Jaime e diz: O Comandante te nomeou. Nomeou o quê? Para o cartório. Está brincando? Nomeou sim, vai sair agora no Diário Oficial. Eu fui nomeado, compreendeu, tabelião do 2º Ofício”⁴²⁹. O referido Comandante é Ernani do Amaral Peixoto, amigo pessoal de Sávio Gama e conhecido de Allan Cruz.

Sávio Gama, através de sua empresa (Terraplanagem e Engenharia Ltda.) chega a prestar serviços à prefeitura de Barra Mansa. Encontramos na Ata da Câmara de 1951, pedido (mensagem número oito) de suplementação de verbas, feito pela prefeitura, para a obra de aterro da Av. Paulo de Frontin, no bairro Aterrado⁴³⁰. O pedido é discutido pelos vereadores, há polêmica, pois a conclusão da obra estava incluída dentro do orçamento original de CR\$ 700.000,00⁴³¹, mesmo com as discussões, a complementação é aprovada. O estranho é que a mensagem sai da prefeitura, é aprovada pela Câmara e recusada pelo prefeito⁴³².

Henrique Manoel Ferreira, vereador do PSD de Sávio Gama e pecebista declarado pede a palavra para “levar seu protesto contra comentários que ouviu na rua, segundo os quais os vereadores haviam recebido alguns contos de reis para votar a favor de determinada

⁴²⁴ CMBM. *Livro de atas n.5 (06/07/1952 a 06/07/1953)*, fl. 4. Grifo nosso.

⁴²⁵ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 75.

⁴²⁶ GAMA, op. cit., p. 37.

⁴²⁷ MAGALHÃES, op. cit., p. 35.

⁴²⁸ Silvestre relata criação de sindicatos em Volta Redonda. *Gazeta do Aço*, 12 a 18 de julho de 1981, p. 3. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

⁴²⁹ CRUZ, op. cit., p. 51, 52.

⁴³⁰ CMBM. *Livro de atas n.3 (24/3/1950 a 17/07/1951)*, fl. 108.

⁴³¹ Idem.

⁴³² Idem, fl. 112.

mensagem”⁴³³. Seguem-se inúmeras justificativas de parlamentares. Honra, família e Deus são invocados. O caso é que a dívida com a empresa se torna uma realidade e Sávio Gama não é esquecido: “Três poderes distintos são responsáveis por este ato que hoje se discute: a Casa, o Prefeito e o Consultor Jurídico da Prefeitura. O Sávio Gama vai ganhar a questão com a Prefeitura e a culpa cabe a quem já mencionei”⁴³⁴, dizia o vereador petebista Ernesto Duarte da Silveira.

Sávio Gama, com toda a estrutura que o cercava (seu poder político expresso na presidência do PSD, sua rede influente de amigos em diversos escalões e níveis dos executivos, sua rica e próspera empresa e com parte da burocracia em suas mãos, viabilizada pelos cartórios), teria influência potencializada.

A memória que se construiu ao redor desse personagem é multifacetada. De um lado é lembrado como figura relevante e imprescindível: “O que tem em Volta Redonda, se olhar, é governo do Sávio. Olha os dois colégios grandes que tem em Volta Redonda, construídos pelo Sávio. Olha a Fundação Beatriz Gama: Sávio. E assim vai vendo as obras: Sávio fez.”⁴³⁵; de outro, através das palavras de Álvaro Guedes, é lembrado devido a seu pragmatismo político:

“Na emancipação de Volta Redonda os acontecimentos nos levam a concluir que Sávio quando notou que a emancipação era um fato consumado, aliou-se aos que já estavam trabalhando por ela, há anos, para ter mais um 'CANTEIRO DE SERVIÇOS' para ganhar seu pão... Lucas [Evangelista de Oliveira Franco] trabalhou pela causa emancipacionista, com amor, com idealismo, sem nunca visar interesses imediatistas. Aliás, neste particular, os voltarredondenses não poderão esquecer, jamais, o Dr. Jamil Riskalla, Miguel Rego, Remi Barbosa Viana e muitos outros que acompanharam Lucas na sua luta e no seu ideal (...)”⁴³⁶.

O relato acima acaba por contrapor Sávio ao grupo maçom, mas esta ainda não é a versão final. Sávio, em determinado momento, também é colocado como personagem contrário à emancipação: “Sávio não via com bons olhos o movimento libertário de Volta Redonda. Tudo saía de V. Redonda quer fossem manifestos, quer fossem telegramas ou simples apelos tinham que passar pelo Diretório do PSD de Barra Mansa que, sistematicamente, os inutilizava com um NÃO”⁴³⁷.

Acredito que as memórias sobre a figura de Sávio Gama podem ajudar a elucidar parte da história que o envolve, porém além de poderem dar origem a outra pesquisa, devido ao grande volume de obras que se dedicam a relatos, entrevistas ou mesmo ao personagem, acreditamos que a questão a ser discutida é quem, qual grupo se estruturou no período posterior à emancipação, ou seja, que interesses serão atendidos?

Em Manifesto-Programa quando ainda candidato a prefeito de Volta Redonda, declarou Sávio:

“Volta Redonda foi o primeiro e decisivo passo para a libertação das massas trabalhadoras do Brasil. Volta Redonda tinha que ser livre. O trabalhador nacional tem hoje uma cidade que é inteiramente sua e eu me sinto feliz de ter sido um dos corajosos promotores desta libertação.

⁴³³ Idem, fl. 117.

⁴³⁴ Idem, fl. 121.

⁴³⁵ CRUZ, op. cit., p. 43.

⁴³⁶ Álvaro Guedes diz como viu Volta Redonda em sua formação. *Gazeta do Aço*, 05 a 11 de junho de 1981, p. 4. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

⁴³⁷ ALKINDAR, op. cit., p. 205.

O meu desempenho pela emancipação de Volta Redonda, os gastos que tive para que não triunfassem os seus adversários, serão para sempre, a maior prova da minha fé nos destinos desta Cidade e da amizade que dedico a este povo progressista e ordeiro.”⁴³⁸

Discurso paternalista de prática populista que consideramos ter conseguido aglutinar a insatisfação popular com as demandas urbanas, dentre elas as melhorias exigidas pela classe trabalhadora. Não podemos olvidar que a luta pela autonomia municipal foi elo aglutinador de várias classes, motivadas pelas carências urbanas decorrente do abandono a que estavam condicionadas, principalmente a “cidade velha”. O ideal de um novo trabalhador se aglutinava ao de uma nova cidade e se a Getúlio coube a tarefa de forjar o primeiro, a Sávio Gama caberia o segundo que vinha embebido na expectativa de progresso e modernização. “O governo municipal se movimentava entre o interesse dos moradores, dos que tinham o solo urbano como um valor de uso, e o interesse dos que tinham a terra urbana como uma mercadoria que lhes possibilitava a especulação no mercado em expansão”⁴³⁹. Para tal empreitada Sávio soube criar uma imagem de liderança e confiabilidade mesmo que veiculasse projeto diverso do esperado pela classe trabalhadora.

O início da administração municipal se cobre de aspectos que indicavam uma gestão imparcial. Sávio Gama se cerca de gabaritadas instituições, como a Fundação Getúlio Vargas que cedeu “seu pessoal técnico em assuntos de implantação de estruturas e de Administração Municipal”⁴⁴⁰, técnicos do Ministério da Fazenda para a montagem do Código Tributário, e, para demonstrar sua dedicação à causa pública, declara:

“No dia 06 de fevereiro de 1955, quando entrei na Prefeitura, instalada no velho Galpão da Rua 1º de Maio, eu, pessoalmente, não conhecia nenhum dos funcionários ali colocados, cada um em sua função, através do concurso aberto e realizado pela Fundação Getúlio Vargas e, o que é mais interessante, nenhum dos meus companheiros de Partido se rebelou pelo fato de eu não haver atendido a nenhum pedido político para compor o quadro do funcionalismo municipal. E, os cargos de confiança eram apenas seis: um Secretário, um Técnico em Educação, um Engenheiro, um Médico e um advogado. E trabalhávamos em horário comercial, oito horas por dia de semanas que, muitas vezes, se alongavam pelos sábados e pelos domingos”⁴⁴¹.

Contudo as práticas decorrentes de sua administração apontam para interesses que não os mesmos da população que o elegera. A primeira obra realizada pela prefeitura, segundo Fontes e Lamarão⁴⁴², foi uma avenida que cortava o bairro Retiro, bairro este composto de loteamentos de propriedade do próprio prefeito “e que permitiu o acesso a novos loteamentos: os futuros bairros do Açude, Vila Brasília, Coqueiros, Pau D'alho, entre outros”. Consideramos que a legalização de loteamentos e a implementação dos mesmos fossem uma necessidade latente da nova cidade que crescia a olhos vistos, porém algumas atitudes tomadas pela prefeitura, em acordo com determinados grupos, evidenciam que os trabalhadores não estavam a discutir a nova ordem urbana a ser implantada.

Segundo Lopes⁴⁴³, foi na gestão de Sávio Gama que houve o primeiro levantamento aerofotogramétrico e o primeiro cadastro imobiliário de toda a cidade, contudo o grupo que

⁴³⁸ GAMA, op. cit., p. 76.

⁴³⁹ SOUZA, 1992, op. cit., p. 54.

⁴⁴⁰ GAMA, op. cit., p. 76.

⁴⁴¹ Idem, p. 81.

⁴⁴² FONTES, Angela Maria de Mesquita e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? In: *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, vol. 1, n. 4, p.15, set/dez. 1986, p. 19.

⁴⁴³ LOPES, op. cit., p. 108.

iria discutir e planejar a nova estruturação urbana foram os loteadores. Estes celebraram um convênio com o município através da apresentação de um projeto **do Executivo** aprovado pela Câmara, em julho de 1956. Segundo Cláudia Virgínia Cabral De Souza⁴⁴⁴, todas essas atitudes demonstram que a distinção entre recursos públicos e privados não estava bem definida pela prefeitura, pois ocorreu transferência “de recursos do Estado para a iniciativa privada, sob a alegação de resolução de problemas urbanos que, no entanto, não se viram solucionados”⁴⁴⁵. O espaço urbano se torna o verdadeiro alvo de disputa. Nota-se a criação de outros grupos associativistas como a Associação Comercial, Industrial e Agro-pastoril, e a Associação de Proprietários de Imóveis, que respondiam à necessidade dos proprietários para a instrumentalização de seus interesses⁴⁴⁶.

Supomos que a sensibilidade de Sávio Gama perante as demandas mais imediatas, inclusive aprendendo com seus próprios reveses, o gabaritaram para uma intensa e longa vida política. Seu caráter pragmático evitava que sua imagem se desgastasse e ele soube se reinventar no processo e se identificar com novos valores e novos grupos sociais. Porém, não o encaramos como caso único e sim como um exemplo de classe. Não por acaso citamos outras emancipações que também possuíram grupos organizados, geralmente dos setores médios, com interesses outros, que não os da classe trabalhadora. Provavelmente no estudo desses casos poderemos nos deparar com novos “Sávios”. Contudo isso não indica que a classe trabalhadora tenha se reduzido a ser uma marionete, uma massa amorfa, manipulada de acordo com o interesse dos grupos dominantes.

⁴⁴⁴ SOUZA, 1992, op. cit., pp. 57, 66.

⁴⁴⁵ Idem, p. 58.

⁴⁴⁶ LOPES, op. cit., pp. 101, 102.

2 CONCLUSÃO

Weffort, em seu clássico texto sobre participação e conflito industrial, sugere que da combinação entre a “concentração espacial das indústrias” e do “grande isolamento dos operários”, em relação às demais classes, decorre o surgimento de “condições excepcionalmente favoráveis” para o protesto operário. A lógica traçada por ele prega que a concentração e o isolamento viabilizariam a formação de um sentimento comunitário, o que poderia despertar a “solidariedade de classe (ou ainda sobrepor-se a ela ou reforçá-la)”. Isso, por sua vez, constituiria fator favorável à eclosão do movimento operário em greves, protestos, etc. Volta Redonda, além de Nova Lima e Ipatinga (ambas em Minas Gerais), são citadas como casos que se enquadram dentro dessa “teoria das comunidades isoladas”⁴⁴⁷.

É verdade que em todos esses locais, mais cedo ou mais tarde, ocorreu a organização operária e seus protestos, ou outras formas de conflito. Mas não houve, ao longo do tempo, uma forma ou periodicidade padrão de surgimento desse movimento e de sua materialização em greves. Nos casos analisados por Weffort (Contagem, MG e Osasco, SP), em um breve espaço de tempo, e aparentemente quase em similaridade nos aspectos temporais e processuais, se estabelece uma seqüência que contempla os seguintes elementos: formação do parque industrial, emancipação e greves.

Alertados pelo próprio Weffort, sabemos que:

“tais condições não são nunca eficazes em si mesmas. Só podem ser pensadas como favoráveis (ou desfavoráveis) ao processamento de uma reivindicação coletiva na suposição de que as pessoas se orientem no sentido de formular reivindicações e se dedicam a organizar-se coletivamente para atingi-las”⁴⁴⁸.

No caso que estudamos na presente dissertação, contudo, mesmo havendo mobilização dos trabalhadores-moradores de Volta Redonda para a resolução de seus problemas mais imediatos, como demonstramos ao longo dos três capítulos anteriores, acreditamos que o binômio Volta Redonda/CSN destoe do padrão verificado nos exemplos analisados por Weffort. Na verdade, mais até do que os locais onde ocorreram as greves de 1968, ele pode ser até utilizado como um contra-exemplo para criticar certo automatismo, presente em algumas aplicações, da “teoria das comunidades isoladas”. Pois por tudo que aferimos, a lógica das greves tardou ocorrer, ou seja, a ocorrência de grandes greves na CSN só se verificaria 15 anos após os casos analisados por Weffort e mais de 40 anos após a emancipação de Volta Redonda.

Consideramos nosso estudo como um estudo exploratório sobre essa questão, mesmo porque a fragmentação e a dificuldade de encontrar e cruzar fontes sobre esse período para a região impõem limites ao alcance das conclusões da nossa pesquisa nesse momento. Por isso, não nos colocamos na postura de construir conclusões taxativas sobre a questão estudada. Pretendemos, isso sim, analisar e abrir espaço, em meio a conceitos, teorias e estereótipos, para a identificação de uma diversidade maior de relações entre os atores sociais do período, suas organizações e movimentos.

Ao tentarmos analisar como a construção da CSN e Volta Redonda se articularam com a formação identitária dos trabalhadores e destes com a formação política do local, julgamos que as estruturas política, social e econômica do pós-1945 foram determinantes para a construção de um sistema de relações, no qual mobilização e clientelismo teriam espaço simultaneamente na mesma realidade social. Aliás, acreditamos que a formação da cidade

⁴⁴⁷ WEFFORT, 1972, op. cit., p. 13.

⁴⁴⁸ Idem, p. 14.

vinculada à construção da CSN e ao grande número de migrantes que para lá correram, vivendo sobre um imenso leque de demandas sociais, nos deram a possibilidade de analisar a experiência da formação da classe à luz do conceito de **insegurança estrutural**, formulado por Mike Savage,.

Concordamos com Savage quando este considera que há uma grande discussão dentro da história social do trabalho e que esta discussão tem como centro a questão da classe social⁴⁴⁹. Tentando colaborar com a resolução deste impasse teórico, que se pauta na dificuldade de se estabelecer “uma base estrutural precisa para as relações de classe”⁴⁵⁰, Savage sugere que a insegurança estrutural é pertinente à vida de todos os trabalhadores. Ela não se baseia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas se pauta na experiência vivida pelos trabalhadores dentro de determinado contexto histórico, o que determinará as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, as formas de organização e luta com que atuarão (cooperativas, demandas de amparo do Estado, clientelismo, etc). “Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou o principal eixo de classe social”⁴⁵¹.

A influência do conceito de Savage em nosso trabalho foi além da preferência do uso do termo classe trabalhadora ao invés de classe operária. Tentamos visualizar a participação dos trabalhadores em movimentos e organizações como forma de superação de suas demandas, estabelecendo estratégias e inter-relações, individuais ou coletivas, que superassem sua vida insegura, que estruturassem sua existência.

Em meio à luta cotidiana pela sobrevivência notamos que o primeiro grupo político mais organizado que capitaneou o discurso dos trabalhadores foi o PCB, inicialmente pelo Comitê Democrático. No pós-1945, suas estratégias de mobilização e organização credenciaram o PCB ao sucesso nas eleições locais e ao seu reconhecimento como representante dos trabalhadores, principalmente em meio ao Sindicato dos Metalúrgicos. Essa situação poderia levar a uma análise que situasse os comunistas como grandes atores da política local, como ocorre na obra de Bedê⁴⁵². Mas, mesmo admitindo uma forte participação do PCB na região, consideramos que a pequena documentação que tivemos acesso e o fato do partido atuar a maior parte do tempo na ilegalidade não nos permite uma avaliação precisa sobre a dimensão real da sua força em Volta Redonda.

Por outro lado, as mesmas demandas foram utilizadas por outros grupos em parceria com os trabalhadores, o que contemplava outras estratégias que iam desde a tolerância com a formação de áreas de moradia precarizadas, à busca de favores pessoais, ou seja, a inter-relação entre a esfera política-institucional e as demandas da classe trabalhadora, o que nos levou a uma busca pela história social da política local.

A formação dos partidos pós Ditadura Vargas, as classes sociais que esses partidos representavam, as relações pessoais de figuras importantes da política nacional e estadual na determinação da criação dos diretórios locais formam o contexto que enquadra nossa análise. É a partir dessas variáveis que apresentamos o estudo de caso, ainda que o consideremos superficial, da vida de um figurão político local: Sávio Gama, que tendo acesso ao sistema político estadual comandado pelo PSD de Amaral Peixoto se tornará o primeiro prefeito da cidade. Acreditamos que ele seja exemplo de como as demandas dos trabalhadores foram

⁴⁴⁹ Savage considera que a maior discussão se dá tendo de um lado os marxistas e os adeptos de teorias econômicas neoclássicas e, do outro, abordagens que possuem uma análise mais cultural. Deixa evidente que a questão política é muito forte para a continuidade desta discussão pois se décadas atrás classe era um conceito basilador de discursos políticos e atitudes de grupos, sindicatos e partidos, hoje este conceito perde força em relação a outros mais eminentes na agenda política progressista, tais como feminismo, etnia, questões ecológicas, etc. Idem, p. 26.

⁴⁵⁰ Idem, p. 33.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² BEDÊ, Edgard, op. cit..

instrumentalizadas para a criação de fortunas pessoais (vide, por exemplo, os “loteadores” na cidade) e redes de clientelismo.

A questão maior é visualizar, mesmo que interagindo de forma contraditória, que tanto mobilização quanto redes clientelistas faziam parte do processo no qual se concebeu a emancipação da cidade. Os trabalhadores parecem ter optado por atuar ao lado dos mais organizados na política-institucional (com maior poder de barganha frente à outra esfera política, para além da local), objetivando o atendimento de suas demandas, principalmente as urbanas que, hipoteticamente, poderiam ser resolvidas com a emancipação do distrito, o que entendemos que, de fato, não ocorreu.

A pesquisa nos trouxe um grande número de hipóteses e apenas algumas certezas. Consideramos que muitas dessas hipóteses só poderão ser testadas por meio de um trabalho de caráter coletivo. Mesmo o que conseguimos produzir nesta dissertação não seria possível sem o legado de outras obras que contemplaram o mesmo período e temática. Confessamos que surgiram muitos outros pontos a serem analisados, tanto para a compreensão desse período como das temáticas que perpassaram nosso trabalho. Além disso, existe a possibilidade de análise do processo de formação de Volta Redonda atrelado a conjunturas posteriores, o que leva à necessidade de mais trabalho de pesquisa e, acredito, mais pesquisa coletiva. Por isso, ficaremos felizes se tivermos colaborado com o aumento do leque de possibilidade de análises e com possíveis novos trabalhos, inclusive de nossa autoria, que se dediquem a esse tema.

3 FONTES

Entrevistas realizadas pelo autor:

Entrevista de Jouvacy Milheiro Neto, ex-operário da CSN e morador de Volta Redonda desde 1941, concedida ao autor, em Volta Redonda, 29 jan. de 2009.

Entrevista de Ronaldo Gori, engenheiro aposentado da CSN, concedida ao autor, em Volta Redonda, 27 jan. de 2009.

Entrevista de José Garcia, ex-operário da CSN e ex-vereador de Volta Redonda (1989-1992), concedida ao autor, em Volta Redonda, 29 jan. de 2009.

Entrevista de M., militante da UDN e maçom, concedida ao autor, em Volta Redonda, 19 out. de 2009.

Entrevista de Maria do Carmo Milheiro, nascida e criada em Volta Redonda, concedida ao autor, em Volta Redonda, 31 de jul. de 2009.

Entrevista de Maria do Carmo Rosário Claudino do Rosário, moradora de Volta Redonda desde a década de 1940, realizada pelo autor, em Volta Redonda, 29 de ago. de 2009.

Entrevistas realizadas por outros pesquisadores:

Entrevista de Ubirajara, ex-operário da CSN, concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask, em Volta Redonda, 27 de nov. de 1987. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Entrevista de Senna e Palmira, ex-guarda da CSN e sua esposa, concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask, em Volta Redonda, 23 de nov. de 1987. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Entrevista de Francisco, ex-operário da CSN e sua esposa, concedida a Regina Morel e Cláudia, em Volta Redonda, 13 de jan. de 1988. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Entrevista de Millan, militante sindical e ex-funcionário da CSN, concedida a Lourdes e Cláudia, em Volta Redonda, 25 de jan. de 1988. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Entrevista de Silvestre Pereira Rosa, comunista, ex-sindicalista e vereador de Volta Redonda (1959-1962), concedida a Ana Lúcia, Regina e Jessie, em Volta Redonda, 28 de jan. de 1988. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Arquivos e bibliotecas (com siglas correspondentes)

Acervo da Câmara Municipal de Barra Mansa

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro: AMORJ

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: APERJ

Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense: UFF-BAU

Biblioteca Isaac Kerstenetzky (IBGE), Rio de Janeiro

Biblioteca Municipal de Barra Mansa

Biblioteca Municipal Raul de Leoni, Volta Redonda

Centro Cultural da Fundação CSN, Volta Redonda

Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Cpdoc

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKINDAR, Costa. *Volta Redonda ontem e hoje. Visão histórica e estática*. CD-ROM, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Delegacia do Estado do Rio de Janeiro, 1971. *Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, mimeo.

AVRITZER, Leonardo. Uma crítica às teorias da transição para a democracia, RCBS – Revista Brasileira de Ciências Sociais (Versão Digital), n.28, s/d. Localização eletrônica: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm, p.2.

BEDÊ, Edgar. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. Tese (Doutorado em Educação). Campo de Confluência Trabalho e Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

Câmara Municipal de Volta Redonda. Vereadores e Prefeitos de Volta Redonda: informações individuais. 1ª legislatura – 1955 à 7ª legislatura – 1977. Localização: Biblioteca Municipal Raul de Leoni. Caixa 8.

CARDIANO, Fernando Pinto. *Eleições no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Imprensa Oficial, 1990.

Carlos Eduardo Sarmiento (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999.

CHRYSOSTONOS, Maria Isabel de Jesus. Um projeto de cidade-indústria no Brasil Moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964). In: *Cronos*, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 109-134, jan./jun. 2008, pp. 109-134.

COSTA, Hélio e SILVA, Fernando T.. Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CRUZ, Allan. Alan Cruz (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 57 p. dat..

DIAS, José Henrique. José Henrique Dias (depoimento, 1998). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 31 p. dat..

DINAMARCO, Patrícia da Silva Mueller. *Trabalhadores da CSN: Lembranças e Relatos da Primeira Geração*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: Movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219.

ELEY, Geoff. *Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FISCHER, Brodwin. Direitos por leis ou lei por direito? Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo. In: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes de Mendonça (organizadoras). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

FONTES, Angela Maria de Mesquita e LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? In: *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, vol. 1, n. 4, p.15, set/dez. 1986, pp. 16-23.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: A classe trabalhadora porto alegre e a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre ; NEGRO, Antonio Luigi . Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano - Livro 3 - O tempo da experiência democrática*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRENCH, John D.. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FRENCH, John D.. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 -1950*. São Paulo-São Caetano do Sul: HUCITEC/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GAMA, Maria Cecília Fontainha de Almeida. *Sávio Gama: Fotos que contam a sua história*. Volta Redonda: PMVR/SMC, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, 2002.

GRACIOLLI, Edílson José. Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988. Uberlândia: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

GRACIOLLI, Edílson José. Um Laboratório Chamado CSN – Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993). Campinas: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Volume 2 – Os Intellectuais. O princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: Volume 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

José Álvaro Moisés [et al.]. *Cidade Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IBGE. Censo Demográfico 1950. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Ignez Cordeiro de Farias (Coord.). *Jorge Loretti*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LASK, Cristiane Tomke. Ordem e Progresso: A estrutura de poder na “cidade operária” da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991.

LOPES, Alberto. *A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda*. Rio de Janeiro. E-Papers Serviços Editoriais: 2004.

MAGALHÃES, Bergonsil de Oliveira. Bergonsil de Oliveira Magalhães (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 40 p. dat..

MANGABEIRA, Wilma. Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, Simone Alves de. A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973). Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em educação da UFF, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Confluência: Trabalho e Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.

_____, Sonia. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN: um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação CSN, 2005.

- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A Ferro e Fogo – Construção e Crise da “Família Siderúrgica”*: O caso de Volta Redonda (1941 –1988). Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História e Memórias*. In: Mattos, Marcelo Badaró (Org). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Paternalismo, Populismo e História Social*. In: *CADERNOS AEL – Populismo e trabalhismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL.
- OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. *Missão Cookie – Estado Novo e a implantação da CSN*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.
- PEREIRA, Sérgio. *Sindicalismo e Privatização: O caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Ciências-Sociologia). PPGSA/IFCS/UFRJ, 2007.
- RAMOS, Célio. Célio Ramos (depoimento, 1989). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 49 p. dat..
- RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Niterói, 2003.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Uma cidade em movimento: trabalhadores e política em Volta Redonda (1980-1990)* . In: In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, - ANPUH (Simpósio Temático Trabalhadores, Cultura e Instituições de Classe), Londrina, UEL/ANPUH, 2005. Localização eletrônica: sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/MarcoSantana2005.rtf, acessado em 9/10/07.
- SANTOS, Antônio Guilherme dos. *Benzenismo: Prevenção e controle devem ser permanentes*. Diesat (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador). Localização eletrônica: http://www.diesat.org.br/artigos_pdf/4.pdf, acessado em 2/04/2009.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O ex-leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In: Cláudio M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA. *Volta Redonda: Assistência Social em busca de mais CIDADANIA*. Volta Redonda: SMAC/PMVR, 2006.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. *Pelo Espaço da Cidade: aspecto da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1992.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Arigó: o pássaro que veio de longe. *Volta Redonda*, 1, 1, 10-15, 1989.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. *Volta Redonda entre aço e armas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária: Volume 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Vereadores e Prefeitos de Volta Redonda: informações individuais. 1ª legislatura – 1955 à 7ª legislatura – 1977. Localização: Biblioteca Municipal Raul de Leoni. Caixa 8.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco Correia. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco*, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972.

WEFFORT, Francisco Correia. Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

WEINSTEIN, Bárbara. (Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

5 - ANEXOS

Anexo 1

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL PLANOS DE EXPANSÃO DA USINA				
PLANOS	PREVISÃO INICIAL		CONCLUSÃO	
	Data	Produção de aço líquido t/ano	Data	Produção de aço líquido t/ano
Plano A	1941/1946	270.000	1947	146.544
Plano B	1950/1953	750.000	1956	804.000
Plano C	1956/1960	1.000.000	1963	1.968.000
Intermediário	1961/1963	1.400.000	1968	1.305.000
Plano D				
Estágio I	1969/1973	1.700.000	1975	1.490.782
Estágio II	1973/1976	2.500.000	1977	2.008.792
Estágio III	1975/1981	4.600.000	1984	2.335.000

Fonte: Companhia Siderúrgica Nacional. Dados sobre a evolução da CSN, 1956-1984. São Paulo, número 5/86. Apud MOREL, Regina L. de M. A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968). São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1989. p.A-v.